Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 56 – Série VII – N.º 667
9 de Outubro de 1986
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Reunião do Comité Central do PCP

PASSAR À OFENSIVA

É A ORIENTAÇÃO GERAL PARA A ACTIVIDADE DO PARTIDO NO FUTURO IMEDIATO

• CC aponta as desastrosas consequências da integração de Portugal na CEE

• Convocada para 15 de Novembro a Conferência do Partido, de âmbito nacional, sobre «A emancipação da mulher no Portugal de Abril»

Examinando as condições objectivas e subjectivas existentes para uma alternativa ao Governo actual e à política actual, o Comité Central considerou alguns traços essenciais:

• a real fragilidade do Governo PSD de Cavaco Silva • a real força da democracia • a impossibilidade de qualquer partido democrático sozinho poder assegurar uma alternativa • o carácter imperativo da convergência democrática para a defesa dos interesses populares, da democracia e da independência nacional • o desenvolvimento da luta popular, designadamente da luta dos trabalhadores • a força, a capacidade de realização e a influência do PCP

Semana

Poder Local

POVO UNIDO

APU em Almada

Confiança das populações nos seus candidatos

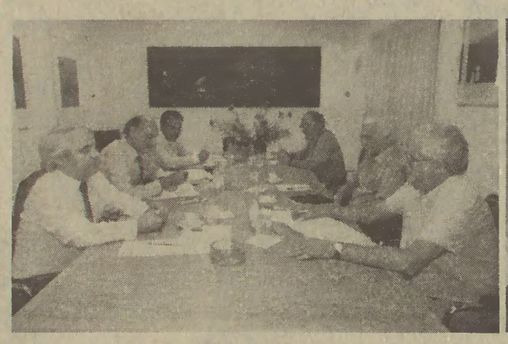
Almada

Comício com Álvaro Cunhal

Sábado, às 18 horas, na SFUAP

Encontros com o PCP

No prosseguimento dos encontros propostos pelo Partido Comunista Português aos outros partidos democráticos, realizaram-se na semana passada mais outros três, com o MDP/CDE, com «Os Verdes» e com o PSR. A delegação do MDP/CDE, composta por José Manuel Tengarrinha, António Galhordas e João Corregedor foi recebida na sede do PCP, na rua Soeiro Pereira Gomes, pelos camaradas Álvaro Cunhal, Carlos Costa e Carlos Brito. O encontro com «Os Verdes» decorreu na sede desse partido, tendo a delegação do PCP, constituída pelos camradas Álvaro Cunhal, Octávio Pato e Carlos Costa sido recebida por Maria Santos, Hélio Carmona, Ana Catarino e Sérgio Pinheiro. O secretário-geral do PCP e os camaradas Octávio Pato e Carlos Costa receberam a delegação do PSR, composta por Francisco Louçã, Alda Sousa e Heitor Sousa e Castro.



XI CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

Solidariedade contra a lógica do lucro

Em Foco

Editorial

Avante!
Ano 56 – Série VII
N.º 667
9 de Outubro de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Orientação geral – passar à ofensiva

Há um ano — precisamente um ano e três dias — o resultado das eleições legislativas antecipadas confirmava no plano institucional uma nova arrumação de forças prevista com antecipação pela leitura e a intuição políticas dos comunistas portugueses.

Em 6 de Outubro de 1985 a política de direita recolheu por meio do voto o repúdio da vontade maioritária do povo português.

As coligações de direita (PSD/CDS) congeminadas para levar avante os planos da contra-revolução e dos inimigos de Abril sofreram, depois da ruptura do casamento de conveniência PS/PSD, uma derrota concludente de difícil, se não impossível, recuperação nos tempos mais próximos.

O facto de o PSD ter sido o partido mais votado não anula a verdade política essencial do veredicto popular.

Dois meses mais tarde as eleições de 15 de Dezembro para o Poder Local puseram à prova e demonstraram a solidez do sector mais dinâmico e consequente das forças democráticas — a Aliança Povo Unido.

E em 16 de Fevereiro, já no ano em curso, a derrota do candidato da direita fascizante às eleições presidenciais, apoiado pelo PS e o CDS, explicitou de maneira definitiva e terminante as profundas alterações na correlação de forças políticas e sociais produzidas no contexto nacional.

Por efeito do jogo democrático foi posto à frente do País o Governo de direita do PSD chefiado por Cavaco Silva. Minoritário à nascença, no momento da sua entrada em vigor, mais minoritário ficou depois das eleições de Fevereiro.

As bravatas do novo Primeiro-Ministro e a arrogância dos próceres da direita atearam fogos-de-vistas mas não alteraram minimamente a realidade objectiva da nova correlação de forças.

Ao cabo de um ano as «entradas de leão» dos actuais detentores do Poder Executivo ameaçam transformar-se em «saídas de sendeiro». Os ímpetos ofensivos de Cavaco Silva e da direita mais reaccionária encontram pela frente a firme resistência das massas populares e foram sendo sucessivamente derrotados pela convergência dos partidos democráticos em alguns dos seus planos mais perigosos.

Sob a cortina falaz da fanfarronice cavaquista uma realidade emerge clara, indubitável, da conjuntura política dos dias actuais: em muitas áreas da vida nacional o Governo minoritário de direita Cavaco/PSD foi obrigado a passar à defensiva.

A fraqueza congénita do Governo Cavaco Silva/PSD acentuou-se decisivamente com a sua prática política antipopular, antidemocrática e antinacional no decurso deste primeiro ano da sua existência.

O Comité Central do PCP, reunido há três dias, examinou com particular atenção os aspectos mais gravosos da acção do Governo actual que no «Comunicado» inserto noutro lugar do nosso jornal são abordados de maneira mais desenvolvida.

A degradação da situação social; os golpes desferidos contra o sector público e nacionalizado; a intensificação de operações verdadeiramente criminosas contra a Reforma Agrária; a atitude de desestabilização e de verdadeira rebeldia institucional; a governamentalização, partidarização e manipulação da Comunicação Social; os gravíssimos golpes assestados na independência e soberania nacionais, são os de mais graves e nefastas consequências para o País do consulado político PSD/Cavaco Silva.

Nestes aspectos reside a exigência de um combate sem tréguas contra a sua política, pela sua urgente demissão, pela formação de um governo democrático de larga base de apoio institucional e político capaz de alterar o rumo de falência, miséria e fome, por onde a equipa governante do PSD dirigida por Cavaco Silva arrasta Portugal.

É um imperativo que coloca as forças e os partidos democráticos diante de indeclináveis responsabilidades.

Miríficas sondagens de encomenda — sempre «tecnicamente perfeitas» — têm saído nos momentos psicológicos dos arsenais da direita governante para camuflar, sob os arrotos de uma falsa força, a fraqueza real e o desamor popular do Governo Cavaco/PSD.

Uma operação do género — em estreita coordenação com a reabertura da Assembleia da República, diante da qual o Governo terá de prestar contas pelo seu incumprimento das determinações legais impostas pela maioria democrática antes das férias parlamentares — foi agora realizada.

Simultaneamente, sob o manto de medidas demagógicas irrelevantes, que nem de longe respondem de forma satisfatória a sentidas reivindicações populares afirmadas em prolongadas lutas, o Governo Cavaco/PSD agrava de facto nos pontos mais sensíveis as condições de vida do povo, a situação económica do País, os perigos que ameaçam a independência e a soberania nacionais.

O desemprego agrava-se de maneira notória, novos agravamentos estão em processo. Números oficiais, que nitidamente pecam por defeito, apontam para uma subida de 9,2% entre Julho de 85 e Junho de 86. No contingente de desempregados (só no distrito de Lisboa sobem a cerca de 120 000) 53,1% são mulheres.

A praga dos salários em atraso continua a golpear dezenas de milhares de trabalhadores. Em Lisboa estão nesta situação 24 000 operários de 166 empresas; no Porto ultrapassam já os 16 800, dos quais mais de 5500 são metalúrgicos a quem as dívidas patronais aumentaram em dois meses de 60 000 contos; em Setúbal mais de 12 000 e estão sob a ameaça de supressão mais de 5000 postos de trabalho; em Braga e Viana do Castelo mais de 8000 e 1500 postos de trabalho estão ameaçados de supressão.

No Minho o trabalho escravo clandestino de milhares de crianças é praticado em 400 das mais de 1000 empresas privadas.

Isto para só citar os quatro distritos de maior concentração industrial.

A ameaça de ruína e dependência de Portugal em resultado da adesão à CEE assume contornos precisos ao fim destes nove meses de «integração».

O Comité Central do PCP examinou com a maior atenção os resultados conhecidos que evidenciam as ameaças de ruína para a pequena e média produção agrícola e para milhares de pequenas e médias empresas industriais, comerciais e de serviços.

O Documento aprovado na Reunião de há 3 dias, que também publicamos noutro lugar e para o qual chamamos a atenção do leitor, dá um quadro que não pode deixar de preocupar os portugueses patriotas interessados no progresso do seu país.

A «reconversão» da nossa agricultura é a da «terra queimada» para os nossos terrenos de aptidão agrícola, a da eliminação económica e social de muitos milhares de explorações agrícolas, florestais e pecuárias.

Pretende-se reduzir a mão-de-obra na agricultura portuguesa, não pela melhoria da produtividade da terra, da mecanização, da electrificação, do melhoramento agronómico mas pela expulsão pura e simples das suas terras e a proletarização forçada de centenas de milhares de agricultores.

O que se está a passar com a cultura do tomate — de que mais de 100 000 toneladas ficou a apodrecer na terra — a das vinhas, a produção leiteira e de carnes, a produção florestal e frutícola é uma amostra do que se prepara no agro português sob as imposições da CEE. A destruição da nossa riqueza florestal em obediência à ruinosa eucaliptização — que em poucos anos duplicou de área e atinge hoje cerca de 430 000 hectares — é um incentivo a dois fenómenos dos mais perniciosos do latifúndio (a reconstituir-se aceleradamente com a criminosa destruição das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária): a desertificação e o absentismo.

As ilusões dos «Fundos» em cornucópia para Portugal da «generosa» CEE esfumam-se rapidamente no confronto com a realidade da colonização económica e política que a «adesão» significaria para o nosso país se as forças patrióticas e democráticas não lhe pusessem um travão.

Exactamente, o Comité Central do PCP considerou as reais possibilidades de pôr um travão à política de miséria, ruína e fome do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD, de o pôr na rua como necessidade política objectiva da situação nacional e dos sentimentos profundos do povo português.

Traços essenciais das condições objectivas e subjectivas para uma alternativa de governo e de política foram consideradas pelo CC do PCP:

A real fragilidade do Governo Cavaco/PSD; a real força da democracia; a impossibilidade de qualquer partido democrático sozinho poder assegurar uma alternativa; o carácter imperativo da convergência democrática para a defesa dos interesses populares da democracia, da independência nacional; o desenvolvimento da luta popular, designadamente da luta dos trabalhadores, a força, a capacidade de realização e a influência do PCP, **são traços de uma situação favorável para uma alternativa democrática.**

A principal circunstância que impede que tal alternativa se concretize «é a recusa de partidos democráticos a considerar a convergência indispensável para a demissão do Governo PSD de Cavaco Silva e a formação de um governo democrático».

Para o PCP as condições favoráveis à intensificação da ofensiva das forças democráticas são reais, e para o PCP «passar à ofensiva» constitui orientação geral para a sua actividade no futuro imediato.

Iniciativas no quadro parlamentar, no da luta popular de massas, no ataque a problemas dos mais candentes da sociedade portuguesa — em que se integra a Conferência do Partido para a Emancipação da Mulher — e outras de variada índole, são passos concretos duma acção ofensiva cujo resultado vitorioso está ao alcance das forças democráticas.

É uma possibilidade tão real que o próprio partido governante se sente impotente para lhe fazer face se os pressupostos de uma ofensiva vitoriosa se materializam no diálogo e na convergência dos partidos democráticos.

Quando, no assinalar do primeiro ano da vitória parcial eleitoral do PSD, se ouve um dos seus mais destacados dirigentes dizer que «se o PS e o PCP provocarem uma crise, o PSD exigirá novas eleições» toda a gente percebe que tal palavreado não passa de um «bluff» a encobrir o seu medo de que os partidos democráticos se entendam para uma ofensiva vitoriosa.

Resumo

1
Quarta-feira

A CGTP-Intersindical Nacional faz 16 anos, afirmando por todo o País a sua força e vitalidade ■ A Comissão Parlamentar de Defesa decide pedir esclarecimentos a Cavaco Silva acerca das negociações militares que o Primeiro-Ministro teve nos EUA ■ Inicia-se o ano lectivo, mas o próprio Ministério da Educação afirma que só para a semana haverá aulas a sério ■ A Federação dos Gráficos e o Sindicato dos Jornalistas repudiam a demissão da gerência do «Diário Popular» ■ FC Porto, Benfica, Vitória de Guimarães e Sporting passam à segunda liminatória das competições europeias de futebol ■ O Conselho Português para a Paz e a Cooperação congratula-se com a marcação do encontro Reagan-Gorbatchov e apela à suspensão dos ensaios nucleares ■ Milhares de mineiros sul-africanos efectuam uma greve de 24 horas em homenagem às 177 vítimas de Kinross e contra a falta de segurança no trabalho.

2
Quinta-feira

Os preços de venda ao público dos combustíveis, do pão e do leite já deviam ter baixado — relembra o grupo parlamentar do PCP; também o PRD protesta contra o facto de o Governo não estar a cumprir a lei do Orçamento ■ Encontram-se delegações do PCP e do PSB, prosseguindo assim a troca de opiniões sobre a situação política proposta pelos comunistas aos outros partidos democráticos ■ Sindicatos de Setúbal dão conferência de imprensa em Lisboa para «desmistificar a demagogia e a máquina de propaganda ao serviço do Governo» e repor a verdade sobre a difícil situação social no distrito ■ O Senado dos EUA decide anular o veto de Ronald Reagan à imposição de sanções económicas contra a África do Sul ■ É declarado o estado de emergência em Nova Deli após uma tentativa frustrada para assassinar o primeiro-ministro Rajiv Ghandi ■ São dados por concluídos os trabalhos de descontaminação da região afectada pelo acidente na central de Tchernobyl. ■ Boavista vence o Fiorentina e passa a eliminatória da Taça UEFA.

3
Sexta-feira

Deputados membros da Comissão de Agricultura da AR afirmam que a situação

Produção de tomate: entra a CEE, sai Portugal

dos produtores de tomate é «desoladora», após visitarem o Ribatejo e o Vale do Sado ■ O custo dos livros e restante material escolar pode chegar aos 10 contos por aluno, segundo o «Boletim de Concorrência e Preços» ■ PCP e «Os Verdes» debatem situação política ■ O ministro Álvaro Barreto retoma a ofensiva contra a Reforma Agrária e entrega, contra a lei, o Supremo Tribunal e o consultor jurídico do seu Ministério, uma reserva a um agrário espanhol ■ Foi suspenso o leilão da máquina principal da Chromolit, empresa de Guimarães com cinco meses de salários em atraso ■ Uma visita à URSS do reitor e de outros responsáveis da Universidade de Coimbra termina com um protocolo que reforça a cooperação com a Universidade de Lvov ■ Os presidentes de Angola e da Guiné-Bissau assinam um acordo de amizade e cooperação entre ambos os países ■ Shultz «não teve conhecimento» da acção de desinformação antilíbia, mas afirma não ter problemas em desencadear uma guerra psicológica contra Moammar Khadafy.

4
Sábado

PCP e MDP sublinham em encontro a necessidade de uma alternativa ao Governo e à política de direita ■ Comício-festa em Lisboa assinala 16 anos da

Comício-festa da CGTP-IN em Lisboa

CGTP-IN ■ Médicos convocam greve nacional para dia 17 ■ Prossegue o julgamento das «FP-25» com o depoimento, entre outros, de Ramalho Eanes ■ Fernando Tordo conclui a apresentação da «Ilha do Canto» na Aula Magna, em Lisboa ■ Eduard Chevardnadze reafirma no México o apoio da URSS à proposta do Grupo dos Seis para serem suspensos os ensaios nucleares ■ O Papa João Paulo II inicia visita à França.

5
Domingo

Comemora-se por todo o País o 76.º aniversário da implantação da República, afirmando os ideais patrióticos e democráticos a que está ligada a data ■ Nadar pela Paz é uma iniciativa da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense no seu 97.º aniversário ■ Reis da Suécia concluem visita oficial a Portugal ■ O semanário britânico «Sunday Times» afirma que Israel possui armas atómicas e é «a sexta potência nuclear» do Mundo.

6
Segunda-feira

Inicia-se em Lisboa uma reunião de dois dias do CC do PCP para análise da situação social e política ■ Agricultores protestam em Cabeceiras de Basto contra

Importa-se vinho sem escoar o que há cá

a autorização governamental à importação de vinho da CEE ■ Os deputados do PCP, apoiados pelo PS e PRD, interpelam o Conselho da CEE sobre a situação em Timor-Leste ■ A proposta da Comissão Europeia divulgada em Bruxelas fica muito aquém dos 150 milhões de ECUs pedidos por Portugal para o desenvolvimento da indústria ■ Aviação de Israel bombardeia o Norte do Líbano ■ Executados na Indonésia três dirigentes da revolução da 1966 detidos há mais de 20 anos ■ Submarino soviético afunda-se ao largo das Bermudas ■ Garry Kasparov revalida o título de campeão mundial de xadrez.

7
Terça-feira

CC do PCP confirma ofensiva e critica os que continuam a adiar acções para a substituição do Governo ■ União dos Sindicatos de Évora deununcia agravamento da situação social no distrito ■ US de Faro protesta em comunicado contra encerramento da empresa corticeira Torres Pinto ■ Professores de Português na Europa protestam no MEC pelo direito ao trabalho ■ UTIC pretende despedir 640 trabalhadores, segundo um documento divulgado pelas ORTs da empresa ■ Realbre plenário da Assembleia da República, ainda em período suplementar, para discutir Estatuto dos Açores ■ Incêndio destrói em meia hora fábrica de resinas em Lisboa ■ Partiu Tina Turner, ainda cá canta Gal Costa ■ Bancos centrais de oito países travam queda do dólar comprando grandes quantias de moeda americana ■ Ministério do Interior da Nicarágua informa que foi abatido um avião norte-americano com material de guerra para os contra-revolucionários somozistas ■ Supremo Tribunal chileno confirma a amnistia concedida a 38 militares e 2 civis acusados da detenção e do desaparecimento de 10 dirigentes comunistas em 1976 e 1977 ■ Papa João Paulo II termina visita à França.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa. Tel.: 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel.: 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 16-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 30 213

Semana

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 667
9 de Outubro de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

• A situação política
• Consequências da integração na CEE
• Conferência sobre «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril»

Reunido em sessão plenária nos dias 6 e 7 de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português analisou a situação política nacional, as consequências para Portugal da entrada na Comunidade Económica Europeia e convocou para o dia 15 de Novembro uma Conferência do PCP, de âmbito nacional, sobre «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril».

No final da reunião, a que se seguiu uma Conferência de Imprensa, o Comité Central distribuiu dois documentos que hoje publicamos na íntegra — um sobre as análises efectuadas no plenário e outro especificamente sobre a integração do nosso país na CEE.

O Comité Central salientou particularmente os mais graves aspectos da acção governativa do PSD de Cavaco Silva, sublinhando a necessidade de insistentemente desmascarar as decisões e medidas demagógicas do executivo e de combater as tentativas deste em fazer aprovar pela AR legislação contra-revolucionária.

Confirmando que a palavra de ordem «A luta continua, Governo para a rua!» corresponde a uma necessidade política objectiva, o CC do PCP considerou ser um erro «esperar para lançar tal palavra de ordem que se concretizasse a convergência dos partidos democráticos para a formação de um governo democrático, quando a luta pela demissão do Governo constitui por si um dos mais importantes factores que pode conduzir a tal convergência».

O plenário concluiu ainda que «a principal circunstância que impede se concretize uma alternativa democrática é a recusa de partidos democráticos a considerar a convergência indispensável para a demissão do Governo PSD de Cavaco Silva e a formação de um governo democrático».

«Passar à ofensiva», confirmou também a reunião do CC, «constitui orientação geral para a actividade do Partido no futuro imediato», sublinhando «a necessidade do desenvolvimento da iniciativa nas várias frentes sociais da luta de massas, no plano das instituições designadamente na Assembleia da República e no Poder Local, na acção política visando a convergência democrática, na batalha ideológica e da comunicação social e no reforço do Partido».

FLOR de MEL

Alice Vieira
Ilustrações de Ivone Ralha

CAMINHO

a Talhe de FOICE

De graça?

Célebre ficou aquela frase «quem quer saúde pague-a», a provar que a memória colectiva não é tão curta como isso e que o povo não regateia a fama mesmo aos que não merecem a glória.

Se neste mês de Outubro uma sondagem de rua fosse feita sobre as variações possíveis do referido dito, poucas razões haveria para duvidar que a maioria das respostas seria «quem quer ensino pague-o».

Um desaforo, evidentemente, como o ministro de Deus Pinheiro não deixaria de afirmar na ocorrência numa das suas prelecções à imprensa e ao País, prontamente apoiado pelo Governo Cavaco Silva de legislação em punho a provar em letra de forma que em Portugal o ensino oficial é obrigatório e gratuito sem discriminação de cor, sexo, religião ou outra de qualquer espécie.

Quem afirmar o contrário é certamente um agente subversivo às ordens do estrangeiro, um inimigo da nação ou no mínimo um desestabilizador da lei e da ordem.

Não rezam as crónicas que já alguém se tenha lembrado de usar de tal argumentação nas livrarias e papelarias de material escolar ou sequer nas próprias escolas. Se calhar porque ao primeiro contacto com as escolas oficiais a indignação e o espanto dos pais se transforma numa amálgama de impotência, de raiva e de «inresignada» resignação — se tal existe — perante a situação de facto que lhes aparece.

Tudo começa quando ao acompanhar os filhos que pela primeira vez entram na escola, os pais são informados da necessidade de um fundo de desgaste de material que começa por ser um fundo para material que as criancinhas só poderão desgastar se existir. Parece confuso mas não é. Em duas palavras, as escolas não têm fundos do Ministério para adquirir o material que os alunos devem utilizar, pelo que os pais devem contribuir com a quantia X para o efeito. É aqui que começam as despesas com o ensino gratuito.

Em seguida os pais recebem uma lista de livros a adquirir para o seu rebento, mais uma outra do material que cada um vai precisar, sem esquecer a caderneta escolar que também se compra. Na passagem pela livraria mais próxima, entre livros, lápis, borrachas, tesouras, lápis de cor e papel de lustro, *dossiers* e apara-lápis, plasticinas e picos, mais o que à memória agora não ocorre mas que está lá, na lista, a conta calada dá à carteira um abalão que a magreza do salário não comporta.

Isto, evidentemente, apenas para a primária. Porque quem tem o azar de ter filhos mais crescidos a frequentar o ciclo ou o secundário, então é que fica com as finanças de rastos. Uma situação agravada com o péssimo hábito que uma parte da população portuguesa ainda possui de ter mais do que um filho (a outra parte está a retrair-se de tal forma que a natalidade decresce a olhos vistos).

Segundo os dados existentes, os livros estão pela hora da morte e o material também; registaram aumentos tão espectaculares que nem os malabarismos governamentais os conseguem ocultar da opinião pública, o que de resto seria trabalho escusado já que milhões de portugueses o sentem directamente nos respectivos bolsos neste mês de Outubro do desespero comum.

O escândalo assume tais proporções que é impossível deixar de pensar que alguém anda a lucrar com o ensino com a mais completa complacência governamental; é a sociedade de consumo a invadir todos os domínios da vida, o império da livre concorrência de mercado, a total liberalização dos preços.

Uma simples tesoura? Não há; só às cores, plastificada, torneada... e mais cara. Um tubo de cola? Trazem agora uns bonecos de plástico que são uma maravilha... e mais caros. Um «tecto» para os preços dos livros escolares? Que raio de ideia; os «tectos» são só para os salários. Um controlo da qualidade dos livros e dos respectivos preços? Mas isso seria um verdadeiro atentado contra a liberdade da iniciativa privada.

Uma única consolação nos resta: se isto é o ensino gratuito que temos, o que seria se fosse a pagar? Consolação? Não consta que alguma vez isso tenha resolvido qualquer problema. E para resolver este nem sequer é necessário comprar um livro de matemática.

■ **A. F.**

PCP

Conferência de Imprensa

Governo coloca-se em posição de rebeldia em relação à AR

«Se até ao momento não foi possível concretizar uma alternativa democrática que leve à demissão deste Governo, isso deve-se à recusa de partidos democráticos a considerar a convergência indispensável para a demissão do governo PSD de Cavaco Silva e a formação de um governo democrático», afirmou o camarada Álvaro Cunhal na Conferência de Imprensa realizada na passada terça-feira, no seguimento da reunião do Comité Central do PCP que decorreu nos dias 6 e 7 de Outubro.

Álvaro Cunhal considerou que, ao recusar-se a aplicar leis aprovadas na Assembleia da República, no que diz respeito nomeadamente ao preço de todos os combustíveis (e não apenas da gasolina), «este Governo assume uma atitude de rebeldia institucional».

Nesta Conferência de Imprensa foram naturalmente passados em revista os principais temas da actual situação política e tocados alguns pontos da situação internacional.

A alternativa democrática a este governo

Sobre a questão da alternativa democrática à política de desastre nacional deste governo, Álvaro Cunhal reafirmou a disponibilidade dos comunistas para, em conjunto com os outros partidos democráticos, examinarem as possibilidades de viabilização de um governo democrático que ponha fim à actual política de direita.

A este propósito teve oportunidade de criticar algumas hesitações e tendências negativas na política desses partidos que não favorecem a procura da convergência. Respondendo a perguntas dos muitos jornalistas que se encontravam presentes, o secretário-geral do PCP considerou, nomeadamente, que a chamada «Convenção da Esquerda Democrática» é uma «iniciativa do PS, no âmbito restrito do PS e dos seus amigos mais próximos» e inscreve-se «numa tendência hegemónica explicitamente afirmada pela direcção do Partido Socialista, de que este partido é o único que pode constituir uma alternativa a este governo, na ideia da alternância com o PSD».

Nessa Convenção, prosseguiu Álvaro Cunhal, «não estão representados quaisquer dos outros partidos democráticos e, por isso, consideramos que se trata de uma utilização abusiva do termo "esquerda democrática"».

Interrogado sobre o significado da exclusão do PCP da «Convenção de Esquerda Democrática», o secretário-geral do PCP afirmou: «o PCP situa-se na esquerda da democracia portuguesa, é a força mais consciente e determinada na defesa da democracia no nosso país; o mesmo não pode dizer o PS que, sendo embora um partido democrático e consideramo-lo como tal, não esteve na esquerda quando, aliado aos partidos da direita, praticava uma política contrária aos interesses da democracia portuguesa».

Álvaro Cunhal apelou a todos os partidos democráticos e em especial ao Partido Socialista para que reflictam nos ensinamentos da vida política portuguesa nestes últimos dez anos, que apreendam as suas lições fundamentais. «As eleições de 6 de Outubro devem ser um motivo de reflexão para o PS e para todos os democratas», adiantou.

O Partido Socialista, considerou Álvaro Cunhal, com a sua política de direita pagou caro nas eleições essa sua actuação. O PRD deve também reflectir sobre isso; se for no caminho que seguiu o PS pagará igualmente caro essa sua opção.

Confrontado por um jornalista sobre as declarações feitas na recente conferência de imprensa do PSD acerca de uma pretensa «aliança objectiva» entre o PS e o PCP no sentido da abertura de uma crise governativa, considerou o camarada Álvaro Cunhal que «antes houvesse tal aliança entre os partidos democráticos para uma alternativa democrática»; existe uma maioria de deputados dos partidos democráticos na AR que pode constituir a base institucional para a viabilização dessa alternativa». Acerca da eventualidade de novas eleições antecipadas, Álvaro Cunhal disse que nesta altura «tais eleições não são necessárias para resolver uma eventual crise política».

«Neste momento, todos os partidos democráticos estão na oposição, têm uma maioria de deputados na AR e, portanto existem condições para uma alternativa democrática que evite o recurso a eleições que, de qualquer modo, o PCP não teme.»

É tempo de passar à ofensiva

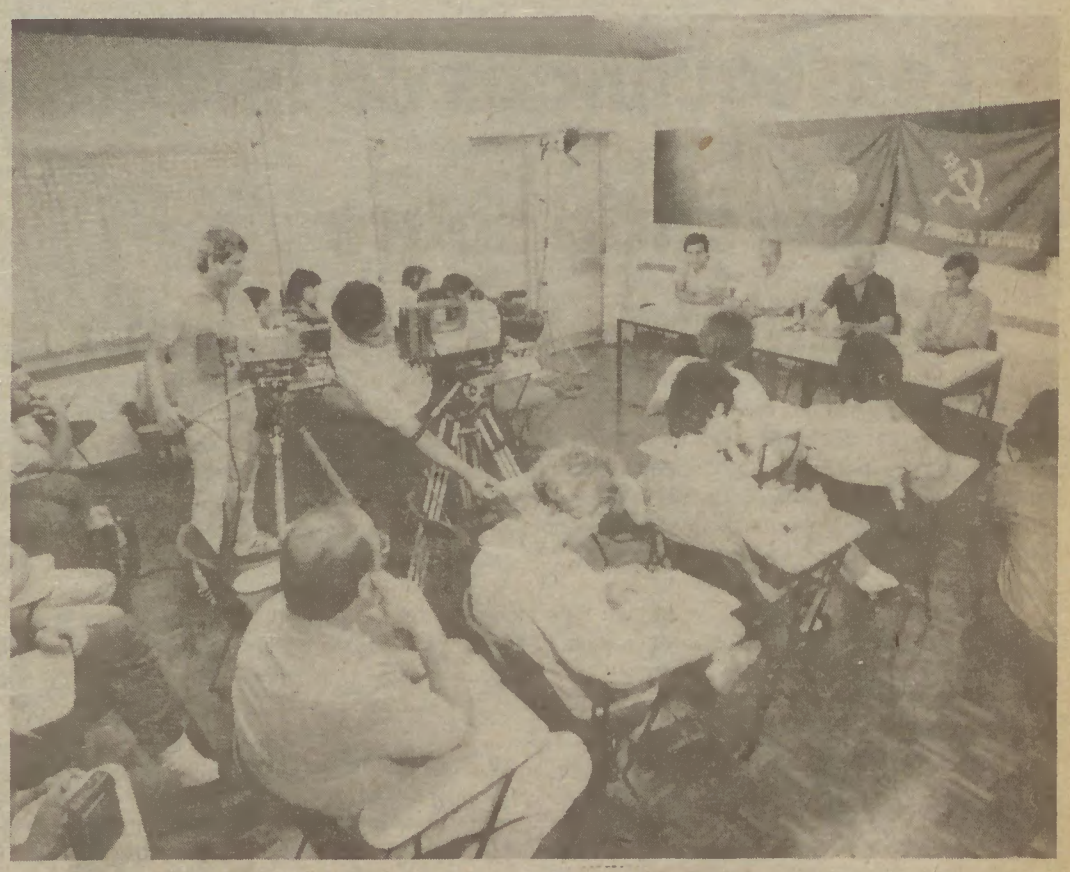
Interrogado por um jornalista sobre se o PCP considerava negativas todas as medidas do governo, Álvaro Cunhal disse que algumas medidas positivas têm sido tomadas mas com segundas intenções, como é o caso do aumento das reformas. Explicou a este propósito que «esses aumentos não são um favor do Governo, antes resultam da luta dos próprios reformados, dos trabalhadores, do nosso povo que exigiu esses aumentos».

Álvaro Cunhal salientou, citando as conclusões do Comité Central, «a necessidade de desmascarar insistentemente as decisões e medidas demagógicas do governo» quando toma medidas conjunturalmente positivas para alguns sectores da população fazendo crer que são favores seus quando, antes, constituem recuos perante a luta dos trabalhadores e do povo.

Significa isto que hoje, a «situação é mais favorável para o campo democrático» e que, não obstante as hesitações dos partidos democráticos, é necessário, desde já, passar à ofensiva. «Num momento em que os outros partidos estão na defensiva, nós tomamos a iniciativa», afirmou o secretário-geral do PCP. Álvaro Cunhal passou em revista as iniciativas aos mais diversos níveis da acção política previstas pelo PCP, destacando em particular a próxima realização de uma Conferência do PCP, de âmbito nacional, subordinada ao tema «a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» e um Encontro Nacional de Quadros sobre os problemas da comunicação social.

Por fim, instado a pronunciar-se sobre a próxima cimeira entre Reagan e Gorbatchov, Álvaro Cunhal considerou este facto, em si mesmo, uma derrota dos projectos belicistas do imperialismo, apostado no agravamento das tensões internacionais e fez votos para que tal encontro abra caminhos reais no sentido do desanuviamento e da Paz.

Acerca da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE marcada para a capital da Indonésia, tendo em atenção a ocupação de Timor-Leste por aquele país, o secretário-geral do PCP reafirmou a «defesa do direito do povo maubere à autodeterminação» e a oposição do PCP a todas as iniciativas tendentes à entrega de Timor-Leste à Indonésia.



Enquanto os partidos democráticos hesitam, o PCP passa à ofensiva. *Sem os comunistas não é possível uma alternativa democrática,* ***afirmou o secretário-geral do PCP, que estava acompanhado pelos camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Luísa Araújo, suplente do Secretariado do CC, e Joaquim Pina Moura, suplente do Comité Central***

PCP

COMUNICADO DA REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

• A situação política

• Consequências da integração na CEE

• Conferência sobre «A emancipação da mulher no Portugal de Abril»

O Comité Central do Partido Comunista Português realizou uma reunião plenária nos dias 6 e 7 de Outubro, com três pontos na sua ordem de trabalhos: situação política; consequências para Portugal da entrada na CEE e realização da Conferência do PCP sobre «A emancipação da mulher no Portugal de Abril».

1

Todos os acontecimentos confirmam a análise da situação social, económica e política feita pelo PCP e a justeza das grandes linhas de orientação traçadas para a actividade do Partido.

O Comité Central dedicou particular atenção a alguns dos mais graves e desastrosos aspectos e consequências da acção do Governo PSD de Cavaco Silva, designadamente:

— **a degradação da situação social** (salários em atraso, desemprego, despedimentos, precaridade do trabalho, encerramento de empresas, taxas moderadoras, encerramento e deterioração de serviços de cuidados e saúde, aumento das rendas de casa);

— **os golpes desferidos contra as nacionalizações** através de decisões de natureza subversiva como a transformação das empresas públicas em SARL e outras formas de reprivatização;

— **a intensificação de operações verdadeiramente criminosas contra a Reforma Agrária**, em particular através do roubo de terras às UCP's/Cooperativas;

— **a atitude de desestabilização e de verdadeira rebeldia institucional**, recusando-se o Governo a cumprir preceitos constitucionais, leis e medidas aprovadas na Assembleia da República (como as relativas à baixa do preço dos combustíveis e à baixa do preço do leite) e Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (que suspendem ou anulam decisões de entrega de reservas na Reforma Agrária);

— **a governamentalização, partidarização e manipulação da comunicação social** que se tornou um instrumento de mentira, de desinformação, de diversão ideológica, de perversão da opinião pública e de colonização cultural;

— **os gravíssimos golpes assestados na independência e soberania nacionais**, com particular relevo para a vergonhosa subserviência diplomática e política, o perigoso alargamento de facilidades militares aos Estados Unidos no território nacional; e o sacrifício da indústria, agricultura e pescas nacionais aos interesses dos países desenvolvidos da CEE.

Examinando as consequências da acção do Governo, o Comité Central sublinhou a necessidade de **desmascarar insistentemente as decisões e medidas demagógicas** e de combater as novas tentativas que o Governo prepara para aprovar ou fazer aprovar pela Assembleia da República legislação contra-revolucionária (legislação laboral, leis relativas às empresas públicas, aos baldios, ao arrendamento rural e ao emparcelamento, à segurança interna, ao sistema eleitoral, etc.) que lhe permitiriam imprimir um ritmo ainda mais acelerado à liquidação do regime democrático.

Das consequências nefastas da política do Governo, que se desenvolve com completo desrespeito pela legalidade democrática, e numa atitude de efectiva rebeldia institucional, resulta **a urgência da sua demissão.**

O Comité Central confirma que a palavra de ordem **«A luta continua, Governo para a rua!»** corresponde a uma necessidade política objectiva e aos sentimentos de vastíssimos sectores da população e traduz o objectivo central da luta política na situação actual.

O Comité Central considera que seria um erro esperar para lançar tal palavra de ordem que se concretizasse a convergência dos partidos democráticos para a formação de um governo democrático, quando a luta pela demissão do Governo constitui por si um dos mais importantes factores que pode conduzir a tal convergência.

O Comité Central examinou as condições objectivas e subjectivas existentes para uma alternativa ao Governo actual e à política actual e em particular a arrumação e correlação de forças políticas e partidárias.

Alguns traços essenciais foram particularmente considerados:

— **a real fragilidade do Governo PSD de Cavaco Silva**, dispondo na Assembleia da República de 88 deputados do PSD no total de 250 deputados e vendo reduzir-se a sua base social e política de apoio;

— **a real força da democracia** que conta na Assembleia da República com 140 deputados dos partidos democráticos e com uma ampla, sólida e combativa base social e política para uma alternativa;

— **a impossibilidade de qualquer partido democrático sozinho poder assegurar uma alternativa** e o carácter irrealista e mistificador da pretensão que tenha qualquer partido de governar sozinho, num sistema de «alternância» e de «hegemonizar a esquerda»;

— **o carácter imperativo da convergência democrática para a defesa dos interesses populares, da democracia, da independência nacional**, ou seja, da convergência dos partidos democráticos, não só para impedirem em casos pontuais o avanço da política antipopular, antidemocrática e antinacional do governo, como para, no mais breve espaço de tempo possível, concretizarem uma alternativa democrática, a formação de um governo democrático com uma política democrática;

— **o desenvolvimento da luta popular, designadamente da luta dos trabalhadores**, que alcançou nos últimos meses grande amplitude e combatividade, expressando a gravidade da situação social e o profundo descontentamento provocado pela política do governo;

— **a força, a capacidade de realização e a influência do PCP**, donde resulta não só a necessidade da contribuição do PCP para uma alternativa, como a impossibilidade de uma alternativa democrática sem o PCP.

O Comité Central concluiu que a principal circunstância que impede se concretize uma alternativa democrática é a recusa de partidos democráticos a considerar a convergência indispensável para a demissão do governo PSD de Cavaco Silva e a formação de um governo democrático.

A este respeito, o Comité Central considerou que a chamada «Convenção da Esquerda Democrática» promovida pelo PS, não é mais do que uma iniciativa limitada ao PS e área próxima, na qual não participam todas as outras grandes forças democráticas. A iniciativa inscreve-se em objectivos hegemónicos e tem carácter eleitoralista. A sua designação não pode deixar de considerar-se abusiva.

Existindo, como existe, a possibilidade real para os partidos democráticos (que dispõem de larga maioria na Assembleia da República) de pôr fim à desastrosa política do governo, de impedir que prossiga a sua obra de liquidação do regime democrático, de provocar a sua demissão, sem necessidade de eleições antecipadas, de assegurar a base suficiente de apoio para a formação de um governo democrático, o Comité Central considerou que não podem deixar de ser corresponsabilizados pelos desastrosos efeitos da acção do governo, aqueles que, podendo impedi-la, permitem que continue.

O Comité Central confirmou a inteira disponibilidade do PCP para o diálogo com os outros partidos democráticos, assim como com as organizações representativas das diversas classes sociais.

O Comité Central salientou que o diálogo entre os partidos demo-

PCP

COMUNICADO DA REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

críticos deverá desenvolver-se não apenas com o objectivo do conhecimento recíproco das opiniões, mas de forma a contribuir para a convergência de acção dos democratas com objectivos concretos imediatos e para a convergência visando a substituição do governo actual por um governo democrático.

O Comité Central confirmou que «passar à ofensiva» constitui orientação geral para a actividade do Partido no futuro imediato. O Comité Central confirmou a necessidade do desenvolvimento da iniciativa nas várias frentes sociais da luta de massas, no plano das instituições designadamente na Assembleia da República e no Poder Local, na acção política visando a convergência democrática, a batalha ideológica e da comunicação social e no reforço do Partido.

O Comité Central do PCP faz um apelo aos trabalhadores, assim como a todos os que são atingidos pela política do governo para que reforcem a sua unidade e a sua organização e desenvolvam a luta em defesa dos seus interesses e direitos conscientes de que a luta de massas é o factor determinante da evolução da situação política.

O Comité Central do PCP faz um apelo a todos os democratas para que se unam na oposição à política de direita e na luta por uma alternativa democrática e saúda os democratas dos vários partidos que em numerosas situações, se têm unido para defesa dos interesses do povo, da democracia, de Portugal.

O Comité Central faz um apelo a todos os membros do Partido para que empenhem os seus esforços e energias na aplicação da orientação do Partido, no reforço da ligação com as massas e no reforço do próprio Partido.

2

No segundo ponto da ordem de trabalhos, dando novo balanço **às consequências já verificadas da integração de Portugal na CEE**, o Comité Central concluiu que os factos estão confirmando as previsões e prevenções do PCP relativas às desastrosas consequências da integração, nomeadamente:

— a indústria, a agricultura e as pescas estão sofrendo duros golpes resultantes da integração;
— os supostos benefícios que Portugal viria a alcançar com os chamados Fundos estruturais da CEE constituem uma colossal mistificação que urge desmascarar;
— como consequência da integração, agravaram-se as limitações à soberania e à independência nacionais.

O Comité Central concluiu pela necessidade de conjugar o desenvolvimento da luta de massas na defesa dos interesses concretos atingidos, com a acção no seio das instituições, nomeadamente a acção dos comunistas portugueses tanto na Assembleia da República como no Parlamento Europeu.

O Comité Central reafirma a urgência da renegociação dos acordos firmados com a CEE lesivos do interesse nacional.

Como conclusão do debate, o Comité Central aprovou e torna público um documento intitulado «Portugal na CEE. Cresce e avoluma-se a ameaça da ruína e dependência — o PCP em defesa dos interesses nacionais».

3

Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Comité Central confirmou a realização no dia 15 de Novembro próximo de uma **Conferência do PCP** de âmbito nacional, subordinada ao tema **«A emancipação da mulher no Portugal de Abril»**.

O Comité Central sublinhou o particular significado desta iniciativa num momento em que a política reaccionária e os golpes desferidos contra as conquistas da revolução de Abril, atingem gravemente os interesses e os direitos alcançados pelas mulheres, provocam novas discriminações, acentuam a desigualdade com que a mulher é tratada na sociedade portuguesa, e provocam assim graves retrocessos no processo da sua emancipação.

O Comité Central aprovou um documento preparatório que servirá no imediato de base ao debate a realizar nas organizações, estabeleceu as bases de representação e eleição dos delegados e aprovou o regulamento da Conferência. Dada a particularidade da temática da Conferência, o Comité Central resolveu que as organizações deverão ter como preocupação a eleição de uma maioria de mulheres como delegados à Conferência.

O Comité Central sublinhou o alto interesse que a realização da Conferência está a despertar na opinião pública, nas mulheres portuguesas e em todo o Partido, designadamente nas 40 mil mulheres membros do Partido.

O Comité Central expressou a confiança que a Conferência constituirá um significativo marco e um importante factor dinamizador da luta das mulheres pelos seus justos direitos, no caminho da sua emancipação.

7 de Outubro de 1986

O Comité Central
do Partido Comunista Português

PORTUGAL NA CEE

Cresce e avoluma-se a ameaça de ruína e dependência — o PCP em defesa dos interesses nacionais

O PCP preveniu

Nove meses após a adesão de Portugal à CEE os factos confirmam as análises e previsões do PCP.

Muitas cláusulas dos Tratados ainda não estão em vigor, devido às moratórias inscritas no Tratado de Adesão. Mas desde já se torna cada vez mais evidente que a integração de Portugal na CEE, em vez de ser um factor de modernização acelerada de Portugal e de bem-estar para o povo português, como proclamaram os arautos da integração, acarreta consequências desastrosas para o nosso País. Cada vez se torna mais evidente que a integração de Portugal no Mercado Comum representa uma grande operação tendente a favorecer a restauração monopolista, a estreitar a dependência política e económica relativamente ao imperalismo, a limitar a soberania e degradar o funcionamento democrático das instituições.

Nove meses após a adesão, são mais evidentes as ameaças de ruína para a pequena e média produção agrícola e para milhares de pequenas e médias empresas industriais, comerciais e de serviços. Crescem as ameaças às condições de vida e bem-estar de vastas classes e camadas da população. Alastra a desilusão em torno da demagogia semeada à volta dos chamados financiamentos comunitários.

Enquanto o Governo e outras forças políticas cedem, capitulam ou alienam a soberania e os interesses do País, enquanto o Comissário português faz prevalecer aquilo a que chama os interesses «comunitários» sobre os interesses de Portugal, é o PCP quem, em Portugal e no Parlamento Europeu, defende com firmeza os interesses nacionais.

Factos à vista: consequências desastrosas da adesão

À medida que se vai avançando na integração mais se confirmam as consequências desastrosas para a economia portuguesa da integração de Portugal na CEE, agravadas pelos termos dos Tratados de Adesão.

Em relação à **indústria**, aumentam as importações dos países da CEE, designadamente da Espanha, com a consequente substituição da produção nacional pela estrangeira e abandono do aproveitamento dos nossos recursos.

Assim, enquanto a penetração em Espanha dos produtos nacionais (autocarros, cutelarias...) está a ser dificultada através de barreiras técnicas e outras, em Portugal a penetração de produtos espanhóis é uma realidade. O défice só com a Espanha teve já nos primeiros sete meses deste ano, um agravamento de cerca de 50% e o défice com a CEE (incluindo a Espanha) aumentou 22 vezes, passando de 1,4 para 31,5 milhões de contos. A dependência da Espanha já se verifica mesmo nalguns projectos industriais: Covina, com o eventual abandono da produção de vidro de cor, em sujeição aos interesses da indústria vidreira espanhola que tomou a parte do capital francês naquela empresa; Renault Portuguesa, com o abandono do investimento para a maquinação de peças da fundição de Aveiro, que é feita em Espanha; Cobre de Neves-Corvo, com o abandono da respectiva metalurgia e o tratamento do minério do outro lado da fronteira.

Na **siderurgia**, depois de liquidado o Plano Siderúrgico Nacional e o Plano de Expansão da fábrica do Seixal, é impedida a realização de qualquer verdadeiro projecto de desenvolvimento e modernização. São fixadas quotas inferiores às exportações habituais dos produtos siderúrgicos para a CEE e permitem-se substanciais importações de Espanha. A CEE programa, ainda, para a bacia de Setúbal a redução da actividade siderúrgica com a supressão de 2000 postos de trabalho no mínimo, num total de apenas 4500.

Os **têxteis**, com as limitações impostas à sua penetração em Espanha e em outros países da CEE, estão ainda ameaçados pela maior liberalização da renegociação do Acordo Multifibras e a consequente concorrência das multinacionais instaladas nos países do Terceiro Mundo.

As **conservas** vêem vetados pela CEE os seus projectos de investimentos co-financiados, relativos à expansão da sua produção, e os seus mercados sacrificados aos acordos da CEE com Marrocos e outros países.

Paralelamente o chamado «PEDIP» (Plano Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa) de 150 milhões de contos, não teve sequer qualquer verba atribuída na primeira leitura do Orçamento comunitário para 1987, decisão que acaba de ser confirmada pelo Presidente da Comissão Europeia.

Em relação à **agricultura** pretende-se impor a redução das áreas cultivadas e do volume das produções, segundo os interesses dos países mais desenvolvidos da CEE e dos grandes agrários e capitalistas portugueses.

A imposição de normas de qualidade e quotas de produção, a pressão para diversos processos de reconversão (vinha, carne, leite), os fortes estímulos à florestação indiscriminada (eucaliptos sobretudo, em ligação com as celuloses), etc., surgem claramente como instrumentos de liquidação da agricultura portuguesa e sua submissão ao imperialismo. A escandalosa abertura do mercado nacional à importação da CEE (vinho, carne, frutícolas, hortícolas, etc.) agrava enormemente os estrangulamentos no escoamento dos produtos portugueses.

Ao mesmo tempo, a adesão à CEE tem acelerado a penetração das multinacionais, nos poucos sectores competitivos e rentáveis da agricultura nacional (vinho do Porto, cortiça, carne, etc.), a par e passo com o processo de reconstituição do latifúndio e de concentração capitalista nos campos (projectos de leis do emparcelamento, do arrendamento e dos baldios).

A compra de terras por capitalistas de países da CEE, que tende a acentuar-se, significará a alienação de recursos nacionais e a perspectiva de domínio do capital estrangeiro em importantes sectores da agricultura portuguesa.

A imposição da quota máxima de **tomate** fresco, subsidiada, para a indústria de concentrados levou já este ano, a que uma boa parte da produção apodreça na terra, sem sequer ser colhida, o que provocou uma dramática situação para milhares de agricultores.

A imposição da compra de **cereais** à CEE (este ano a quota é de 15%) mais caros cerca de 12% no primeiro semestre de 1986 do que os de países não membros da CEE, traduz-se num prejuízo para a economia nacional.

A abertura de contingentes à importação de produtos agrícolas — sobretudo espanhóis — veio agravar a situação de muitos produtores (melão de estufa, maçãs, nêsperas, etc.).

O programa de reconversão de 30 000 hectares de **vinha** e a imposição de medidas para promover o arranque de 15 000 hectares não visa a melhoria das estruturas vitivinícolas em Portugal mas o interesse de países ricos da CEE com largos excedentes de vinho.

A proibição pela CEE da exportação de carne de porco por Portugal alegando a existência da peste suína, ao mesmo tempo que a permitiu em situações idênticas à Bélgica e Holanda impondo apenas um tratamento térmico, comprova a existência de inadmissíveis discriminações.

A diferença entre os preços dos factores de produção e os preços dos produtos agrícolas tende a agravar-se em prejuízo da agricultura.

Em relação às **pescas**, assiste-se à gestão discricionária pela CEE da nossa Zona Económica Exclusiva de pesca (200 milhas) com a invasão da frota espanhola e outras sem quaisquer contrapartidas.

Enquanto é concedida à frota espanhola a pesca do atum e às frotas japonesa e francesa a pesca nos mares dos Açores, o chamado «programa de modernização da frota» e o «programa plurianual para a aquacultura» foram aprovados pela CEE, significativamente com duas reservas visando excluir a construção de atuneiros e a truticultura. Portugal foi impedido, por força da adesão, de negociar

acordos de pesca com terceiros países. Os navios portugueses vêem os direitos de pesca do bacalhau serem suspensos no Canadá, não tendo recebido até Setembro qualquer indemnização da CEE.

As propagandeadas verbas para a fiscalização da nossa ZEE, inscritas no Orçamento comunitário, são irrisórias e a maior parte dos projectos de investimento na indústria transformadora não estão aprovados.

A entrada na CEE continua ainda a ser invocada para paralisar e votar ao **abandono projectos de interesse nacional** (Plano Siderúrgico Nacional, Alqueva e outros Planos de Rega, etc.) e para se proceder à **liquidação de empresas públicas** e organismos de coordenação económica cobiçados por grandes interesses — EPAC, AGA, IAPO, JNPP, CRCB, etc.

Os anunciados benefícios para os emigrantes são uma fraude. Permanecem discriminações e surgem novas iniciativas com esse objectivo.

Acelera-se a penetração do capital estrangeiro em Portugal através da consagração legislativa do **«direito de estabelecimento»** mesmo antes do prazo previsto no Tratado de Adesão e em condições particularmente gravosas para um país de recursos escassos e relativamente atrasado como Portugal.

Fundos da CEE: a mistificação desmascarada

O PCP previu e preveniu que o Estado português poderia a curto prazo vir a pagar mais à CEE do que o que dela recebe dos chamados fundos estruturais (FEDER, FEOGA, FSE). Agora já não é só o PCP que o diz, são as próprias declarações oficiais que o confessam.

O balanço da adesão, em termos financeiros globais, não se pode limitar aos fluxos entre o Estado português e o Orçamento da CEE. Entrando em linha de conta com a substituição da produção nacional pela produção estrangeira, a saída de lucros, pagamentos de *royalties* e fuga de capitais, é incontestável que Portugal é cada vez mais um pagador líquido de capitais.

Nove meses após a adesão, e depois de irresponsáveis promessas e desenfreada demagogia, as **autarquias** só receberam até meados de Setembro 640 000 contos. As prioridades de investimento nas obras financiadas pela CEE deixaram de ser definidas pelas autarquias. A sua realização passou a estar dependente do arbítrio das instituições comunitárias. A pretexto do financiamento da CEE, multiplicaram-se ingerências da CEE e da Administração Central portuguesa e das CCR's na actividade das autarquias e intensifica-se o compadrio e a dependência na comparticipação de projectos.

Na **agricultura**, os financiamentos ou estimulam abertamente o abandono de culturas agrícolas ou vão directamente para os grandes agrários e intermediários, num processo inquinado pelo compadrio, a corrupção e a falta de transparência. Os financiamentos destinados a apoiar o investimento nas áreas de transformação, acondicionamento e comercialização de produtos agrícolas foram preenchidas pelos projectos dos Amorins (cortiças), da Casa Aveleda, dos Supermercados Modelo. Os financiamentos destinados «a apoiar o investimento nas explorações agrícolas» não terão aplicação prática este ano e serão no futuro condicionados pelos excedentes da CEE.

Os financiamentos para **formação profissional** são ineficazes devido ao seu carácter desgarrado, à inexistência de um Plano de Formação Profissional coerente com as necessidades de desenvolvimento e apenas serviram para semear ilusões entre os jovens, que continuarão a não ter acesso a empregos, e muito menos de acordo com as suas aspirações.

Agravam-se as ameaças e limitações da soberania e independência do Estado português

A Comunidade Europeia rege-se pela lógica dos interesses dos grandes grupos económicos transnacionais. Visa assegurar as melhores condições de exploração dos trabalhadores e de acumulação de capital. Essa lógica é contrária aos interesses do desenvolvimento económico independente dos povos e países.

No sentido de assegurar as condições para o reforço do capital monopolista, a CEE tomou progressivamente e prevê tomar um conjunto de medidas de alargamento dos poderes supranacionais das instâncias de decisão em Bruxelas, com prejuízo da soberania dos Estados membros.

Com a aprovação do Acto Único serão diminuídas as possibilidades dos Estados se oporem a medidas que contrariem os interesses que representam. Preparam-se entretanto novas limitações à soberania dos Estados: reafirmação do objectivo de construção até 1992 do mercado único a que chamam «mercado interno», no qual desapareceriam os obstáculos e o controlo estadual à circulação de produtos; a «liberalização» do mercado financeiro, que virá reforçar a submissão e dependência às empresas transnacionais e a especulação financeira; a orientação para uma maior coordenação, gestão conjunta e até fusão futura dos fundos comunitários, reforçando assim os instrumentos de que a Comissão Europeia dispõe para definir as prioridades nos vários países, em substituição dos Estados.

O esforço recente desenvolvido pela CEE alarga-se a campos não estritamente económicos: domínio repressivo, política de educação e juventude, de investigação e desenvolvimento, intensificação da cooperação e actividade no domínio da propaganda e da luta ideológica (difundindo os conceitos e valores do imperialismo) e da própria política externa dos países membros.

O reforço da supranacionalidade, o alargamento das ingerências nas políticas dos Estados membros, obrigam estes a aceitar as prioridades definidas em Bruxelas através de directivas e de co-financiamento de projectos. Este facto torna-se mais grave numa situação como a portuguesa em que a CEE constitui um alibi para a falta de vontade política de sucessivos governos de definir e aplicar uma política de desenvolvimento económico e social independente, de acordo com o que a Constituição estabelece. Este facto facilita ingerências crescentes e abertas dos organismos comunitários em Portugal, com graves consequências para os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

Não há contrapartidas para a alienação da soberania dos Estados. De forma irresponsável, criaram-se expectativas e provocaram-se despesas que agora não têm cobertura. O dinheiro «da CEE» é dinheiro do país que agora «torna viagem», com a agravante de os órgãos de soberania, designadamente a Assembleia da República, deixarem de definir a sua aplicação.

Como o recente projecto de Orçamento da CEE demonstra, diminui a quota-parte que poderia ser aplicada em países como Portugal e aumenta a quota-parte das despesas que beneficiam a agricultura dos países mais ricos e desenvolvidos. A demagogia acabará por voltar-se contra quem a utiliza.

As limitações à independência nacional portuguesa resultantes das decisões de carácter supranacional da CEE fazem-se já sentir em importantes áreas da economia nacional.

Com a adesão à CEE o Estado português aliena o direito (inerente à independência e soberania nacionais) de decidir de importantes aspectos da sua política económica, da sua política industrial, da sua política agrícola.

Com a adesão à CEE numerosas competências e poderes do Estado português (integrantes da independência e soberania nacionais) passaram para as instâncias da CEE controladas pelos países mais desenvolvidos e actuando segundo os seus próprios critérios.

O PCP em defesa dos interesses nacionais

A luta de massas (designadamente dos sectores sociais atingidos pela integração) é o factor essencial para assegurar a defesa dos interesses nacionais e da soberania e independência de Portugal, ameaçados pelo processo de integração de Portugal na CEE.

Assume grande importância, entretanto, a acção dos comunistas no seio das instituições quer em Portugal quer no Mercado Comum, particularmente no Parlamento Europeu. O PCP apresentará proximamente na Assembleia da República várias iniciativas para reduzir as consequências desastrosas da integração na CEE, designadamente, visando condicionar através de regulamentação o direito de estabelecimento de estrangeiros na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços do nosso País.

A actividade dos deputados comunistas no seio do Parlamento Europeu — realizando múltiplas intervenções sempre em defesa de concretos interesses nacionais (vinho, têxteis, siderurgia, incêndios da floresta, fundos comunitários, etc.) — é uma demonstração clara da capacidade e firmeza do PCP no novo e importante campo de luta imposto pela adesão de Portugal à CEE.

É exactamente por ter estudado profundamente as consequências da adesão de Portugal à CEE, é por ter falado verdade aos portugueses, é por não ter necessidade de esconder os perigos que ameaçam a economia nacional que o PCP está em condições únicas para defender com firmeza os interesses e soberania nacionais.

Os factos demonstram: tal como o PCP preveniu, a integração na CEE é contrária aos interesses nacionais. Ao mesmo tempo que insiste na revisão dos acordos com a CEE lesivos dos interesses nacionais e denuncia os perigos resultantes do processo de adesão, o PCP é e será, em Portugal e no seio da CEE, o mais firme e consequente defensor dos interesses do Povo e da independência do nosso País.

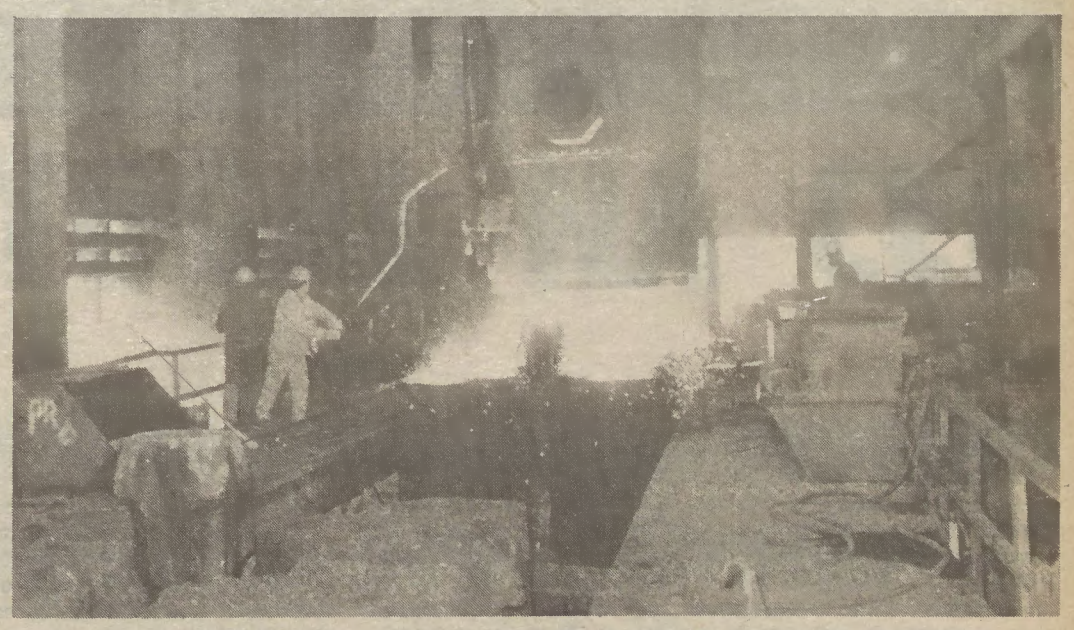
7 de Outubro de 1986

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Documento aprovado
na reunião do Comité Central do PCP
de 6-7 de Outubro de 1986

Trabalhadores

Chantage na Siderurgia



Firme disposição de luta se verifica na Siderurgia Nacional. Em plenários no Seixal, Maia (Porto) e sede da empresa (Lisboa) foram repudiados os 2000 despedimentos anunciados em Bruxelas, sede da CEE, e condenada a atitude subserviente do Governo e do conselho de gestão daquela empresa pública que, em tom de chantagem, pretendem impor aos trabalhadores a rescisão do contrato ou o despedimento colectivo. Nos plenários, referidos pela Comissão Executiva do Conselho Nacional da FSMMMP (federação sindical) no passado dia 1, foi sublinhado que «no decorrer deste ano o País importou o dobro do aço que tinha importado durante todo o ano de 1985, enquanto que as exportações, por imposição da CEE, foram reduzidas em 13 900 toneladas».

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, que tem seguido com regularidade todo este processo, revela que nos plenários «a renegociação dos acordos com a CEE foi firmemente exigida pelos trabalhadores, assim como o aproveitamento do equipamento adquirido para a expansão da fábrica do Seixal (assunto destacado **Em Foco** pelo «Avante!» da semana passada) e que passa pela sua montagem e consequente laboração».

Recorde-se que aquele equipamento se encontra encaixotado há 5 anos, embora a SN-EP o tenha adquirido por 40 milhões de contos e pague por ele, só de encargos financeiros, um milhão de contos por mês.

A responsabilidade por este esbanjamento inacreditável cabe inteiramente aos governos de direita e sobretudo ao actual, pois só no primeiro semestre de 1986, em relação ao mesmo período do ano passado, a Siderurgia Nacional-EP facturou menos dois milhões, trezentos e quarenta mil e quatrocentos contos, que correspondem a uma diminuição de vendas da ordem das 20 500 toneladas.

Ainda segundo números divulgados pela FSMMMP, «as dívidas dos clientes aumentaram 427 400 contos e atingiram o valor global de 13 milhões, 926 mil e 200 contos».

Menos 215 trabalhadores efectivos

Os gestores, da confiança do Governo como se sabe, obedecem aos «ditames dos monopólios da CEE». Assim, «foi reduzido em 215 o número de trabalhadores efectivos e aumentou o número de horas do **emprego precário** (mão-de-obra alugada, inclusive) o qual atingiu o montante global de 479 900 horas».

A Federação (FSMMMP) chama «chantagem» à atitude do Governo e do conselho de gestão. Os gestores estão a chamar os trabalhadores aos serviços de pessoal para os porem perante o dilema **rescisão do contrato-/despedimento colectivo.**

Como tem sucedido noutras empresas, particularmente nas de metalomecânica pesada, e começa a suceder na TAP, (ver **Em Foco** nesta edição) ministérios e gestores, para tornearem a ilegalidade do despedimento sem justa causa, preferem recorrer às chamadas rescisões dos contratos por mútuo acordo. Instalando um clima de coacção e de permanente instabilidade quanto à segurança do emprego, conseguem em alguns casos obter o mesmo efeito dos despedimentos em massa, sem se importarem para nada com os custos desse processo de despedir, que alguns trabalhadores se vêem na contingência de aceitar, temendo o despedimento colectivo para o qual o Ministério do Trabalho cavaquista pode sempre arranjar falsas justificações.

No entanto, na Siderurgia Nacional, onde o Governo se prepara para vender por «tuta e meia» o equipamento adquirido por 40 milhões de contos, a situação caracteriza-se, segundo a Federação sindical, pela firmeza e pelo recurso à luta contra os despedimentos.

Nos plenários foi decidido «exigir que o conselho de gestão cesse imediatamente com a chantagem visando a rescisão do contrato».

Foi decidido também «prosseguir a luta pelo desenvolvimento da empresa» para os problemas da qual o Ministério da Indústria deve apresentar respostas. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho deverá reunir-se com os dirigentes sindicais, como várias vezes foi solicitado pela FSMMMP, para se desbloquear o acordo de empresa.

As decisões tomadas em plenário foram comunicadas à direcção da Siderurgia Nacional.

Recorde-se que, na sua reunião de 15 de Julho findo, o Conselho Nacional da Federação sindical do sector (FSMMMP) alertava para os efeitos negativos da integração na CEE, que começavam a alastrar.

«O mercado nacional está a ser invadido pelo aço espanhol, com a consequente quebra de encomendas da SN onde alguns sectores produtivos estão na situação de paralisação constante», sublinhava o CN da FSMMMP.

No dia 30, ainda de Julho, a Comissão Executiva do mesmo órgão dirigente da FSMMMP adiantava que «transformar a Siderurgia Nacional numa pequena indústria para fabricar produtos não rentáveis às siderurgias da CEE é o objectivo imediato dos monopolistas europeus do sector, com a subserviência do Governo português».

Adiantava ainda aquele órgão executivo da Federação dos metalúrgicos que um dos objectivos decididos em Bruxelas (Bruxelas apoiaria financeiramente os 2000 despedimentos) seria «abastecer o mercado português de produtos siderúrgicos importados dos países da CEE».

As organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) e a estrutura sindical coordenada pela Federação (organização intermédia da CGTP-IN) assinalavam, já nessa altura, que o abandono dos projectos de expansão e desenvolvimento da fábrica do Seixal («as exportações foram limitadas ao máximo de 90 toneladas/ano para os países da CEE e 40 mil para os Estados Unidos: valores muito inferiores aos praticados nos últimos anos») se destinam a arruinar não só a SN, mas «a maioria das metalomecânicas pesadas portuguesas», como é o caso da **Sorefame/Equimetal/Mompor.**

Em linhas gerais, esta situação deriva do **protocolo 20** da adesão de Portugal à CEE, que, segundo os sindicatos e as ORT's, foi «vergonhosamente assinado pelo Governo português».

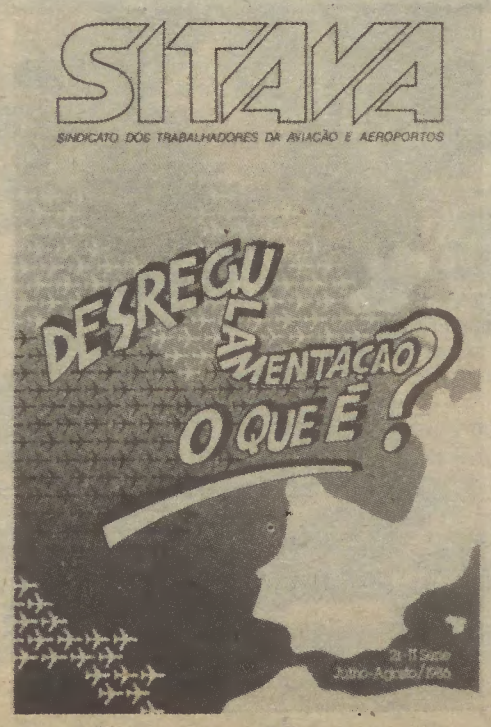
Os trabalhadores da SN e das metalomecânicas reclamam a «renegociação do acordo com a CEE» e que «sejam accionados mecanismos, utilizando uma das regras da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) que permite impedir a entrada em Portugal de produtos siderúrgicos, desde que a economia nacional seja prejudicada, defendendo-se assim os interesses nacionais».

Nessa reivindicação apresentada há mais de dois meses, os sindicatos e os trabalhadores representados pelas ORT's mantinham, como hoje, as suas posições quanto à necessidade imperiosa do saneamento económico-financeiro da Siderurgia e exigiam, nomeadamente, que «os equipamentos encaixotados no Seixal sejam aplicados, em vez de serem vendidos» em condições que os sindicatos consideram muito graves para a economia do País e, mais exactamente, muito graves para a já degradada situação social no distrito de Setúbal, que os paliativos caridosos para as «bacias siderúrgicas» não poderão remediar.

A TAP sob pressão

O SITAVA é um dos principais sindicatos da TAP.

Os leitores interessados na desregulamentação do transporte aéreo podem recorrer às suas publicações. Refira-se que o n.º 21 da sua revista, cuja capa aqui reproduzimos, regista, quanto a despedimentos por via da desregulamentação, entre outros, nos anos de 1980 e 1983, só nos Estados Unidos, os casos da **Braniff** (3600), **Pan American** (3460), **TWA** (3500) e **Continental** (8000). «No total — revela o SITAVA — entre 1980 e 1983, regista-se uma perda de pelo menos 43 000 postos de trabalho (em 361 000) nas companhias aéreas».



A escala de Portugal é o que se pretende fazer na TAP (ver **Em Foco** desta edição). Contra essa tentativa de «trituração» de postos de trabalho, além da intensa movimentação das CT/TAP, EP e dos sindicatos do ramo a nível nacional, refiram-se os contactos da Comissão de Trabalhadores da TAP com organizações sindicais portuguesas, espanholas, francesas, italianas e gregas. A problemática da desregulamentação/liberalização do transporte aéreo, «mercê da insistência da Comissão da CEE liderada pela Grã-Bretanha», cujo modelo a gestão da TAP pretende copiar, é justamente invocada pela CT da TAP para uma tomada de posição comum de todas as organizações sindicais da CEE. Segundo aquela CT, ficou definido, em princípio, um encontro em Lisboa a realizar no fim deste mês entre aquelas organizações.

As CTs do sector dos transportes nomeavam, entretanto, uma comissão encarregada de pôr a funcionar uma comissão coordenadora das comissões de trabalhadores.

Seguros

Manobra à UGT

*A movimentação unitária no sector dos Seguros de âmbito sindical teve no passado fim-de-semana material suficiente para denunciar em público os processos que se vão tornando normais na UGT. Depois da banca, onde uma reunião do Conselho Geral, na altura da greve, arrumava com qualquer «veleidade» democrática na solução do conflito, não se realizando, pura e simplesmente é agora a vez dos Seguros, sector onde o III Congresso Ordinário e o I Extraordinário no Sindicato do Sul e Ilhas (3 a 5 de Outubro em curso) foi **«ferido de manifestas ilegalidades, a justificar, em absoluta a sua impugnação»**. Numa declaração aos órgãos de comunicação social sobre o assunto, os delegados da Lista C (**«Movimento Alternativa»**) afirmam que «o Congresso Ordinário não decorreu em condições democráticas». Foi iniciado — sublinhou — com três horas de atraso e com uma clara tentativa de marginalizar da condução dos trabalhos qualquer elemento que não fosse afecto à lista A», que reunia as mais gratas aspirações da direcção UGT, neste caso de maioria PS.*

*Depois de explicar como decorreram os trabalhos («um conjunto de prepotências em que a Mesa e muito particularmente o seu presidente desempenharam papel assaz importante») os delegados da Lista C, «face à iminência de mais uma situação de carácter golpista», abandonaram os trabalhos juntamente com alguns delegados da Lista B. Um dos elementos desta Lista, que permaneceu na sala, acabou por ser alvo de **«uma expulsão tumultosa»**, quando no «exercício de um direito legítimo, exigia a verificação do "quorum" necessário ao prosseguimento do Congresso, sendo a sua presença contabilizada na votação que se seguiu à sua saída». Além disso, dois votos contra acabariam por ser contados como válidos para a lista A.*

*Do que se passou depois, acrescentam os delegados do **Movimento Alternativa**, «não podemos dar conta, pois todo o Congresso ficou então nas mãos da Lista A e de oito membros aliciados à Lista B. Podemos, no entanto, afirmar — lê-se no documento distribuido publicamente — que, em pouco mais de uma hora, foram «discutidas» e aprovadas as Teses, o Programa de Acção para o Triénio e feita a votação nominal para o Secretariado».*

*Depois de se referirem a **«processos obscuros»** e de insistirem na «falta de democraticidade», os delegados da Lista C acusam a «tendência socialista» de, para conservar o poder «deitar mão» a esses processos e de se isolar dos 70 por cento de trabalhadores dos Seguros que não a apoiam («por omissão ou oposição»), mostrando-se incapaz de «promover o diálogo indispensável ao fortalecimento do Sindicato para enfrentar com eficácia o êxito os desafios de um futuro cheio de ameaças».*

Concluem os delegados da Lista C que, apesar de todas as anomalias, no Congresso Extraordinário, convocado para alteração dos Estatutos do Sindicato do Sul e Ilhas, «verificou-se a aprovação de pontos consensuais que, não alterando significativamente o cariz antidemocrático dos Estatutos, permitiu neles introduzir um princípio de há muito reclamado pelos trabalhadores de Seguros: a eleição directa da sua direcção sindical».

Trabalhadores

Acção e luta no Porto

A metalurgia e a indústria química são dos ramos sectoriais mais afectados pela política cavaquista no distrito do Porto. A Comissão Coordenadora das CTs promoveu sexta-feira na baixa portuense uma acção de esclarecimento da opinião pública e aprovou um conjunto de acções para os próximos dias, incluindo reuniões sectoriais na metalurgia (17 de Outubro) e na química (31) para debater problemas e agir. Estas iniciativas da Coordenadora vêm no seguimento de um plenário distrital de dirigentes, delegados sindicais e membros das CTs do Porto, que se efectuou naquela cidade em 25 do mês passado. Para o próximo dia 24 a Coordenadora das CTs do Porto anuncia ainda a realização de um colóquio sobre higiene e segurança no trabalho, com a presença de especialistas nessa matéria de interesse geral.

No plenário do dia 25, onde se tomaram várias decisões «na perspectiva do desenvolvimento da luta intensa que vem sendo desencadeada», foram indicados como existindo naquele distrito nortenho **90 mil desempregados, 17 mil trabalhadores com salários em atraso e mais de 100 mil contratados a prazo**.

Quanto aos despedimentos, «as consequências da política de desastre» seguida pelo Governo Cavaco Silva são apontadas em casos como os da **Sundlete, Fibra Comercial Lusitana, Francisco Barbosa de Castro** e a empresa **Varandas**.

No que respeita às ameaças e riscos sérios sobre o emprego, o plenário sindical do dia 25 destaca os casos da **Sitenor, Electro-Alfa** e **UTIC**.

Salários em atraso continuavam, entre muitas outras empresas, na **EFI, Mindelo** e **Tabopan**. Os sindicatos, através dos seus dirigentes, delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores, sublinham ainda o «aumento dos contratos a prazo», o «alastrar do trabalho clandestino», o «crescimento da exploração a todos os níveis» e o «recrudescimento da repressão e da ilegalidade nas empresas».

Mas a luta resulta

O plenário do dia 25 no cinema Júlio Dinis, no Porto, concluiu que «a situação só não é mais grave porque, através da luta persistente ao longo dos meses e mesmo no período de férias por que acabámos de passar, os trabalhadores têm feito suster e até recuar as intenções do Governo».

Das lutas mais recentes, o plenário sindical destacou as dos transportes, banca, metalúrgicos, têxteis, construção civil, médicos e profissionais da saúde, função pública, professores, químicos, indústrias eléctricas, gráficos e telecomunicações.

As acções e a movimentação sindical tomaram formas diversas, incluindo comissões de luta, intervenções junto de órgãos do poder, manifestações junto de associações patronais, plenários e concentrações em empresas e nas ruas.

Segundo o plenário distrital, nos **STCP** (Serviços de Transportes Colectivos do Porto) «a unidade e firmeza dos trabalhadores, numa luta difícil que durou semanas, impuseram no fundamental os seus objectivos».

No **têxtil**, «ao fim de cinco anos de luta, conseguiu-se assinar um contrato sem trair os direitos dos trabalhadores, como pretendia o patronato junto com os divisionistas do Sindetex».

Na **pesca (arrasto costeiro)** «os trabalhadores têm vindo a conquistar o seu contrato empresa a empresa, tendo já a maioria dos armadores chegado a acordo com os trabalhadores».

Ainda segundo o plenário do dia 25 no Porto, «nos **metalúrgicos**, nos **TIR, panificação, CP, construção e madeiras, cimenteiras, calçado e chapelaria** e em tantos outros sectores e empresas têm sido conseguidos contratos muito superiores às propostas iniciais do patronato e do Governo».

O plenário refere por último o caso do «**Jornal de Notícias**» onde os trabalhadores e «o amplo movimento de solidariedade desencadeado em torno da sua luta impediram a privatização pretendida pelo Governo».

Ao manifestar a sua confiança na luta «por uma alternativa democrática a esta política e a este Governo», o plenário sindical do distrito do Porto reafirmou a sua disposição de prosseguir e intensificar a luta, aos mais diversos níveis e de diversas formas, pelos objectivos prioritários para os trabalhadores: pelo direito ao trabalho e ao salário; pela semana de quarenta horas; pelo direito à livre negociação; por uma equitativa distribuição do rendimento nacional; em defesa dos direitos e liberdades sindicais; pela Paz e a Democracia».

Como sucedeu com o movimento sindical unitário por todo o País, o plenário distrital do Porto decidiu participar activa e empenhadamente nas comemorações do 16.º aniversário da fundação da CGTP-Intersindical Nacional.

Rendimentos

Depois de caracterizar «a situação extremamente favorável» que tem assinalado a vigência deste Governo, o plenário distrital de sindicatos do Porto conclui que «os benefícios colhidos têm sido, e pretende-se que continuem a ser, canalizados para o bolso dos capitalistas». Acrescenta o plenário que o recente acordo (ao qual põe aspas) do Conselho Permanente de Concertação Social — Governo-patronato-UGT — pretende fazer acreditar que há uma **política de rendimentos** coerente e compatível com as restantes políticas económicas, e afirma que os aumentos de salários reais se devem a essa política. Mas o que não diz é como é feita a distribuição do rendimento nacional». Não diz também — realça o plenário do Porto — que «enquanto a parte daquele rendimento correspondente ao trabalho se prevê que (de 1985 para 86) **diminua** em 1,8 por cento, a parte dos lucros, juros, rendas, etc. **crescerá**, nesse período, 1,5 por cento. Na verdade, o «acordo» que a UGT assinou com o grande patronato e o Governo pretende é dar continuidade à política que vem sendo seguida, é dar continuidade aos limites salariais que se tentaram impor em 1986 e que a luta fez cair».

Em ambiente de luta e reivindicação

Comemorados os 16 anos da CGTP-IN

• Acção sindical em empresas e sectores

A movimentação sindical dos médicos, professores, trabalhadores da Função Pública (contratação colectiva: uma prioridade), nos transportes (ver estas páginas e caderno **Em Foco** com a entrevista da TAP) juntam-se ao caso EPAC e aos CTT para assinalarem uma semana repleta de actividade reivindicativa que se iniciou com as comemorações do 16.º aniversário da CGTP-IN.

Entre os temas principais que presidiram às comemorações da fundação da Inter em 1970 a própria sociedade portuguesa onde a situação social é «explosiva». Um dos dirigentes nacionais da CGTP, Kalidás Barreto, que fez o discurso de abertura da sessão solene do dia 1 em Lisboa, referiu-se a situações como «a fome, a miséria e a repressão primária dos direitos e liberdades na empresa e fora dela; os salários em atraso, e, para nossa vergonha — destacou — o regresso à exploração do trabalho infantil, a lembrar o século XIX; o desemprego crescente, lamentavelmente característico do século XX; as consequências sociais e económicas da introdução selvagem das novas tecnologias que já têm a ver com o século XXI».

Acerca das quarenta horas semanais, uma das direcções da luta da CGTP, Kalidás Barreto deixaria bem claro o seguinte: «Analistas muito especializados da CEE» vêm dizer-nos «pressurosos, como se tivessem descoberto a quadratura do círculo, que quatro em cinco portugueses preferem ganhar mais em vez de trabalhar menos». Mas será mesmo assim? «Ou será porque os trabalhadores portugueses ganham tão mal que precisam de trabalhar mais para compensar o seu baixo nível salarial? Ou porque estamos num país em que se continua a explorar a mão-de-obra em termos que retiram à maioria os direitos elementares da pessoa humana? Ou ainda porque a retribuição salarial em Portugal está longe de corresponder ao esforço dos trabalhadores e os obriga a ter salários do Terceiro Mundo para pagar preços da Europa?»

A necessidade da luta

Aquele dirigente nacional da CGTP, defendendo a actividade sindical, afirmaria:

«Estamos num Estado de direito e não há democracia sem sindicalismo livre. Sendo assim, a actividade sindical é um direito consagrado na Constituição e um serviço de grande dignidade, que não pode ser encarado por nenhum democrata como algo de subversivo, desestabilizador ou clandestino... Naturalmente contra-poder, o sindicalismo assume-se com características próprias na defesa dos interesses dos trabalhadores, com princípios e objectivos específicos e que, por universais, não podem ser democraticamente contestados. Eis porque se exige uma grande atenção na aplicação efectiva dos direitos, liberdades e garantias sindicais, uma redobrada denúncia das ilegalidades, uma exigência de uma justiça mais atenta e mais operante, porque não chega ter leis progressistas, é preciso lutar pela sua aplicação».

A CGTP-IN fez dezasseis anos com 153 sindicatos filiados e outros 70 a participarem regularmente nas suas actividades. Essas organizações sindicais representam, no conjunto, um milhão e quatrocentos mil sindicalizados.

Reformados da CP concentram-se hoje em Lisboa

Ao mesmo tempo que prossegue a luta em várias empresas, com relevo para os **CTT** (greves de duas horas anunciadas para os dias 16 e 21) e para sectores profissionais como os **médicos** (greve prevista para dia 17), **professores**, designadamente os de Português despedidos na Europa pelo respectivo Ministério em Lisboa (vigílias em frente a este departamento do Governo), na **UTIC** (em risco 640 postos de trabalho), nos **Plásticos Nova Era**, na **Mundet** e na **Fábrica de Tintas da Torre**, os ferroviários reformados e pensionistas da **CP** anunciaram para **hoje, às 14 e 30 uma concentração em frente ao Ministério dos Transportes e Comunicações**, em Lisboa, para manifestarem mais uma vez «o repúdio e a mais viva indignação» pelo escandâlo que representa — afirma a Federação Sindical (FSTFP) — «o atraso artificial (já que existe verba disponível) provocado pelo não pagamento do aumento das suas pensões no valor de 17 por cento, a partir de 1 de Fevereiro do ano corrente».

PCP

Distrito de Coimbra

1.ª Assembleia a 9 de Novembro

Cerca de 200 reuniões e plenários integram a intensa actividade preparatória da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Coimbra do Partido Comunista Português, marcada para 9 de Novembro próximo.

O debate em torno do projecto de Resolução Política da Assembleia e a eleição dos 488 delegados são pontos salientes dessas iniciativas preparatórias, já iniciadas nos concelhos daquele distrito.

Como assinala ao «Avante!» a Comissão Distrital de Coimbra, «o Projecto de Resolução Política, sob o lema "Reforçar o PCP, por Abril, pelo Progresso do Distrito", é já fruto de múltiplas reuniões e vários contributos pessoais. Condensa a experiência e a luta do povo e dos trabalhadores do distrito e o papel de vanguarda do PCP. Elabora as propostas e linhas de acção para o desenvolvimento harmonioso do nosso distrito, para o desenrolar da luta e para o fortalecimento do PCP, contributos indispensáveis à substituição do actual Governo Cavaco Silva por um governo democrático com uma política democrática, ao serviço do Povo e do País, da independência nacional e da Paz. Em complemento vai ser editada uma brochura com a caracterização económica, social e política do distrito de Coimbra.»

A 1.ª Assembleia elegerá a nova Comissão Distrital.

Concelho de Arraiolos

O Partido em acção no Sabugueiro

Uma nova Comissão Local, constituída por 17 camaradas (dos quais 4 são mulheres e 30 por cento tem menos de 30 anos), passou a dirigir desde o passado dia 4 o trabalho do Partido na aldeia alentejana do Sabugueiro, concelho de Arraiolos.

Aquele organismo foi eleito no decorrer da 1.ª Assembleia da organização local do PCP, que reuniu nas instalações da Sociedade Recreativa 89 delegados e 30 convidados para um debate responsável sobre os aspectos da situação social e política e também da vida partidária.

O prestígio do Partido nesta aldeia ficou bem patente nos trabalhos da Assembleia com a resposta dos participantes a um apelo para a recolha de fundos, que registou cerca de 10 mil escudos.

Para além da eleição do novo organismo de direcção, a Assembleia discutiu e aprovou por unanimidade o Relatório apresentado pela Comissão Local cessante.

Na parte final dos trabalhos registou-se a intervenção do camarada **Diamantino Dias**, membro do Comité Central do Partido. O reforço do PCP e as tarefas políticas que se colocam no imediato foram temas centrais das palavras proferidas pelo dirigente comunista, que chamou a atenção para os **novos ataques do Governo contra a Reforma Agrária**. As acções de roubo de terras contra as Cooperativas de S. Joaquim do Pomar/Flor do Alentejo e as ameaças contra as Cooperativas 25 de Abril e 5 de Outubro (Sousel), no quadro de uma política que tem como objectivo destruir a agricultura e os interesses nacionais, foram questões abordadas por Diamantino Dias.

A encerrar este momento alto na vida da organização do Partido em Sabugueiro, actuou um grupo de música popular.

Juventude

Prescrições no Ensino Superior público

Deus Pinheiro opta pelo mais fácil: expulsar estudantes

• *JCP toma posição*

«Em vez de resolver os problemas existentes e de melhorar o que deve ser melhorado, Deus Pinheiro opta pelo mais fácil: expulsar estudantes». As palavras são do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e caracterizam os objectivos da publicação da Portaria n.º 523-B/86 de 13 de Setembro, regulamentadora do Decreto-Lei n.º 289/86 de 8 de Setembro sobre prescrições no Ensino Superior.

A publicação daquela Portaria, apenas destinada ao ensino público (!), «veio trazer enormes perturbações aos serviços administrativos das escolas e entre os estudantes afectados», sublinha a JCP.

Na nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social, aquele organismo da JCP alerta:

«A Portaria atribui uma eficácia retroactiva que permite considerar "prescritos" desde já estudantes que tenham efectuado a sua inscrição durante vários anos, sem que existisse qualquer regime de prescrições. De facto, o primeiro regime de prescrições cuja aplicação foi quase de imediato suspensa remonta ao Decreto-Lei n.º 210/81. A presente Portaria retroage inadmissivelmente a data anterior, sem que nada, nem mesmo o Decreto-Lei que se destina a regulamentar, o fizessem prever. Acresce que todas as inscrições realizadas entre 1 e 13 de Setembro terão de ser reapreciadas, podendo mesmo ser considerados "prescritos" estudantes já regularmente matriculados».

Injustiça

Salientando que «o regime de prescrições previsto na Portaria 523-B/86 resulta profundamente injusto na sua aplicação», os universitários comunistas referem que ele **não tem em conta:**

• A realidade do Ensino Superior em Portugal, nomeadamente as dificuldades que se colocam no seu acesso, as condições deficientes em que o ensino é prestado (instalações degradadas, carências de apoio social) e as proporções atingidas pelo insucesso escolar incontrolado e dependente da arbitrariedade pedagógicas.

• Interesses legítimos de transferências de cursos muitas vezes motivadas por colocação em segunda, terceira, ou quarta opção, ao considerar para efeitos de prescrição todas as inscrições efectuadas em qualquer escola.

• Interesses legítimos de continuação dos estudos, apesar de interrupções motivadas por força maior, nomeadamente por cumprimento do SMO, entre outras.

«Por outro lado, o regime concreto de prescrições surge associado à recente consagração geral por via legal de regimes de precedências, com implicações enormes no nível de insucesso escolar e de repetência, directamente conducentes à prescrição», acrescenta a JCP.

Monstruosidade

Noutra passagem sua dirigida aos jornalistas no início desta semana, o Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP comenta assim o facto do mencionado regime de prescrições agora em vigor se aplicar apenas aos estudantes do Ensino Superior público:

«Tamanha monstruosidade, violadora do princípio constitucional da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, só é explicável à luz do empenho pessoal do ministro em fazer prosperar universidades privadas à custa do Ensino Público, mesmo com violação de princípios elementares de um ponto de vista legal e ético.»

Apelando à unidade de todos os estudantes na luta contra a aplicação da Portaria, que apenas contribui para agravar os problemas já existentes, a JCP conclui assim a nota que temos vindo a citar:

«O regime de prescrições previsto para 1981 nunca conheceu aplicação geral tendo em consideração o seu carácter absurdo, face à realidade das escolas. Tal facto foi reconhecido pelo Ministério quando foi determinada a sua suspensão.

«No entanto, João de Deus Pinheiro decidiu avançar com um novo regime que nas suas consequências práticas negativas nada deverá ao anterior, bem pelo contrário. Trata-se de um processo laboratorial de expulsões de Ensino Superior público, que sem qualquer dúvida dará grandes resultados já a curto e médio prazo. Ao contrário do que afirma o ministro, não é assim que o "numerus clausus" aumentará. E muito menos estudantes terminarão os seus cursos, com os prejuízos que daí advirão para os estudantes, para as suas famílias e para o País.

«O actual regime de prescrições é mais uma resposta à Deus Pinheiro. Em vez de resolver os problemas existentes e de melhorar o que deve ser melhorado, Deus Pinheiro opta pelo mais fácil: expulsar estudantes.»

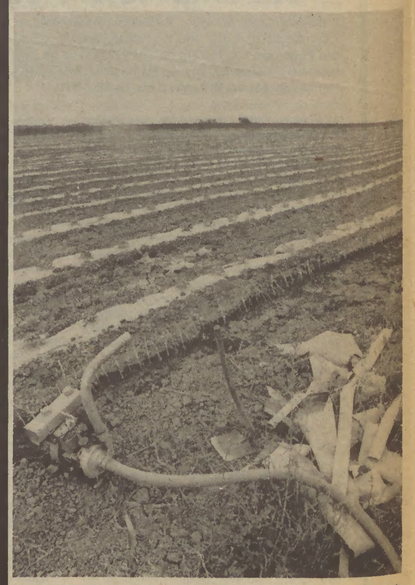
46 mil desempregados (números oficiais)

A situação social que se vive no distrito e aspectos internos da vida partidária foram temas em foco na recente reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, que teve lugar em Almada.

Após os trabalhos do plenário, a DORS divulgou um documento com as conclusões fundamentais do debate intitulado **«No distrito de Setúbal cresce a luta e a exigência duma alternativa democrática»**.

Na base desse documento, que mostra a posição dos comunistas face à realidade que se vive naquela parcela do território nacional, e das informações que chegaram à nossa Redacção sobre o plenário, aqui deixamos um apontamento onde se sublinha particularmente a análise, as preocupações e as propostas dos comunistas da região de Setúbal face à grave situação social que o Governo minoritário de Cavaco Silva tenta iludir mas que se sente no quotidiano. Veja-se o índice de desemprego e de salários em atraso no distrito...

▲ *A decisão do Governo de extinguir a Companhia Nacional de Petroquímica (CNP) é anticonstitucional, ilegal e antieconómica. A **CNP é viável e necessária à economia nacional**, sublinha a DORS do PCP que reafirma a sua **total solidariedade para com a luta dos trabalhadores** da empresa **pela não ratificação do decreto de extinção, pela defesa dos postos de trabalho e pela continuação da empresa no sector público** (na foto: aspecto do debate sobre a CNP realizado em Santo André, em 30 de Agostos deste ano)*

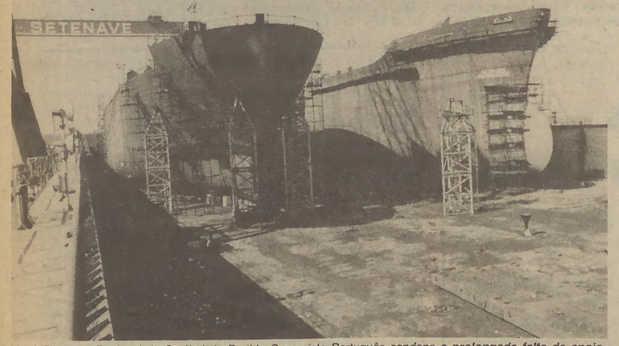


▲ *A DORS exige a suspensão imediata de medidas arbitrárias e ilegais contra a Reforma Agrária, como recentemente se verificaram na **Cooperativa do Futuro**, no Montijo, e o cumprimento dos diversos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.*

SETÚBAL

O ponto da situação num distrito em luta pela alternativa democrática

Ao contrário da propaganda governamental, não se verifica qualquer investimento significativo e muito menos desenvolvimento económico ou modernidade. Só o Governo investe e apenas em publicidade para tentar enganar os portugueses. O Governo Cavaco Silva/PSD não serve Portugal nem os portugueses. Algumas medidas pontuais de carácter e alcance limitado, ainda que positivas, são fruto da luta dos trabalhadores e de outras camadas da população — salienta a DORS do PCP, nas conclusões da sua recente reunião plenária efectuada em Almada.



▲ *A Direcção Regional de Setúbal do Partido Comunista Português condena **a prolongada falta de apoio do Governo à Setenave e exige medidas efectivas e urgentes que visem o aproveitamento integral da sua capacidade produtiva ao serviço da economia nacional***

A propaganda e a realidade

Ao contrário da propaganda governamental, os serviços de saúde e segurança social continuam a perder qualidade. A situação do **Hospital do Barreiro** é exemplar, apesar da dedicação e da capacidade do seu pessoal: de 502 camas, apenas cerca de 180 estão a ser utilizadas e, nalguns casos, só são administrados medicamentos aos internados se os familiares respectivos os adquirirem no exterior.

Ao contrário da propaganda governamental, a população não sente quaisquer benefícios ou melhorias, antes se alarga o descrédito e o desmascaramento do Governo Cavaco Silva/PSD como instrumento do grande capital. É sintomático que o Governo não faça baixar o **preço do leite** e de outros bens, apesar da iniciativa do PCP e de outros partidos democráticos na Assembleia da República nesse sentido, lembra a DORS.

13 mil com salários em atraso

Os factos falam por si. Tal como nas outras regiões do País, o Governo minoritário de Cavaco Silva acelera — como refere a DORS do PCP — a política de desastre dos últimos anos. Mantém-se a chaga social dos **salários em atraso** (mais de 13 mil só no distrito de Setúbal) e um altíssimo nível de **desemprego** (mais de 46 mil contabilizados oficialmente pelos Centros de Emprego do distrito), a par de um crescente volume de **trabalho precário**: à peça, ao dia, à hora...

Eleições autárquicas

Depois de mostrar alguns exemplos significativos do desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das populações no distrito de Setúbal, e confirmando que «o PCP é indispensável para vencer a crise», a DORS chama a atenção para a importância dos próximos actos eleitorais em Almada e Montijo, salientando a dado passo:

«Tem grande importância política a realização, em 2 de Novembro, de eleições (em resultado da criação de novas freguesias) para oito das dez freguesias do concelho de Almada, envolvendo cerca de 112 180 eleitores. A Aliança Povo Unido já entregou, oficialmente, as suas listas de candidatos às oito freguesias: Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca da Caparica, Cova da Piedade, Laranjeiro, Pragal e Sobreda. Em todas as freguesias a APU trabalhará com confiança para ser a força mais votada, na base dos programas em ultimação, do prestígio e capacidade dos seus candidatos e, igualmente, do exemplo da magnífica obra já realizada no concelho pela gestão democrática Povo Unido.

«Politicamente importantes serão também as eleições de freguesia a realizar no concelho do Montijo em 14 de Dezembro.»

Compadrio RTP/CM Setúbal

A DORS do PCP não pode deixar de repudiar o compadrio existente entre alguns órgãos de comunicação social, com particular destaque para a RTP, e a gestão da coligação PS/PSD na Câmara Municipal de Setúbal que se expressa na frequente cobertura à propaganda demagógica que caracteriza aquela gestão autárquica, em contraste com o silenciamento quase total a que tem sido votada a gestão das autarquias de maioria APU no distrito por parte daquele órgão de comunicação.

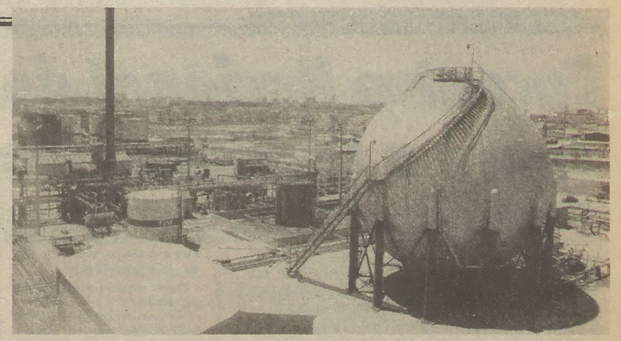
«Plano de emergência»: mero expediente político para fazer propaganda...

O chamado «Plano de Emergência para o distrito de Setúbal» continua a absorver centenas de milhares de contos dos dinheiros públicos sem efeito positivo assinalável.

Anunciado para apoiar e incentivar a criação de pequenas unidades industriais e comerciais, o «Plano de Emergência» a nada disto respondeu. Dos muitos pedidos e solicitações neste sentido dirigidos ao CRSS o que se sabe é que praticamente nenhum terá sido satisfeito.

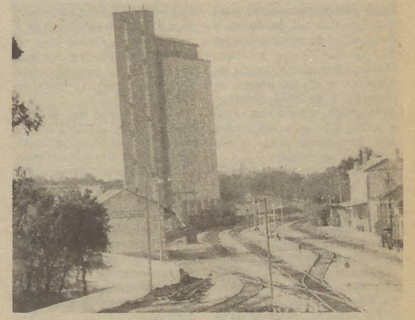
Constata-se sim que, a preteto de aplicação do «Plano», se ciram novas situações de ilegalidade e exploração dos trabalhadores que têm sido colocados a desempenhar tarefas, sobretudo em organismos e instituições que se identificam politicamente com o actual Governador Civil. Nestes casos nem o Governo Civil nem o CRSS assumem, como entidade patronal, as suas responsabilidades perante a Segurança Social. Aliás, é significativo que, desde o lançamento deste pretenso «Plano», tenha crescido o ritmo médio mensal de extinção de postos de trabalho no distrito de Setúbal.

O Governo Civil e o Centro Regional de Segurança Social de Setúbal decidem e utilizam largas somas sem que publicamente se conheçam quaisquer critérios ou resultados positivos. Tudo o que se conhece indicia objectivos estritamente políticos, de cariz partidário, na base de hipócritas referências aos reais dramas sociais que persistem no distrito.



▲ *Depois de chamar a atenção para a política destruidora do Governo quanto à EPAC («entregando importantes instalações e outro património na Trafaria e Montijo a uma empresa SARL»); a Direcção Regional de Setúbal, do PCP, denuncia ainda o agravamento da ofensiva que o Governo se prepara para desenvolver contra a Siderurgia Nacional E.P. e a Quimigal E.P. com o anúncio de despedimento e de redução de cerca de **4000** postos de trabalho nas duas empresas, assim como outras medidas visando acabar quer com a Siderurgia quer com a Quimigal como empresas integradas, facilitando a sua posterior entrega ao capital privado. As diversas empresas do Sector Empresarial do Estado localizadas no distrito de Setúbal se forem apoiadas em vez de boicotadas, se se lhes assegurar o devido saneamento financeiro, têm muitas condições para desempenharem um papel de primeiro plano no urgente desenvolvimento económico do País e na melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores e da população em geral. Ainda em relação ao SEE a DORS considera de grande importância e saúda a decisão do Tribunal Constitucional de declarar inconstitucional a transformação da **Socarmar** em SARL.▼*

A DORS apreciou alguns aspectos do reforço da Organização Regional de Setúbal. Os resultados já alcançados reforçam os motivos de confiança no êxito das principais tarefas em desenvolvimento. É necessário prosseguir o recrutamento orientado em todas as organizações. Os cerca de 500 novos militantes admitidos em 1986 e as suas elevadas percentagens de jovens e mulheres (mais de 40% em ambos os casos), confirmam a crescente aproximação de muitos portugueses e portuguesas que merecem a honra de ser convidados a reforçar as fileiras do Partido. É necessário melhorar o funcionamento de organismos e aprofundar a estruturação. Só um aumento quantitativo e qualificativo dos quadros permitirá sucesso na tarefa. Vários resultados da entrega do cartão do Partido para o biénio 86/87 e o êxito da última edição da Festa do «Avante!», a exemplo do êxito obtido pela larga maioria das Festas Locais promovidas pela ORS, confirmam a existência de condições para alargar o número e melhorar a qualidade dos quadros da ORS e, por seu intermédio, assegurar a elevação do nível de funcionamento de diversos organismos e das organizações em geral. A par com a necessidade de melhoria de vários aspectos da vida interna das organizações, a DORS coloca a todas as Comissões Concelhias e demais organismos de direcção da ORS a necessidade de elevar a atenção e as medidas de reforço do trabalho unitário e de massas. ►



PCP

Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre a Comunicação Social

Vai ser no princípio de Novembro, nos dias 1 e 2, em Lisboa — o local será oportunamente divulgado —, que se realizará o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre a Comunicação Social. Uma iniciativa que vem sendo intensamente preparada nas organizações do Partido, por todo o país, e que suscita o interesse não apenas dos quadros que de um modo ou de outro estão ligados à actividade profissional da Comunicação Social.

A menos de um mês da realização do Encontro, algumas perguntas se impunham. Por isso a breve conversa que o «Avante!» teve com alguns membros da Comissão Organizadora do Encontro, os camaradas **Vítor Dias**, membro do Comité Central, **António Abreu** e **Joaquim Pina Moura**, suplentes do CC, e **José Garibaldi.**

A primeira pergunta — Porquê este Encontro agora?

Foi o camarada Vítor Dias a responder:

Naturalmente que o Partido, aos mais diversos níveis, de há muito acompanha e presta particular atenção aos problemas e às questões da comunicação social, os quais, como é sabido, têm uma enorme incidência e relação com a luta das ideias e se repercutem, de forma particularmente nítida, sobre a vida social e política do País e, em medida não desprezível, sobre o seu curso e a sua evolução.

Entretanto, quer a manutenção e agravamento de situações e problemas antigos neste sector da vida nacional quer mutações e desenvolvimentos em curso que colocam novos problemas e desafios, justificam plenamente esta iniciativa que, entre outros resultados, poderá, sem dúvida, representar um passo positivo na nossa reflexão colectiva sobre estes problemas e na nossa orientação e acção para os defrontar.

Pode-se também acrescentar que não sendo o Encontro única ou directamente determinado por esse facto, de qualquer modo, bastaria ter consciência do vendaval de manipulação governamental que está assolando os principais meios de comunicação social do Estado (bem como a simultânea ofensiva para a liquidação do sector público da comunicação social), para que se justificasse que os comunistas mobilizassem novas energias e atenções com o objectivo de fazer frente à intoxicação e à mentira, servindo assim a verdade e a democracia.

Quais os principais objectivos do Encontro? O camarada Joaquim Pina Moura esclareceu:

No fundamental dois: **por um lado,** promover uma maior sensibilização dos quadros e organizações do Partido em relação a questões de informação e de comunicação social, com as correspondentes consequências sobre o nosso trabalho e intervenção; e **por outro**, proceder a uma reflexão colectiva voltada para a análise de situações e problemas mais candentes da comunicação social em Portugal, contribuindo, por esta via, para a definição das posições do Partido.

Quer os temas das secções quer a composição dos participantes no Encontro apontam claramente para que existem todas as possibilidades de virmos a realizar um debate vivo, diversificado e útil de que resultará certamente, para além de outros aspectos, um mais apurado conhecimento da realidade, uma imprescindível troca, generalização e assimilação de experiências, uma maior determinação e dinamismo na nossa acção neste domínio.

Participação e preparação

Quem vai participar?

No total, cerca de 500 quadros do Partido — **disse-nos o camarada António Abreu** —, abrangendo profissionais da comunicação social, quadros com tarefas ligadas à comunicação social; quadros das SIP's, da actividade editorial, da JCP; quadros das organizações regionais, do poder local e do movimento sindical com responsabilidades relativas à comunicação social; quadros ligados às rádios locais, à imprensa regional, às publicações das autarquias e à imprensa sindical; camaradas com intervenção regular na comunicação social (publicistas, etc.).

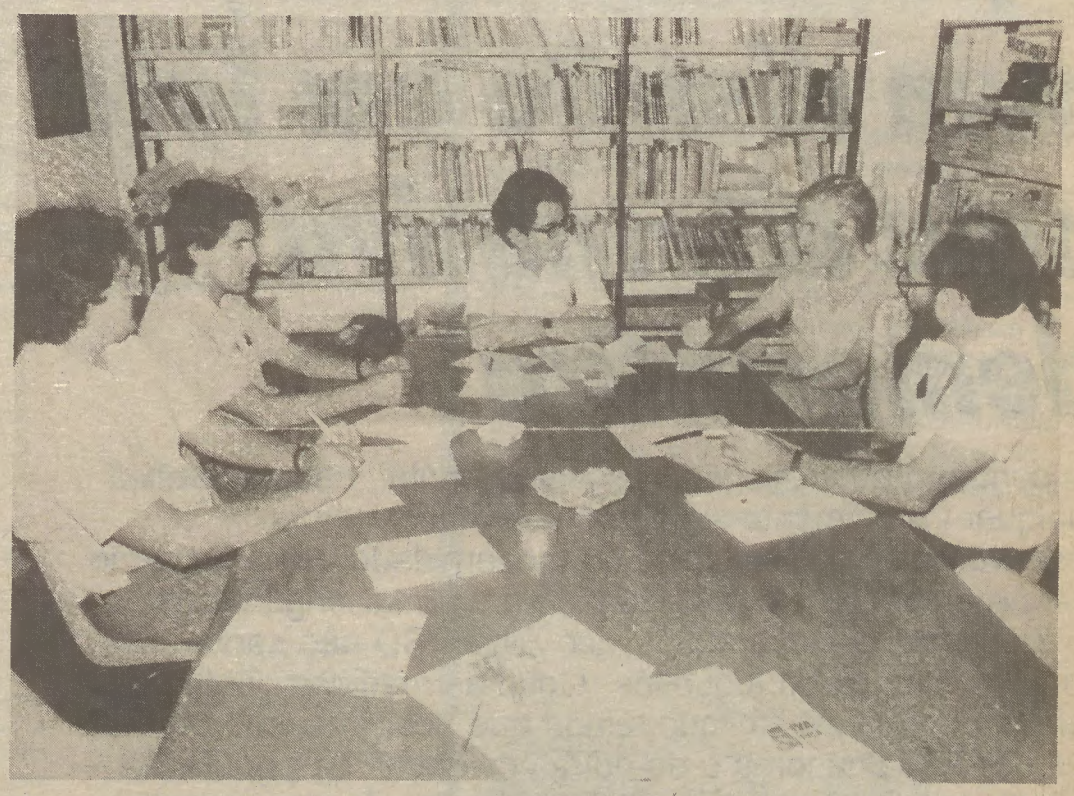
Como se vê, trata-se de um conjunto muito diversificado de camaradas, com diferentes experiências de trabalho (e em diferentes zonas do País) e que, também por isso mesmo, estarão em condições de dar uma rica e insubstituível contribuição para o debate e para o trabalho que se lhe deverá seguir.

Como está a ser preparado o Encontro?

Na preparação do Encontro estão empenhadas as organizações do Partido e obviamente a respectiva Comissão Organizadora — **disse-nos por fim o camarada José Garibaldi.**

Junto desta, estão a funcionar grupos de trabalho correspondentes a cada uma das secções que já elaboraram um conjunto de tópicos de orientação e preparação do debate, onde se procede a uma primeira — mas necessária — identificação das principais questões sobre as quais se julga mais importante apurar situações, proceder a análises mais cuidadas e rigorosas, e elaborar sugestões ou propostas para a nossa orientação e intervenção.

Pensamos que estes tópicos podem ser um instrumento útil para a preparação do Encontro ao nível de cada Organização regional e dos quadros que se prevê venham a participar no Encontro. Neste âmbito regional, de acordo com condições diversas, são também muito diversas as formas de preparação do encontro: muitos camaradas preparam intervenções individuais sobre este ou aquele assunto em concreto, realizam-se reuniões de debate colectivo de variado tipo e dimensão. Assinale-se que, por exemplo, a Org. Regional de Lisboa realiza, já no próximo dia 11, uma Reunião Distrital de Quadros com a participação de 150 camaradas de todos os concelhos e sectores profissionais.



Quanto à preparação,há uma ideia que é fundamental ter presente: é a de que o Encontro só poderá corresponder aos objectivos para que foi convocado, se se verificar uma contribuição activa e interessada quer das organizações quer dos militantes que, de uma ou de outra forma, estão mais relacionados com a problemática da comunicação social e da sua articulação com a luta das ideias, com a acção política e com a intervenção social.

As Secções do Encontro

O Encontro funcionará com as seguintes secções:

1.ª Secção: — Comunicação Social de âmbito nacional (televisão, rádio, imprensa diária e semanal, agências/com provável divisão de tempo);

2.ª Secção: — Comunicação Social de âmbito regional e local (rádios locais, imprensa regional, etc.);

3.ª Secção: — Comunicação Social especializada ou específica (imprensa sindical, feminina, juvenil, desportiva, publicações sobre política e ideias, economia, poder local, cultura, espectáculos, etc.);

4.ª Secção: — Questões socioprofissionais no sector de comunicação social (acesso à profissão, formação e deontologia profissional, estruturas democráticas, etc.);

5.ª Secção: — Meios de intervenção directa dos comunistas no sector da comunicação social.

Indústria naval

Grupo de estudo na Polónia

A convite do Partido Operário Unificado Polaco, um grupo de estudo sobre a indústria naval visitou a Polónia, de 17 a 21 de Setembro último.

O grupo de estudo era constituído pelos camaradas: João Bernardino, do CC, Fagundes Meira, da DOR do Minho, Vicente Merendas, da DOR de Setúbal, Olga Arriaga, do secretariado da célula do Arsenal do Alfeite, Raul Figueiredo e Pinheiro Silvestre, do secretariado da célula da Setenave.

Na região de Gdansk, os nossos camaradas visitaram o segundo maior estaleiro da Polónia (Comuna de Paris), onde trabalham 8600 trabalhadores e o mais antigo estaleiro de reparação naval (Nauta), com 2000 trabalhadores. Na cidade de Torum, foi visitada uma fábrica de aparelhagem marítima (Towimor). Os encontros aqui realizados, com a presença de secretários do Partido e directores das empresas, dirigentes sindicais e dos conselhos de trabalhadores, proporcionaram ao grupo de estudo uma informação muito ampla e útil sobre a vida e o funcionamento dos estaleiros.

Das numerosas reuniões, encontros e contactos informais que tiveram lugar para além destas visitas, alguns dos quais contando com a presença de camaradas da direcção central e regional do POUP, nomeadamente o camarada Hansner, do CC e vice-presidente da Comissão de Economia do POUP, e o camarada Starivayliewina, vice-ministro da Indústria, Siderurgia e Máquinas, resultou um melhor conhecimento da situação social, política e partidária, e da situação económica, com destaque para a indústria em geral e a indústria naval em particular, esta última com um alto nível de desenvolvimento na Polónia.

A visita teve lugar no âmbito das relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o POUP.

A. e B. Strugatski
O Miúdo

Os leitores portugueses amantes da ficção científica, e não só, já conhecem Arkadi e Boris Strugatski, já sabem que os seus livros são apaixonantes e insólitos. Na Caminho de Bolso o n.º 19 **Stalker,** da sua autoria, provou mais uma vez a sua alta qualidade. Agora, **O Miúdo** mostrará outra faceta e surpreenderá, estamos certos, os admiradores da obra dos Strugatski.

Preço: 200$00

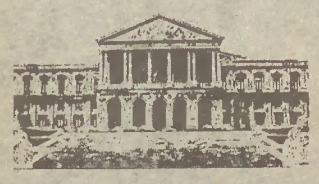
Camaradas Falecidos

António Correia Costa

Natural de Lisboa, faleceu o nosso camarada António Correia Gomes da Costa, de 56 anos, membro do plenário do secretariado da célula do PCP no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL). O camarada trabalhava na dependência da Rua do Comércio.

Aos familiares, companheiros e amigos do comunista desaparecido, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Assembleia da República



Estatuto dos Açores

«Disse-se tudo fora daqui é hora de dizer tudo aqui abertamente, honestamente» – declarou o deputado José Magalhães

A Assembleia da República reabriu na terça-feira passada para debater e apreciar o veto do Presidente da República sobre o Estatuto da Região Autónoma dos Açores.
Em causa está o artigo 6.º do referido Estatuto, que reza o seguinte nos seus três parágrafos: «1 — A Região tem bandeira, brasão de armas, selo e hino próprio aprovados pela Assembleia Regional. 2 — Os símbolos regionais referidos no número anterior serão usados sempre conjuntamente com os símbolos nacionais nas cerimónias oficiais e nos edifícios públicos, civis e militares. 3 — Os símbolos regionais são reconhecidos em todo o território nacional e devem ter o tratamento oficial e protocolar correspondente.»

São precisamente os dois últimos parágrafos que maior contestação levantaram, conduzindo ao veto do PR. Mas digamos que são a ponta de um «iceberg», pois outras questões do Estatuto em causa não seriam completamente pacíficas e para um melhor esclarecimento bom seria que o Governo desse a conhecer o parecer emitido pelas Chefias Militares sobre o assunto.

Não o fez, contudo. Nem quando o Estatuto foi debatido e aprovado em plenário, nem tão-pouco quando para o efeito a Assembleia da República exigiu do Executivo a divulgação do parecer.

Desconhecendo, pois, uma vertente importante da questão, o debate desta primeira sessão plenária não ganhou a animação que seria de esperar.

E a continuação da apreciação do veto foi adiada para o próximo dia 23, permitindo assim que os diferentes grupos parlamentares apresentem propostas de alteração ao artigo em causa.

Todas as bancadas se pronunciaram sobre o assunto e citemos os oradores: José Magalhães, do PCP, António Capucho, do PSD, Roberto Amaral, do PRD, Gomes de Pinho, do CDS, João Corregedor, do MDP/CDE e Jorge Lacão, do PS.

Respigando algumas opiniões, comecemos pela de António Capucho (PSD):

«Em nenhuma fase do processo cabe ao Governo qualquer intervenção institucional (daqui que o ministro da Defesa tenha comunicado só ao grupo parlamentar do PSD, com severas instruções para que não o divulgasse, o parecer das Chefias Militares — o àparte é nosso) pelo que nos limitamos a classificar como abcesso de fixação artificial a polémica criada visando a atribuição a outrem culpas que lhe não são legitimamente imputáveis.»

Por seu turno, Gomes de Pinho (CDS) diria:

«Em nome da necessidade de um consenso democrático sobre a autonomia regional e o seu enquadramento, garantia mais eficaz da estabilidade do processo autonómico, do seu aprofundamento, da sua completa assumpção pela consciência nacional, entendemos dever sacrificar objectivos próprios, aliás legítimos, garantindo as condições para uma adequada ponderação de todos os problemas que estão efectivamente em causa e não apenas daquele que serviu (aliás com infelicidade) de símbolo desta questão.

Jorge Lacão (PS) que falou de improviso, não se afastou muito da posição já assumida por aquele partido, destacando, contudo, a má-fé do Governo e do partido que o apoia quando no conhecimento de um dado importante para o debate e posterior aprovação do Estatuto, o prefere sonegar sabe-se lá com que intuitos. Manifestou, no entanto, a disposição do seu partido para a revisão dos dois parágrafos do artigo 6.º.

A terminar a sua intervenção, Roberto Amaral (PRD) diria:«O PRD entende, finalmente, que a mensagem do senhor Presidente da República não apresenta razões suficientemente fortes que justifiquem o seu veto a um diploma, aprovado por unanimidade na Assembleia Regional dos Açores e na Assembleia da República.

«O veto do senhor Presidente da República tal como está formulado, apresenta-se, pois, a nosso ver, desproporcionado face à realidade que o motivou.

«Por todas estas razões, o PRD irá confirmar o seu voto de 24 de Julho sobre o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.»

Por seu turno, João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE), fazendo a história do que se passou, acentuou que se pretende criar uma crise no Parlamento, tão ao gosto deste Governo. E mais adiante:

«O mais curioso, em toda esta questão, é que certa imprensa, afecta ao PSD e ao Governo, tornava pública partes do parecer da Chefia Militar.

«Segundo aí se pode ler, e se refere num anterior parecer e anexos, fazem-se afirmações graves quando se aponta para «riscos de inclinações internacionalistas» e se chama a atenção para a «apetência estrangeira», acentuando-se ainda que se «preocupa com a forma descontrolada do projecto autonómico ilimitado, recheado de palavras vagas e imprecisas».

Pelo Grupo Parlamentar do PCP falou o deputado José Magalhães, tendo salientado que não é a autonomia que está em questão, acrescentando:

«Seria na verdade politicamente inaceitável e desprestigiante que a Assembleia da República na sequência de uma viva polémica pública, amplamente documentada e conhecida, viesse a ignorar, ladear ou sequer encarar com ligeireza, interrogações, observações e objecções que nestas semanas com razão ou sem razão tem vindo a lume sobre diversos aspectos do regime autonómico-constitucional. Disse-se tudo fora daqui:

É hora de dizer tudo aqui abertamente, honestamente. Isto exige que não se silenciem interrogações que em público se deixaram, nem se procure ocultar na Assembleia da República aquilo que as rotativas dos jornais têm estampado continuamente: anómalo seria, senhores deputados, que ignorássemos nós o que a todos foi dado conhecer.

Está é, pois, a nossa proposta: primeiro, que não se deixe nada por esclarecer, que tudo fique transparente; segundo, que se legisle o necessário, na medida necessária e nos precisos termos que a Constituição impõe; terceiro, que tudo seja feito em prazo adequado, sem injustificadas delongas nem excessos de celeridade; quarto, que se assegure, como manda a Constituição, a participação em todo o processo da Assembleia Regionail da Região Autónoma dos Açores.

Em primeiro lugar, é entendimento do PCP que o fim da reapreciação só pode ser, nas presentes circunstâncias, alterar e aperfeiçoar os dispositivos cuja redacção é geralmente considerada particularmente infeliz.

Afigura-se, pois, fora de causa confirmar pura e simplesmente o diploma vetado, opção que acarretaria a sua devolução ao Presidente da República para promulgação nos imperfeitos termos em que se encontra redigido.

Quanto ao âmbito das alterações a introduzir:

Entendemos desde logo que haverá que corrigir a redacção dos n.os 2 e 3 do Artigo 6.º do Estatuto. Ao aprová-la o PCP entendeu (tal como grupos parlamentares de outros partidos) que os aditamentos introduzidos não poderiam significar o estabelecimento de qualquer paridade entre a bandeira e o hino nacionais e a bandeira e o hino regionais. A redacção aprovada é, no entanto, como os acontecimentos mostraram, falha de rigor, equívoca e susceptível de interpretações abusivas, como assinalou a Comissão Política do Comité Central do PCP no passado dia 1-XI.»

E mais adiante:

«Pela nossa parte não enjeitaremos a consideração serena e rigorosa de outras questões nem receamos que isso possa atingir o coração da autonomia. Enfraquecê-la-íamos, pelo contrário, se nos recusássemos a clarificar totalmente posições. Até porque não faltaram neste processo os que logo aproveitaram para lançar sobre a Assembleia da República costumeiras calúnias e suspeições. Ignoram que, por exemplo, a Comissão de Assuntos Constituições, Direitos, Liberdades e Garantias examinou e procurou resposta para cerca de 25 objecções de constitucionalidade, há quem acuse a Assembleia da República de não ter revisto aspectos do Estatuto que por força do Artigo 228.º da Constituição não estavam em causa no debate e ainda não viram suscitada perante o Tribunal Constitucional a sua inconstitucionalidade, e não faltou mesmo quem tendo talvez lido algum borrão manuscrito do texto aprovado se apressasse a acusar a AR de erros técnicos e até ortográficos, (!) imperdoáveis, que ninguém vislumbra no texto remetido ao senhor Presidente da República em versão final.»

A terminar e referindo-se à recusa do Governo em fornecer informações pedidas, acrescentou:

«Essa conduta tem pelo menos duas graves implicações que a AR não pode deixar de extrair de todo o processo:

1.ª — Em questões de inquestionável e máxima importância nacional o Governo reserva para a bancada do PSD informações úteis que sonega aos demais partidos e à própria AR.

2.ª — O Governo está a distorcer e pôr em causa o normal relacionamento das FA's com os órgãos de soberania, ao interceptar, reservar para si e para o seu partido tomadas de posição das chefias das FA's que deviam ser transmitidas em tempo útil aos órgãos de soberania competentes. Essa conduta traduz de uma forma inconstitucional de partidarização das FA's e o bloqueamento governamental de canais de relacionamento que constitucionalmente devem estar abertos e funcionar sobretudo em questões que põem em causa a unidade do Estado e da Nação.

Comentário da SIP do PCP

Relativamente à recusa do Governo em assegurar a presença de ministros perante Comissões da Assembleia, a SIP do PCP julga oportuno assinalar:

É a primeira vez que um governo manifesta tão descarada atitude de desrespeito por prerrogativas constitucionais e legais das comissões parlamentares que são essenciais ao exercício da actividade fiscalizadora da A.R.

Trata-se assim de uma nova expressão da atitude mais geral de rebeldia institucional em que o Governo minoritário do PSD arrogantemente se coloca.

Os deputados comunistas estão desde já adoptando nas respectivas comissões parlamentares uma firme posição de denúncia e de combate a este absurdo comportamento governamental.

O Grupo Parlamentar do PCP exigirá, através de todos os meios e iniciativas adequadas, que o Governo, enquanto não for demitido como se impõe, seja compelido a um rigoroso acatamento das normas e princípios que regulam o funcionamento das instituições democráticas.

Quando o fuel subsidia o Governo

Cada dia que passa, neste mês de Outubro, mais os cofres do Estado se enchem por via dos combustíveis. Cavaco, teimoso, se não o disse, pelo menos pensou-o: «Até eu querer vão pagar os combustíveis ao meu preço e com língua de palmo!»

Desta situação já reclamara o PCP, acusando o Governo de violar o que está estabelecido na lei. A este protesto se juntaram as vozes do PRD e do PS. Mas o Governo continua surdo, permanecendo com o cofre aberto para os milhares de contos que todos os dias vão pingando, qual enxurrada provocada por uma depressão localizada a oeste de Cabo Ruivo.

E andava já toda a gente a pensar que esta era a ocasião óptima para um relançamento económico mercê da baixa dos combustíveis, tanto mais que se aproxima o Natal, e o Governo a estragar ilusões e a quebrar planos, ao dizer que «não há nada para ninguém».

Mas nem só dos combustíveis vive o homem, embora estes quando baixam permitirem um poder de compra maior (e também, como não podia deixar de ser, um poder de venda mais acentuado), pelo que importante se torna voltar a falar do preço do pão e do leite.

Para este último produto — bem alimentar de primeira necessidade — já o Governo tem desde Julho deste ano uma dotação de 1 500 000 contos para que o líquido branco que as vacas dão seja vendido nas embalagens «tetra-pak» a um preço inferior.

No caso do pão, a situação é diferente. Antes o pão era subsidiado pelo Governo. Desde o princípio deste ano, mais coisa, menos coisa, é o pão que subsidia o Governo. E esta, hem? — diria certo locutor televisivo se fosse dado a ver os dislates que pelo campo da governação se praticam.

Na última reunião da Comissão Permanente da AR, o deputado comunista Jerónimo de Sousa abordou estas e outras questões.

Disse ele que o Governo, «ao apresentar sempre a baixa da gasolina como uma mera reclamação dos partidos da oposição, omite deliberadamente que na sequência da baixa do preço do petróleo e do dólar, a baixa de todos os combustíveis líquidos e gasosos decorre da legislação em vigor».

E para que dúvidas não restassem, acrescentou Jerónimo de Sousa: «Não é verdade que a oposição só pretenda a baixa do preço da gasolina. O Governo sabe e está de má-fé quando esconde que se trata também da baixa do fuel, da nafta, dos petróleos, do gasóleo, do gás butano, propano e da cidade, com reflexos directos nas condições de vida da população laboriosa e repercussões altamente positivas nas actividades produtivas.»

Avançando com um exemplo esclarecedor, o deputado comunista acrescentou: «O fuel para a indústria, que em Janeiro tinha um subsídio do Estado em cerca de 2$00/Kg, está agora a subsidiar o Estado em cerca de 11$00/Kg.»

Depois deste exemplo gostaríamos de ver o prof. Cavaco Silva explicar a um industrial, desses que têm dificuldades em colocar no mercado os seus produtos e que são muitos, que não pode baixar o preço do fuel para não prejudicar os desfavorecidos.

Jerónimo de Sousa adiantou ainda: «O Governo tem de baixar os combustíveis para evitar que as empresas nacionais sejam esmagadas pela competitividade dos concorrentes estrangeiros e o Povo português seja marginalizado nesta conjuntura favorável.»

E por falar em conjuntura importa recordar um aspecto importante. Quando a conjuntura era desfavorável, ou seja, quando o petróleo aumentava, o dólar subia, as taxas de desconto galopavam, quem sofria era o povo português que logo passava a pagar tudo mais caro. Agora que a conjuntura é favorável, fica tudo na mesma que é para não se habituarem mal. «Ora então que se lixe a conjuntura» — diria o amigo Banana, que não tinha um curso de económicas e financeiras e a única experiência governativa foi quando teve de entrar num ministério.

Poder Local

Lisboa de água p'la barba!

Quando em breve a generalidade dos lisboetas receberem as suas contas da água, terão um sobressalto e poderão chegar mesmo à dúvida não calculada, vociferando qualquer coisa como **«isto está engatado», «mas que diabo?!...»** ou, simplesmente, um muito alfacinha **«vão gozar com outro!»**. Só que não é a gozar (e mesmo se o fosse, nunca seria com «outro» mas com o próprio, o zé pagante em questão); também não estará «engatado», por muito que a vítima argumente, jurando a pés juntos e de recibos antigos na mão, que não gastou mais água, e portanto que não há explicação para aquele aumento. Será verdade que não gastou mais água, mas **há explicação** para aquele aumento. Só que quem é por ele responsável, não o dará e não vale a pena aborrecer o cobrador da EPAL, que não tem culpa nenhuma. Os responsáveis estão na Câmara Municipal de Lisboa na figura do respectivo executivo. A «explicação» assenta numa ilegalidade a que o Governo dá cobertura. O desfiar da história aqui vai, através duma entrevista que fizemos a **Rui Godinho**, vereador da APU na Câmara Municipal de Lisboa, num pergunta-resposta que não esteve com mais preâmbulos.

«Avante!»: Afinal que aumentos são estes?

Rui Godinho: Trata-se de uma «tarifa de saneamento» aplicada aos consumidores domésticos da EPAL da cidade de Lisboa. Foi aprovada pela vereação em Junho deste ano (apenas com os votos contra da APU) e calculada na base dos m³ de água consumida por habitação. Em termos práticos traduzir-se-á por uma componente fixa de 75$00/mês **mais** 10$00 por m³ de água consumida.

Av.: Isso em relação a todos os consumidores domésticos...

RG: Sim, a todos. Se com isso queres saber o que se passará com os consumidores comerciais e industriais, recordo-te que esses já estão «aviados» desde meados de 1985, altura em que começaram a pagar uma tarifa com o mesmo nome, mas com valores diferentes: 250$00/mês de taxa fixa **mais** 37$00 por m³ de água consumida. São conhecidos casos de comerciantes e industriais que passaram a pagar largas dezenas de contos a mais, por mês, apesar de consumirem a mesma água que antes. Em relação ao consumo doméstico, o agravamento imposto por esta tarifa poderá ir aos 80%... consumindo a mesma água.

Av.: Que justificação foi encontrada para impor tais aumentos?

RG: Estas tarifas visam pagar as despesas de investimento nas obras do sistema interceptor e de tratamento de esgotos de Lisboa. É essa a justificação.

Av.: Parece boa...

RG: Pois parece. Mas não é. E além de não ser boa, é ilegal!

Av.: ...

RG: Nos termos da legislação em vigor, aos municípios só é permitido cobrar taxas e tarifas por serviços públicos **efectivamente prestados**, nunca em função do que há-de vir. Este serviço público de intersecção e tratamento de esgotos de Lisboa só estará disponível dentro de sete a oito anos. Só aí caberá decidir sobre as eventuais taxas ou tarifas que os munícipes irão pagar.

Av.: Daí o voto contra da APU.

RG: Exacto. Não temos nada contra as taxas sobre serviços efectivamente prestados – mas assim, não! Além de ilegal, é imoral.

Lisboetas pagam mais

Av.: Imoral, como? Apesar da ilegalidade que referes, não há dúvida que a obra do intersector e tratamento de esgotos de Lisboa é urgente e indispensável...

RG: Claro que é, por isso há muito que insistimos com a Câmara de Lisboa para que encontre as fontes de financiamento adequadas para a construção do intersector. Designadamente a APU já apresentou propostas na Câmara, e o PCP na Assembleia da República, no sentido de se cativarem 700 000 contos de verbas do Orçamento de Estado (OE) para arranque das obras. E porquê o OE? Porque entendemos que a despoluição do estuário do Tejo é um problema não apenas municipal, mas nacional e até internacional. Também admitimos que o Orçamento de Estado não possa financiar a totalidade das obras a fundo perdido, por isso propusemos ainda que a Câmara negociasse a abertura de uma linha de crédito fortemente bonificada, para financiamento da restante parte desta obra. Outro argumento que acrescentamos, na exigência do financiamento pelo OE, é que as obras idênticas que estão em execução na Costa do Estoril e no Algarve, estão a ser financiadas pelo OE a fundo perdido. E nós perguntamos: os portugueses que vivem em Lisboa não merecem tratamento idêntico?

Av.: Voltando à questão da «tarifa de saneamento», já sabemos por que é ilegal. No entanto considera-la também imoral. Porquê?

RG: Primeiro porque a população de Lisboa paga já à Câmara, no que toca a esgotos e saneamento, as seguintes taxas: de conservação de esgotos, de ligação (meio milhão de contos/ -/ano que a Câmara arrecada com isto, segundo as contas da gerência de 1985) e ainda uma taxa adicional (paga à EPAL) de 6$70 por m³ de água consumida pelos serviços da Câmara nas lavagens de ruas, regas de jardins, etc. **Segundo** porque os cidadãos de Lisboa (como os de todo o País) pagam as suas contribuições e impostos para que o Governo e as autarquias disponham de fundos para investimentos em obras de interesse colectivo. Ora com isto estão a pedir à população da capital que pague outra vez o que já pagou!

Taxas tapa-buracos?

Av.: Bom, mesmo assim há a considerar que o dinheiro obtido com a nova taxa de saneamento irá, pelo menos, garantir as obras do intersector?

RG: Ora aí está um grande engano! Queres uma prova? As tarifas de saneamento aplicadas no ano passado aos comerciantes e industriais já geraram, este ano, 880 000 contos para os cofres da Câmara. Pois todo este dinheiro (que ronda o milhão de contos e, teoricamente, se destinaria a pagar as obras do intersector) foi este ano utilizado para tapar buracos orçamentais, decorrentes de uma gestão de pelouros totalmente descuidada, no mandato anterior, o que conduziu o montante de dívidas e compromissos da Câmara Municipal de Lisboa a um monumental buraco de seis milhões de contos.

Av.: Entretanto as obras do colector já estão adjudicadas...

RG: Sim. Foram-no o ano passado. Uma constante de todo este processo de adjudicação do colector é que se avançou com o estudo das soluções técnicas e com os concursos para a adjudicação das obras, sem se ter previamente garantido qualquer verba para o pagamento das mesmas. Assim, quando o ano passado se foi para a adjudicação, a CML viu-se confrontada com compromissos a que não tinha garantido previamente os meios necessários de financiamento. Resultado: vá de ir a correr à Caixa Geral de Depósitos negociar um empréstimo ao juro máximo (26% na altura) de **um milhão e 200 000 contos!** Chamamos a isto negligência e incompetência, no tratamento de questões de tal magnitude.

Av.: Bom, parece que só falta juntar dois mais dois...

RG: Aí tens! Apertados pelos factos, Abecasis e C.ª trataram de ir de novo ao bolso do munícipe sacar as verbas para colmatar os seus clamorosos erros de gestão. Entretanto esta tarifa a aplicar aos consumidores domésticos (incluindo os que se servem de chafariz) vai passar a ser cobrada numa altura em que o estão também a ser os aumentos das rendas. E aqui temos de novo a CML como agente activo da degradação da vida dos habitantes da capital, a par do Governo que, de resto, lhe dá cobertura, nomeadamente nesta questão da nova tarifa de saneamento.

EPAL na embrulhada

Av.: Cobertura?!...

RG: Nem mais! O curioso desta «taxa de saneamento» é que a EPAL foi incumbida, por portaria do ministro da tutela, de proceder à sua cobrança **coerciva** (quem não pagar, leva a água cortada), entregando de seguida todo o dinheiro à Câmara. Ora isto faz com que incida sobre os cobradores da EPAL e a própria empresa o imediato protesto que a população de Lisboa não deixará de fazer, enquanto os verdadeiros responsáveis (Abecasis e C.ª – CDS, PPD, PS, PPM e o próprio Governo, neste caso) ficam na sombra.

Com a desculpa de despoluir o Tejo, Abecasis e C.ª decidiram meter de novo a mão ao bolso do lisboeta para o fazer pagar os seus erros de gestão. A desculpa – ou melhor, o escândalo – chama-se, desta vez, «taxa de saneamento»...

Av.: E a APU, o que acha de tudo isto?

RG: A APU entende que são necessárias e urgentes as obras de intersecção e tratamento de esgotos da cidade de Lisboa; o que não pactua é com processos de gestão totalmente incorrectos, que acabam por penalizar fortemente aqueles a favor de quem deveriam resultar as decisões municipais. Desde 1976 que a APU luta pelo sistema intersector e de tratamento de esgotos e a sua adjudicação. Só que acabaria por desembocar numa solução técnica que nos merece reservas em três pontos fundamentais.

Av.: Venham eles! Mas sucintos...

RG: Localização de estações de tratamento nas proximidades de zonas habitacionais; o não esclarecimento, tecnicamente, sobre o que fazer às lamas resultantes do tratamento dos esgotos (afigura-se-nos errado fazer transportar tais lamas em camiões de Alcântara a Beirolas); finalmente o não esclarecimento dos eventuais impactos no estuário do Tejo da descarga de significativas quantidades de esgotos colorados.

Av.: ...

RG: Aquando da aprovação da solução técnica (há mais de um ano), a APU alertou de novo para a necessidade do esclarecimento e solução destes pontos. Todos fizeram orelhas moucas. Curiosamente ou não, há cerca de dois meses os vereadores do PS (os mesmos que aprovaram a solução técnica há um ano, embora não todos, porque dois ficaram entretanto pelo caminho, quando o PS perdeu dois lugares nas últimas eleições), comunicaram à Câmara, em declaração formal, que estavam «muito preocupados» com o facto de exactamente estes três pontos não estarem resolvidos. Só temos a dizer: a cada um as suas atitudes e a sua ética de comportamento político. Cada leitor que as aprecie por si.

Av.: Quanto à taxa de saneamento...

RG: ...Tudo faremos para a sua revogação!

■ **HC**

Loures

Quando se festeja a vida

Um só dia — 4 de Outubro — para três efemérides em Loures: 76.º aniversário da proclamação da República, celebração do «Dia Mundial da Música» e I Centenário do Concelho. O município APU deu o relevo necessário aos acontecimentos, promovendo no passado sábado um conjunto de iniciativas que animaram Loures e merecem destaque.

Pelas 10 horas houve recepção de convidados nos Paços do Concelho, a que se seguiu uma romagem à campa onde repousam os sete membros da Junta Revolucionária que, a 4 de Outubro de 1910, tomaram os Paços do Concelho de Loures e proclamaram a República, fazendo hastear um pano vermelho e verde cosido provisoriamente pela mulher de um deles mas ligando definitivamente os ideais republicanos que fervilhavam no Concelho aos que, num movimento irreprimível, alteraram a face do País. A partir do dia seguinte, sublinhe-se. Presentes na cerimónia o presidente do município, camarada Severiano Falcão, a vereação, o presidente e membros da Assembleia Municipal, representantes das corporações locais da GNR e PSP, trabalhadores da autarquia e população.

Uma exposição denominada «República Ilustrada», justamente dedicada à efeméride, foi em seguida inaugurada na Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal (um excelente espaço cultural instalado num antigo palácio adquirido, recuperado e aberto ao público o ano passado, pelo município). E o resto da manhã foi plenamente utilizada na visita ao referido museu, onde aguarda o visitante um notável levantamento histórico do Concelho.

Tal levantamento, de resto, encontraria na parte da tarde um subsídio à altura aquando do lançamento do trabalho, em dois volumes, «Loures, Tradição e Mudança», uma monografia editada pelo município e da responsabilidade de um grupo de investigadores de que fazem parte Ana Paula Assunção, António Carvalho, João Bernardino Rosa, Manuel Marques, Maria Gabriela Monteiro Freire, Maria Máxima Vaz, Maria Micaela Soares, Olga Maria Taborda e Fernando Curado Matos. Um trabalho a merecer atenção, e não apenas no Concelho de Loures. Desnecessário será dizer que o lançamento desta monografia pretendeu também assinalar o primeiro centenário do Concelho — efeméride integrada nas festividades promovidas pela Câmara Municipal no passado dia 4 de Outubro.

O «Dia Mundial da Música», igualmente associado aos festejos, teve expressão adequada já na ponta final das comemorações, podendo dizer-se que fechou espectacularmente a jornada. Ora vejam: uma concentração e desfile das sete bandas do Concelho desde o edifício da Câmara até ao salão dos bombeiros voluntários e aí, perante um imenso auditório, um concerto pelo conjunto das bandas que abrilhantaram o desfile, arrancando entusiasmados aplausos.

Tratou-se, sem dúvida (e é justo destacá-lo), de uma extraordinária sessão de cultura popular, que encerrou brilhantemente umas comemorações que não prestigiaram apenas Loures, mas todo o Poder Local democrático. Ali, festejou-se a vida.

Poder Local

APU em Caparica, Charneca de Caparica e Sobreda

Confiança das populações nos seus candidatos!

■ *Gabriel Raimundo*

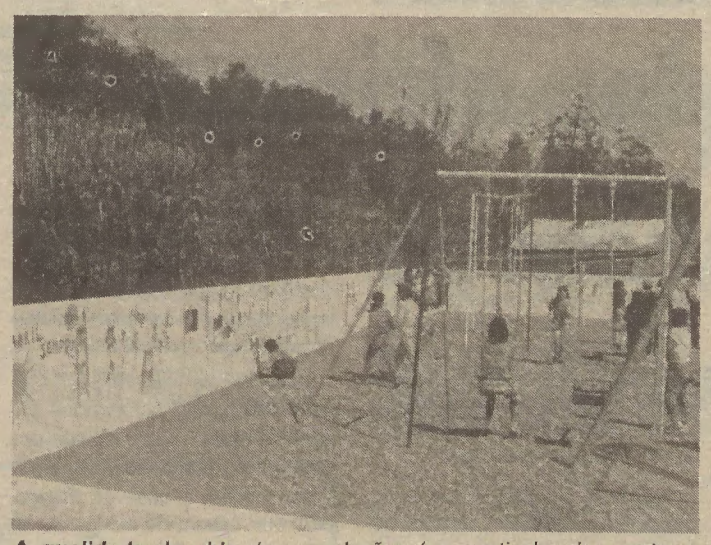
A Aliança Povo Unido (APU) foi a primeira força política do concelho de Almada a entregar as listas concorrentes ao acto eleitoral marcado para 2 de Novembro, resultante da criação de novas freguesias, no seguimento da iniciativa do PCP na Assembleia da República e que mereceu o apoio dos restantes partidos.

Na área da Caparica, o desdobramento desta antiga freguesia explica o processo eleitoral em curso para os órgãos autárquicos da Caparica, Charneca de Caparica e Sobreda, respectivamente com 12 796, 6370 e 5514 eleitores, onde serão escolhidos 13 elementos por freguesia, para condução dos destinos autárquicos. Os componentes das listas da APU, que começaram já a auscultar as preocupações e a vontade dos moradores das localidades em que se encontram inseridos, revelam uma grande confiança nos resultados do dia 2 de Novembro, dado que sobre o Povo Unido paira o prestígio dos 10 anos de gestão democrática, ao serviço das populações.

A «Capa Rica» da APU

Ao contrário da lenda que os antigos forjaram, segundo a qual uma velha pedinte revelou, apenas depois de extinta, o tesouro que a envolvia — uma **capa rica** de ouro no forro e esfiada por fora —, a nova vila da Caparica orgulha-se da fisionomia que lhe imprimiu a APU, ao longo de 10 anos de uma gestão empenhada em servir o povo com honestidade e competência, de trabalho esforçado em estreita ligação com a população.

Mesmo sentindo na pele as consequências do desvio orçamental de um milhão e quatrocentos mil contos perpetrado pelo Poder Central contra o município de Almada, os 12 membros da APU na freguesia da Caparica (onde a lista PSD/PS elegeu 7), com a boa colaboração das comissões de moradores e de comproprietários, assim como colectividades, comissões de pais e outras associações preocupadas na procura de respostas adequadas face às carências populacionais, esses eleitos do Povo Unido solucionaram as várias questões que se lhes depararam. Tanto no saneamento básico como na habitação, no ensino, cultura, desporto — onde um problema premente surgiu — acorreram os responsáveis da APU. Tamanho esforço proporcionou designadamente o reabastecimento de água da freguesia a 90 por cento (contra os 33 por cento, antes do 25 de Abril); elevar de 20 para 80 por cento a rede de esgotos; construir 17 parques infantis e 4 polidesportivos. Porém, o apreço que merecem as crianças aos eleitos da APU ainda levaram estes a suprir a **distracção** do Poder Central no capítulo das escolas primárias. Assim, 50 por cento dos alunos não teriam escola, se a freguesia de Caparica não se tivesse substituído na tarefa que competia ao dito Poder. Esse mesmo espírito conduziu à edificação de um pavilhão com duas salas de aula, na Vila Nova de Caparica e, por decisão da Câmara Municipal de Almada e Junta de Caparica, na zona de Vale Figueira está a ser implantado um pavilhão com duas salas de aula para que as crianças possam iniciar o ano escolar. O que realmente se impunha era a construção de 3 escolas «P-3», estimada cada uma em 46 mil contos, pelas contas do último orçamento, frisam os eleitos da APU, «só que o Poder Central não descentraliza as verbas correspondentes».



***A qualidade de vida** das populações (em particular dos sectores mas negligenciados) é uma preocupação constante da Aliança Povo Unido. No concelho de Almada os resultados estão bem à vista*

A menos de um mês das eleições, e devido ao facto do Governo ainda não ter cedido os equipamentos devidos às novas juntas, alertam os membros da APU, estas correriam o risco de funcionar numa «tenda de campismo» se não fosse o esforço da Câmara para as alojar.

A extensão territorial desta freguesia-mãe com 21 521 eleitores deu origem ao desdobramento em duas novas freguesias, a Charneca de Caparica e a Sobreda, de modo a tornar mais eficaz a actuação local dos futuros eleitos. Entretanto, à Caparica concorre uma lista da APU encabeçada por Bento Rações, afinador de máquinas, de 30 anos de idade, a qual conta com a honestidade e prestígio de seus membros como garantia de vir a merecer a confiança dos habitantes da freguesia, a fim de prosseguirem uma política autárquica em defesa do Poder Local democrático e do Portugal de Abril.

Uma charneca habitável

Outrora famosa pelos seus vinhos e ainda dotada de árvores centenares, a nova freguesia da Charneca de Caparica tendo vindo a ser tornada habitável, ao longo dos seus cerca de 3 mil hectares, por acção da Câmara de Almada em consonância com a ex-mãe Caparica e Comissões de Moradores e Comproprietários.

Determinada a transformar a vida dos moradores da Charneca de Caparica, onde o cimento invade o húmus a um ritmo acelerado, a lista do Povo Unido candidata à Assembleia de Freguesia encimada por Abraul Augusto, torneiro mecânico, de 48 anos, desencadeou já várias iniciativas, nomeadamente um porta-a-porta, contactos múltiplos com as populações, colocação de cartazes e murais.

Na dinâmica característica da APU, os candidatos locais ultimaram já o programa que servirá de apresentação das linhas de força que se propõem concretizar, após o acto eleitoral de 2 de Novembro.

No aspecto da habitação e urbanismo, os elementos da APU vão envidar esforços no sentido de enquadrar urbanisticamente os loteamentos ilegais existentes, garantir áreas para a implantação de indústrias e serviços, e de infra-estruturas nas áreas de construção ilegal, entretanto reconvertidas. Também se propõem conseguir a instalação de uma estação de Correios, de uma Repartição de Finanças, de uma agência bancária e de outras instituições imprescindíveis para a melhoria do quotidiano dos moradores e visitantes.

A abertura da Creche de Vale Rosal e a instalação de três outras nas zonas de Vale Fetal, Quintinhas e Casal das Moucas, juntamente com a construção de um campo de jogos, constituem outros marcos a merecerem as melhores atenções dos candidatos da APU. A estes são ainda caros os projectos de mais uma escola primária, em Vale Bem, tal como de uma escola preparatória, na Marissol, e de uma secundária, nas Quintinhas, sem descurar um Centro de Dia para Idosos e de um Centro de Saúde, em Vale Fetal. Quanto ao actual Posto de Saúde de Palhais, a melhoria do seu funcionamento faz parte dos planos dos referidos candidatos.

Um Centro de Juventude, que congregue a realização de actividades culturais e recreativas, também se inclui nos planos da lista da APU, que dará a melhor atenção às aspirações dos jovens e às necessidades da infância e dos idosos.

A arborização da nova freguesia irá de par com o reforço do abastecimento de água e do saneamento básico, a salubridade do meio, o aperfeiçoamento da rede viária e dos transportes públicos, o aumento das passadeiras para peões. Igualmente será incrementado o processo em curso de toponímia, a fim de evitar que o visitante se embrenhe na floresta da identificação de moradas por número de lote ou inscrição no frontespício da vivenda.

A avaliar pela idoneidade dos componentes da lista do Povo Unido pela Charneca de Caparica, é convicção dos mesmos de que serão os perferidos no próximo acto eleitoral pelos cerca de 7000 votantes.

A Sobreda aprazível

«A população da Sobreda continuará a dar a sua confiança aos candidatos da honestidade, trabalho e competência, pelo que a eleição de mais representantes da APU permitirá resolver ainda mais e melhor os problemas da população» — afirmou **Bento Carrascal**, serralheiro, de 41 anos de idade, cabeça de lista à Assembleia de Freguesia de Sobreda, na sessão para apresentação dos candidatos da APU, a qual se realizou na noite de sábado passado, no Clube Recreativo de Instrução Sobredense.

A nova freguesia dispõe de mais de 5000 eleitores e vai eleger a sua primeira Assembleia, que será também composta por 13 elementos.

O trabalho desenvolvido pela APU, aglutinando os esforços do PCP e de vários independentes, conseguiu criar uma lista que, na opinião dos seus membros, tem condições para merecer a confiança da população sobredense. «Se até aqui, nas secções de voto anteriores, tínhamos a maioria absoluta — sublinharam —, a partir de agora temos a certeza de que a APU vai continuar a ser acarinhada pela população».

A defesa das populações é pedra de toque dos candidatos do Povo Unido, que se comprometem a desenvolver esforços junto das entidades competentes, com vista à melhoria dos transportes em toda a freguesia, a começar pela ligação Vale Figueira-Sobreda. Simultaneamente, solicitarão a colocação de mais cabinas telefónicas, um mercado retalhista, uma Repartição de Finanças, um posto de CTT, uma agência bancária.

No ensino, com a colaboração da Câmara de Almada, a nova autarquia predispõe-se a construir duas escolas primárias, uma na Sobreda e outra em Vale Figueira, para além de apoiar as já existentes. A implantação de uma escola secundária na área da freguesia é outros dos propósitos dos candidatos da APU, de igual modo interessados no reforço e dinamização dos cursos de alfabetização para adultos.

***Solar dos Zagalos**, em Sobreda, com jardins dos séculos XVII e XVIII. Uma maravilha que a APU adquiriu e pôs à disposição da população de Almada*

Habitação e urbanismo, saúde e segurança social, rede viária, higiene e limpeza, saneamento, arruamentos, equipamentos desportivos, parques infantis, rede de água, apoio permanente às comissões de moradores e colectividades, reparações nas escolas, cultura e desporto, comemorações de datas significativas no rumo progressivo da Humanidade, entre as quais o 25 de Abril, o 1.º de Maio, o Dia Mundial da Criança, da Juventude, da Mulher, assim como o Dia do Ambiente e o da Árvore, juntamente com o 4 de Outubro (aniversário da freguesia), eis mais um conjunto de preocupações para os membros da APU para a nova Junta de Sobreda, em tempos denominada Suvereda, a querer especificar que se tratava de um lugar de sobreiros.

Como se diz num desdobrável editado pela Comissão Instaladora da Freguesia da Sobreda, em honra do seu primeiro aniversário de funcionamento, a povoação, já referenciada em documentos do século XIII, só foi ligada por estrada a Corroios e à Caparica em fins do século XIX, devido ao isolamento propiciado pelo envolvimento de áreas aptas às culturas florestais e de sequeiro. Todavia, o seu vale era fértil, o que atraiu as boas graças de fidalgos e morgados, como os Zagalos, os Caiados, os Azevedos, que se instalaram em ricas quintas. Da Sobreda histórica há a salientar o Solar dos Zagalos e seus jardins dos séculos XVII e XVIII, adquirido pela Câmara Municipal de Almada e colocado ao dispor da população concelhia.

«Orgulhosos do trabalho realizado»

Na opinião de **Carlos Ramildes**, da Comissão Política do Comité Central do PCP, «estas eleições representam a constituição de novos órgãos autárquicos, em resultado da criação de novas freguesias pela Assembleia da República», e têm «um elevado significado pela melhoria das condições para a resolução dos problemas locais».

Almada passa de 5 para 10 freguesias, por iniciativa do PCP aprovada por outros partidos na AR, reforçando assim «as condições da resolução dos problemas da população».

«Nós estamos orgulhosos pelo trabalho realizado pelo Povo Unido no concelho de Almada, desde o 25 de Abril — frisou Carlos Ramildes —, ainda que não seja isenta de uma ou outra insuficiência. Mas estou convencido de que com a criação destes novos órgãos autárquicos, essa obra não só continuará como se acentuará».

Os resultados destas eleições, acrescentou o nosso entrevistado, também não deixarão de permitir tirar algumas ilações políticas. «Nós, Povo Unido, trabalhamos para vencer as eleições nas 8 freguesias agora em escrutínio». O início de campanha e a enorme adesão popular, que está a ter «reforçam a confiança com que encaramos os resultados».

Deve notar-se, realçou o dirigente do PCP, que estas eleições vão chamar à participação, no concelho de Almada, 112 180 eleitores, e «não apenas as 600 pessoas pretendidas por algumas pseudo-sondagens. Portanto, os resultados destas eleições vão permitir confirmar o grande prestígio do PCP e da APU, não apenas no concelho de Almada como no País, de que são bons indicadores os resultados eleitorais em Anha e Chafé, no concelho de Viana do Castelo».

Sente-se neste contacto popular, sublinhou Carlos Ramildes, «uma grande vontade dos democratas, no sentido de se unirem para resolver os problemas do País. Pela nossa parte — concluiu —, estamos dispostos e tudo faremos nesse sentido».

Terra

Em Cabeceiras de Basto

Agricultores repudiam importações ruinosas de vinho

• Exigido escoamento da produção

Os exemplos de submissão à vontade e aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro – prática que tem norteado a acção governativa de Cavaco Silva – continuam a suceder-se a um ritmo cada vez mais preocupante, afigurando-se com crescente nitidez o seu desrespeito, quando não mesmo desprezo, pela defesa dos interesses de quem trabalha e do País.

Desta feita foi a autorização concedida pelo Governo para a importação de 32 mil pipas de vinho da CEE para consumo no mercado nacional, decisão tomada num momento em que, repare-se, só no distrito de Braga, por exemplo, existem ainda por escoar 118 mil pipas de vinho.

A reacção dos agricultores, muitos deles com elevadas quantidades de vinho por escoar nas suas adegas, não se fez esperar, como aconteceu na passada segunda-feira, em Cabeceiras de Basto, distrito de Braga, local onde perto de mil homens do campo se manifestaram para exigir medidas prontas que permitam o escoamento das suas produções.

No decorrer da acção, que contou com o apoio da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB), após detalhada análise dos problemas que mais os afectam, os agricultores decidiram encetar algumas formas de luta com vista à sua resolução, tendo na ocasião exigido ainda uma nova intervenção da Junta Nacional dos Vinhos e a renegociação com a CEE dos processos relativos ao vinho verde.

A este respeito, como sublinha um comunicado da ADADB, é frontalmente repudiado o não reconhecimento dos vinhos produtores directos, caso do chamado **americano**, tal como a imposição do arranque das cepas.

«Se os técnicos e os políticos não gostam do vinho americano, que não o bebam; ninguém os obriga a bebê-lo. Nós gostamos dele», sublinha a nota, que esclarece por outro lado que na região as condições agroclimatéricas não permitem a reconversão da vinha nem o plantio de outras castas.

No final da concentração, durante a qual foi decidido conceder um prazo de 30 dias às entidades responsáveis para a resolução dos problemas existentes, os agricultores presentes encaminharam-se em manifestação para o centro da vila de Cabeceiras, onde bloquearam o trânsito por algum tempo, após o que se dirigiram ao Município onde foram recebidos pelo respectivo presidente a quem deram conta das suas preocupações e problemas.

Urge combater peste suína africana

• CNA toma posição

Impedir a importação de porcos de países onde se verifiquem doenças na espécie; isolar os focos existentes; indemnizar os produtores independentemente de possuírem ou não cartão de suinicultor e fixar preços para os animais atingidos com valores superiores aos vigentes no mercado, tais são algumas das medidas reclamadas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) por forma a debelar a peste suína africana, doença que alastrou já a várias regiões do País.

O alerta, tornado público em comunicado recentemente divulgado por aquela organização representativa dos agricultores, decorre da urgência de dar um efectivo e imediato combate à doença, flagelo que tem vindo a lesar gravemente os produtores e os interesses nacionais.

Recorde-se que o surto de peste suína africana revelou-se inicialmente no Baixo Alentejo e serra algarvia, tendo posteriormente alastrado para outras zonas, nomeadamente para o Baixo Mondego, devido à incúria e inoperância dos serviços oficiais do Ministério da Agricultura.

Mas não se fica por aqui a incapacidade das autoridades oficiais de fazer valer a defesa dos interesses dos produtores e do País. Veja-se o caso da França, país que apesar de ainda não ter suprimido a peste suína africana conseguiu junto dos parceiros da CEE que fosse incluído no rol de países onde essa doença é considerada extinta. Com este aval, a França não cessou as suas exportações de carnes para os restantes países do Mercado Comum e, imagine-se, declarou a sua proibição à entrada de produtos porcinos acabados de Portugal continental e mesmo dos Açores onde, recorda a CNA, «nunca existiu peste suína».

CAMINHO

Bernardo Santareno
Obras Completas de Bernardo Santareno
3.º volume

Este volume inclui as seguintes peças: **O Judeu, O Infante, A Traição do Padre Martinho.**
Organização, prefácio e notas de Luís Francisco Rebello.

Preço: 900$00

Nacional

Perguntam deputados portugueses ao PE

E a questão de Timor-Leste?

Por iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, entretanto apoiada e subscrita por deputados de outros partidos, designadamente do PS e do PRD, foi formulada no passado dia 6 de Outubro, ao Conselho da CEE, a seguinte pergunta oral, com debate:

«Considerando que a sessão ministerial anual entre a CEE e os países da ASEAN foi marcada para os próximos dias 20 e 21 de Outubro em Djacarta, na Indonésia — país com o qual um dos estados membros, Portugal, cortou relações diplomáticas na sequência da ocupação militar de Timor-Leste — e atendendo à resolução tomada por esmagadora maioria pelo Parlamento Europeu, na sua sessão de Julho de 1986 (Doc. B2-591/86, o Conselho é convidado a responder:

1. Tenciona incluir a questão de Timor-Leste no exame da situação política da região da ASEAN?

2. Que medidas vai propor, em conformidade com a resolução do Parlamento Europeu, para o restabelecimento da paz, o fim da ocupação militar e da repressão exercida pela Indonésia e para a criação de condições para o livre exercício do direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste?

3. Que posição tenciona adoptar a esse respeito com vista a apoiar Portugal no âmbito das responsabilidades que lhe cabem, nomeadamente segundo o Direito Internacional?

Esta pergunta oral teve como autor o deputado comunista José Barros Moura e, entre outros, foi subscrita pelos deputados Luís Filipe Madeira (do PS) e Jorge Pegado Liz (do PRD).

Homenagem a Luís Gomes da Silva

Realizou-se no passado domingo em Tomar, um almoço de homenagem a Luís Gomes da Silva, médico, militante do Partido desde muito jovem e também activo militante da resistência antifascista. Este convívio assinalava igualmente o 75.º aniversário do nosso camarada.

Nesta oportunidade especial, juntaram-se ao homenageado antigos amigos e camaradas, entre os quais Fernando Lopes Graça e o camarada Francisco Lancinha, membro do Comité Central do PCP.

No final do almoço e depois de algumas intervenções realçando o seu exemplo de grande democrata e de médico dedicado por inteiro aos interesses e necessidades das populações, a Comissão Organizadora da homenagem entregou a Gomes da Silva uma pequena lembrança.

Entretanto, na sexta-feira anterior, dia 3 e sob proposta dos eleitos da APU, a Assembleia Municipal de Tomar, aprovou uma proposta associando-se à data e fez-se representar na homenagem na pessoa do seu presidente.

Internacional

Sanções dos EUA a Pretória com eleições à porta

Se o veto de Ronald Reagan às sanções contra a África do Sul não provocou qualquer surpresa na cena política internacional, é bem provável que a anulação desse veto pelo Senado, a exemplo do que já havia feito a Câmara dos Representantes, tenha admirado muita gente.
Ao dar força de lei às sanções contra a África do Sul aprovadas pelo Congresso, os deputados norte-americanos infligiram não apenas a mais séria derrota a Reagan, em termos de política externa, em seis anos de mandato, como reconheceram perante a opinião pública mundial o papel determinante que a administração norte-americana desempenha na manutenção do *apartheid*.

Mas se a aprovação de sanções é uma vitória para o povo sul-africano, importa não cair na ingenuidade de pensar que a partir de agora a luta pela democracia na África do Sul tem nos norte-americanos um aliado de confiança. Em primeiro lugar porque, para além da onda de preocupações morais que a fazer fé nas declarações dos congressistas assolou subitamente as fileiras de republicanos e democratas, há que ter em conta as eleições que vão ter lugar no próximo dia 4 de Novembro e a que os dois partidos não desdenham de apresentar candidatos «reforçados» com a popularidade do voto contra o *apartheid*.

Por outro lado, porque há que não perder de vista que ganhar uma batalha não significa ganhar a guerra ou, como o próprio Reagan afirmou ao **lamentar profundamente a rejeição** do seu veto, a **aprovação de sanções não deve ser considerada como o último capítulo** da aplicação da sua política de «empenhamento construtivo» em relação ao *apartheid*.

Como que a demonstrar a veracidade desta afirmação aí está o anúncio feito pela imprensa sul-africana de um próximo encontro de alto nível entre o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, «Pik» Botha e Chester Crocker, secretário de Estado adjunto dos EUA para os Assuntos Africanos.

A fazer fé naquelas notícias, o encontro esteve já aprazado para Cabo Verde, tendo sido alterada mas não desmarcada a sua realização. Na agenda, muito significativamente, está **o debate de questões que permitam melhorar as relações bilaterais**.

O que pode querer significar que as sanções impostas e que deverão entrar em vigor 90 dias após a sua aprovação, podem vir a ter um efeito muito menos eficaz do que seria de desejar, graças às múltiplas e conhecidas formas existentes para as tornear.

Recorda-se que as sanções incluem o embargo às importações de aço, urânio, carvão, alumínio, ferro, produtos agrícolas e têxteis da África do Sul, bem como a proibição de novos investimentos naquele país, o congelamento das contas bancárias sul-africanas nos EUA, o limite da concessão de vistos a funcionários do governo racista, a suspensão dos voos para os EUA da companhia aérea sul-africana, a proibição das exportações de petróleo e seus derivados e a venda de material de informática à África do Sul. Segundo a legislação, as medidas podem vir a ser abrandadas caso o governo de minoria branca liberte o dirigente do ANC, Nelson Mandela, levante o estado de emergência, legalize os partidos políticos e anule a lei que retira a cidadania aos negros sul-africanos.

Um leque de medidas que seria interessante ver levar à prática, mas que as contradições internas da política norte-americana que as tornou possíveis faz recear que não cheguem a bom termo.

De imediato, enquanto nos EUA se confrontam os interesses eleitorais, a Casa Branca procura «melhorar as relações bilaterais» com o governo racista, e os meios de negócios procuram alternativas às vias de comunicação sul-africanas para os países da África Austral através da muito provável reabilitação do Corredor da Beira, na África do Sul Pieter Botha prepara uma estratégia de desenvolvimento económico que neutralize o efeito das sanções tendo já convocado para 7 de Novembro uma conferência com o sector privado.

A luta do povo sul-africano, essa, continua em crescendo. É dela que depende em última análise a total liquidação do *apartheid*.

***A luta do povo sul-africano**, que cada dia conquista maior solidariedade internacional, tornou-se irreversível; o* apartheid *tem os dias contados*

Israel provoca escalada de violência no Médio Oriente

O ataque aéreo efectuado segunda-feira pela aviação israelita a uma região do Norte do Líbano situada a escassos quilómetros da fronteira com a Síria pode ser considerado, para além do crime óbvio que constitui contra a soberania e o povo libanês, como um novo indício da escalada de violência e ingerência imperialista no Médio Oriente.
Pelo que representa de provocação directa à Síria, que no Líbano tem vindo a tentar levar a cabo a difícil tarefa de medianeira entre as diferentes forças em confronto; pelo que traduz de menosprezo pelas mais recentes deliberações da ONU a favor da retirada sionista do território libanês; pelo que significa de deliberada intenção de obstaculizar as iniciativas de paz no Médio Oriente, o novo ataque de Israel ao Líbano (o décimo segundo deste ano, ainda que o primeiro ao Norte) tem necessariamente de merecer o maior repúdio e condenação da comunidade internacional.

Com o estafado pretexto de atacar bases palestinianas no Norte do território libanês, o bombardeamento da aviação israelita integra-se numa série de acontecimentos a que não é estranha a estratégia da administração Reagan.

Recorde-se, por exemplo, a recente ronda do vice-presidente dos EUA, George Bush, pela Jordânia, Egipto e Israel em mais uma pseudo iniciativa da paz. No dizer de Bush, os resultados foram positivos, mas nada de concreto foi avançado que o demonstrasse.

A menos que, evidentemente, se possa atribuir aos bons ofícios do responsável norte-americano as negociações israelo-jordanas de que resultou a nomeação dos presidentes de três municípios dos territórios árabes ocupados por Israel, conhecidos pelas suas simpatias para com a monarquia jordana, em lugar dos eleitos pelos palestinianos. Ou ainda a decisão do governo de Telavive de ocupar, na margem ocidental do rio Jordão, mais 420 hectares de terras pertencentes a camponeses palestinianos, para a construção de uma povoação paramilitar.

De acordo com declarações de Isaac Shamir, que amanhã substitui Shimon Peres na liderança do governo israelita no âmbito do sistema de «alternância» acordado entre ambos em 1984, pretende-se dar novo impulso ao «aproveitamento» da margem ocidental do Jordão, eufemismo com que se visa deixar claro não estar nas intenções de Israel qualquer cedência no que respeita aos territórios ocupados.

Se a isto se acrescentar o facto dos EUA continuarem a opor-se à realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, que voltou a ser defendida num encontro entre representantes de Estados árabes com o secretário de Estado George Shultz, efectuado à margem dos trabalhos da Assembleia Geral da ONU, chega-se à brilhante conclusão de que os resultados positivos de Bush, se existem, não o são para os problemas da região e muito menos para a causa palestiniana.

Importa reter que a oposição dos EUA à realização daquela conferência se escuda agora no pretexto de que ela só será possível após o reatamento das relações diplomáticas entre a URSS e Israel e da resolução de questões que se prendem com a situação da comunidade judaica soviética. Ou seja os EUA arvoram-se o direito de se ingerir em questões internas de países soberanos, com o objectivo óbvio de bloquear a solução de um problema tão candente como o do Médio Oriente.

No interim, Israel semeia a morte e a destruição nos países vizinhos, põe em causa o frágil equilíbrio de forças da região e consolida as suas tentativas de extermínio do povo palestiniano. Com total apoio do amigo americano. Em nome da paz, evidentemente.

Indonésia fuzila comunistas

Nove dirigentes do Partido Comunista da Indonésia (PKI) foram fuzilados nos últimos dias pela ditadura do presidente Shuarto, que desde 1965 domina a Indonésia.

De acordo com as escassas informações disponíveis, os dirigentes do PKI, que estavam presos há cerca de 20 anos, terão sido executados entre os dias 26 de Setembro e 3 de Outubro, conhecendo-se até à data a identidade de apenas cinco dos presos. Organizações de defesa dos direitos do homem identificaram Sam Kamaruzaman, de 60 anos, preso em 1967; Bono, igualmente de 60 anos e preso na mesma altura; Supono, de 65 anos, e Sudiono, antigo coronel da Força Aérea.

As mesmas organizações admitem que outro dos executados tenha sido um antigo dirigente da Juventude Comunista.

Entre os condenados à morte pelo regime de Suharto encontra-se também o presidente do PKI, Ruslan Widjajastra, ignorando-se se será um dos fuzilados ainda por identificar.

As execuções na Indonésia ocorrem numa altura de profunda degradação da situação interna do país e do crescimento da revolta popular contra o regime que continua a usar da mais brutal repressão para tentar calar os protestos generalizados de repúdio pela sua política.

Num comunicado divulgado a propósito pela Fretilin alerta-se a opinião pública para a sorte dos timorenses presos pela ditadura de Suharto, que desde a invasão de Timor-Leste desenvolve uma política de extermínio do povo timorense.

União Interparlamentar reúne em Buenos Aires

A Conferência da União Interparlamentar, que reúne representantes de mais de cem países, começou na segunda-feira em Buenos Aires, tendo como um dos temas centrais a situação na América Central. A delegação da Nicarágua, segundo afirmou em Manágua o secretário da Assembleia Nacional nicaraguense, pretende uma tomada de posição daquela organização sobre a recusa da administração norte-americana em cumprir a resolução do Tribunal Internacional de Haia, que qualificou de ilegal a política dos EUA em relação à Nicarágua.

Entretanto voltou a agravar-se a tensão entre a Nicarágua e as Honduras, devido a mais uma provocação levada a cabo pelo exército hondurenho. De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, militares das Honduras dinamitaram uma subestação eléctrica num povoado no Norte do departamento de Chinandega, alvejando com metralhadoras uma patrulha de guardas-fronteiras do exército popular sandinista.

As autoridades sandinistas exigiram que os responsáveis hondurenhos «investiguem sem demoras aquela provocação orientada para desestabilizar a economia nicaraguense, provocar um incidente armado na fronteira e utilizá-lo como pretexto para iniciar uma intervenção militar directa na República sandinista».

Internacional

Cimeira de Reykjavik
Uma esperança e uma exigência

Reykjavik, na Islândia, será seguramente, neste fim-de--semana, pólo de atenções de todo o mundo. A «invasão» de jornalistas, mal foi divulgado o anúncio do encontro Gorbatchov-Reagan, reflecte, não só a sua importância, mas a consciência generalizada dos perigos da escalada armamentista e da premente necessidade de paz.
São conhecidos e lineares os objectivos da União Soviética: a materialização dos acordos adoptados no primeiro encontro entre os dois dirigentes em Genebra, em Novembro de 85, e posteriormente boicotados na prática pela administração Reagan, impedir a militarização do cosmos, suspender os ensaios nucleares, reduzir desde já séria e substancialmente os depósitos de armas nucleares. Como afirmou o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, trata-se de «renovar os impulsos políticos» para pôr termo à corrida armamentista. Uma posição política perfeitamente coerente com a prática seguida.
E por parte dos Estados Unidos?

Dar sequência à cimeira de Genebra, uma exigência inadiável

Quase imediatamente a seguir à notícia do encontro cimeiro Gorbatchov-Reagan, foi anunciada a realização de novo teste nuclear no Nevada. Entre os manifestantes presos por se afirmarem contra a explosão nuclear, o conhecido cientista norte-americano Carl Sagan. Pouco antes havia sido referida uma experiência (com êxito...) de uma arma anti-satélite apontada contra uma estrela!

São factos que se inserem bem no cego rumo belicista que vem a ser trilhado pelo imperialismo, e que assim se pode resumir:

- Intensificação do programa da «guerra das estrelas»;
- Ensaios do sistema anti-satélite ASAT;
- Experiências com um novo míssil balístico intercontinental, novos aviões e submarinos;
- Declaração sobre renúncia ao tratado Salt-2;
- Exigências no sentido de um ainda maior orçamento militar, incluindo verbas para armas binárias (químicas);
- Verdadeiros actos de terrorismo de Estado, contra a Líbia, a Nicarágua e a África Austral;
- Manobras militares sem precedentes desde os anos 50 nas proximidades da União Soviética — do Mar do Norte e do Báltico ao Extremo Oriente.

Um balanço que realça mais ainda o significado do encontro de Reykjavik. Que caminhos, que realidades, o tornaram possível?

Em 21 de Agosto passado, o «New York Times» fazia uma referência à «situação embaraçosa» em que se encontrava a administração Reagan confrontada com a difícil tarefa de justificar perante os americanos a «justeza» e a «necessidade» de prosseguir com os ensaios nucleares. Simultaneamente, sondagens à opinião pública (apesar de limitações de que enfermam) indicam que a percentagem de americanos a favor da proibição dos testes nucleares foi subindo de 42 por cento na Primavera passada para 56 no início do Verão e 80 por cento, depois de Gorbatchov ter prorrogado pela quarta vez a moratória em 18 de Agosto.

Mesmo nas próprias instâncias legislativas dos EUA, e apesar dos limitados interesses que reflectem, se registaram tomadas de posição que não é de menosprezar. Em 26 de Fevereiro deste ano, a Câmara dos Representantes pedia ao governo o recomeço de conversações com a União Soviética para a assinatura de um tratado para a proibição de testes. Em Agosto a Câmara dos Representantes e o Congresso aprovam moções recomendando a cessação dos testes por um ano.

E será também de relembrar aqui a generalizada oposição — por parte dos parceiros da própria NATO — ao anúncio da renúncia ao Tratado Salt-2 por parte dos Estados Unidos.

A verdade é que mesmo entre governos e personalidades do capital, ligadas de múltiplas formas — como classe, pelos lucros que aufarem — a uma política que nada tem de pacífica, surgem algumas posições de realismo, de uma maior consciência do que está em jogo na nossa época.

A grande ofensiva de paz da URSS e da comunidade socialista, o grande movimento de massas pela paz que ganha maior dimensão ainda ao interligar-se às lutas mais gerais dos trabalhadores e dos povos — dão necessariamente os seus frutos.

E assim, numa conjuntura internacional muito difícil e degradada pela política de verdadeiro desafio suicida do imperialismo, passos positivos começam a ser possíveis.

Referimo-nos antes do mais a **Estocolmo**.

Trinta e três Estados da Europa, os Estados Unidos e o Canadá — reunidos em Estocolmo para a primeira etapa da Conferência sobre as medidas de reforço de confiança, da segurança e do desarmamento na Europa — aprovaram um documento que reúne um conjunto de iniciativas de ordem política e militar, capazes de diminuir o perigo de confrontação militar no continente europeu. Trata-se, no geral, de acordos sobre diferentes pré-avisos quanto a manobras e deslocações de tropas, passando pela troca de planos anuais de actividade militar. Algo foi ainda possível avançar no que respeita a algumas reduções de manobras militares (que importa não esquecer, funcionam muitas vezes como verdadeiros actos de provocação). Pela primeira vez são preconizadas as verificações «in loco».

O acordo foi coroado por um acordo sobre não-recurso à força sob todas as suas formas, nomeadamente militar.

É um passo importante. Que poderá abrir caminho aos esforços desenvolvidos no sentido da criação de um sistema universal de paz e segurança internacional.

Um novo impulso pela paz em Reykjavik constituiria um passo decisivo nesse mesmo sentido.

Esta a esperança e a exigência dos povos de todo o mundo.

Copenhague, capital da Paz

desarmamento

Copenhague vai ser a capital da Paz, já nos próximos dias — de 15 a 19 de Outubro. No âmbito do Ano Internacional da Paz, realiza-se na capital da Dinamarca o Congresso Mundial sob o lema «Salvaguardar a Paz e o Futuro da Humanidade». Participarão 2500 delegados de todo o mundo, representantes dos grupos de Paz das Nações Unidas, de partidos políticos, membros de parlamentos, grupos religiosos, organizações de mulheres e de jovens, sindicatos, movimentos populares.

A Comissão Portuguesa do Ano Internacional da Paz, tem participado em todas as reuniões do grupo internacional organizador do Congresso e é membro do Secretariado Internacional Preparatório. Portugal estará presente com uma delegação de cerca de 50 pessoas.

Em carta aberta do presidente do Comité Internacional Preparatório, Hermod Lannung, destaca-se que «o Congresso será virado para a acção».

A ordem de trabalhos do Congresso liga-se às próprias directivas e objectivos do Ano Internacional da Paz, conforme foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A resolução, adoptada por consenso, assinala — como é referido na Carta Aberta:

« — A inter-relação entre a Paz, o desenvolvimento económico e o progresso social.

« — A urgente necessidade do desarmamento e de se evitar a catástrofe nuclear.

« — A eliminação da discriminação racial e do *apartheid*.

« — O exercício dos direitos humanos e da liberdade como elementos essenciais para a Paz.

« — A Paz como requesito indispensável para a satisfação das necessidades humanas de alimentação, educação, saúde, habitação, trabalho e meio ambiente.

« — A preparação de uma vida em Paz, processo no qual desempenham funções importantes a educação, a ciência, a cultura, a religião, os meios de difusão de massas, necessitando-se para tal a participação eficaz dos diferentes grupos sociais, especialmente das mulheres, jovens, idosos, veteranos da guerra, profissionais.

« — O papel da cooperação internacional, do diálogo, da compreensão e confiança mútuas para a manutenção da Paz, com a participação dos governos, parlamentos e organizações não governamentais».

Todos estes temas serão analisados no Bela Center de Copenhague. Com uma preocupação dominante: consciencializar e organizar as mais amplas massas, em defesa do desarmamento, pelo desenvolvimento, a independência nacional, soluções políticas pacíficas e justas para os diferentes conflitos no plano internacional.

Avante!

«No momento presente, as forças antifascistas devem lançar-se audaciosamente à luta pelas liberdades. É necessário varrer a timidez que continua a entravar muitas acções. É necessário responder a cada violência fascista com novas acções. É necessário aliar decididamente às acções "por cima", aos documentos e diligências dos organismos de direcção, as acções concretas e firmes das massas democráticas. É necessário dar vida às Comissões do MUD, às Comissões Sindicais, às Comissões de Unidade e compreender que elas só se fortalecerão e constituirão uma sólida base de massas do movimento antifascista nacional, na medida em que tenham tarefas práticas e concretas e uma corrente (coerente) actividade massiva. É necessário não adormecer à sombra do êxito, mas, ao contrário, tirar os ensinamentos de cada vitória e de cada insucesso, e tomar a iniciativa, empreendendo novas acções. A HORA É DE OFENSIVA.»

(«A Hora é de Ofensiva» — «Avante!», VI série, n.º 95, Outubro 1946)

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

«Os serventuários do colonialismo português, os que estão interessados em manter a exploração e opressão dos povos coloniais procuram alterar os factos sob uma fraseologia mentirosa.

«A grande imprensa, ligada duma forma ou doutra aos grandes colonialistas, os representantes de Salazar na ONU e os fabricantes das manifestações «espontâneas», são abundantes neste palavreado mistificador. (...)

«Mas como conciliar estas cínicas afirmações com os factos? Como se pode contestar que cerca de 300 mil trabalhadores angolanos estejam submetidos ao trabalho forçado e compulsivo? Como negar os 2 escudos de salário dos mineiros da Diamang? Como escamotear os 350 mil trabalhadores moçambicanos "exportados" anualmente pela colónia de Moçambique para o trabalho forçado das minas de Rand, de Witwatersland, de Orange, do Transvaal, de Kimberley, de Momaqualand e para as plantações e as minas da Rodésia, pelos quais o governo cobra cerca de 700 mil contos?» (...)

(«Horas sombrias para Portugal» — «Avante!», VI série, n.º 294, Outubro 1960)

Avante!

«Couço: os trabalhadores desempregados têm-se concentrado na Casa do Povo, umas vezes em grupos de 100, outras de 70 e outras de 150. Na última destas concentrações, quando já eram 17 horas e o Presidente queria fechar a porta da Casa do Povo, os trabalhadores não consentiram enquanto não fosse resolvida a sua situação. Perante a sua decisão e firmeza, o Presidente teve que telefonar para Coruche e de lá disseram que a situação se iria resolver rapidamente. Entretanto os trabalhadores continuaram na Casa do Povo à espera da prometida solução. Passado algum tempo apareceu o cabo da GNR, mas os trabalhadores não se intimidaram e disseram-lhe que necessitavam de trabalho, que se não lhes arranjassem trabalho fariam uma concentração em massa com as mulheres e os filhos, e depois iriam buscar o comer onde o houvesse. No dia seguinte todos os desempregados foram distribuídos por vários trabalhos com jornas de 18 a 20 escudos. Os valentes operários agrícolas do Couço pensam agora lutar por melhores jornas.»

(«Trabalho ou pão» — «Avante!», VI série, n.º 294, Outubro 1960)

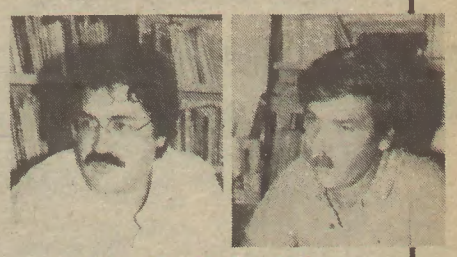
Em Foco

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 667
9 de Outubro de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Um gestor liquidatário vende gato por lebre na TAP

Apesar de enfraquecida, a transportadora aérea nacionalizada está de saúde. O veneno liquidatário instalado durante anos não conseguiu matá-la. Mas agora o golpe vem vibrado com a ajuda da CEE. Os trabalhadores estão dispostos a salvar a empresa e a «saldar» o gestor



João André e Pedro Maia

O nível do emprego tem sido estável na TAP. Actualmente com 9500 trabalhadores (números redondos) em Portugal e no estrangeiro, a transportadora aérea nacional não podia escapar à epidemia da direita liberalizante, que incide ao mesmo tempo no capital e no emprego do sector empresarial do Estado.

Por via europeia (CEE) decorrente do exemplo norte-americano, um gestor da TAP, apoiado nas orientações cavaquistas, pretende reduzir esse nível de emprego para encaminhar aquela empresa pública ainda mais no sentido da desnacionalização.

Logo que tomou posse, no próprio discurso desse acto em 18 de Abril findo, João Lencastre, presidente do conselho de gerência da TAP, dizia alto e bom som:

— **É conhecida a minha preferência pessoal pela privatização do sector empresarial do Estado, nela incluindo a possibilidade de alienação de parte da propriedade das empresas...**

Como depois aconteceu, o presidente da TAP não deixou dúvidas quanto à orientação que iria seguir. Não foi preciso esperar muito para o ouvir publicamente dizer que a transportadora tem trabalhadores a mais. E para não ficar atrás dos gestores da Siderurgia por exemplo, adiantou que os excedentes seriam dois mil.

Para este tipo de gestores **liquidatários** — uma espécie que tem proliferado à sombra dos governos de direita — o próprio prestígio das empresas, que supostamente gerem, só contraria quando posto ao serviço das vorazes clientelas do Governo. As daqui e do estrangeiro.

Se a TAP tem pessoal a mais porque contrata a prazo?

A lógica destes gestores liquidatários costuma ser a do gato por lebre. Começa na própria terminologia, com a qual pretendem pintar de fresco velhas fachadas do capitalismo usurpador, e acaba sempre nas mesmas metas: **despedir, despedir**... Mas se os 9500 trabalhadores são muitos para a TAP, porque é que existem hoje na empresa 611 trabalhadores a prazo e 500 subcontratados?

Sobre essa lógica do neo-liberalismo, que traduzida em português dá pouco mais ou menos roubo e mais exactamente acção anti-social (e não só no que respeita à TAP) convém sobretudo saber o que pensa a comissão de trabalhadores dessa empresa pública, já que para eles, como decerto para a maior parte dos passageiros **liberalização / desnacionalização / privatização / desregulamentação** só podem significar mais despesas, menos segurança nos voos e em terra, mais desemprego e menos (ou nenhuma) atenção pelos direitos dos trabalhadores desvinculados, como os preferem os gestores liquidatários, de qualquer organização que possa defendê-los e que efectivamente os represente.

A ofensiva do grande capital não é linear. Apresenta contornos que a recente adesão de Portugal à CEE veio acentuar e em certa medida confundir.

O transporte aéreo, que é das actividades mais regulamentadas em tod o mundo, é também aquele que reconhecidamente mais necessita do Estado. Os regulamentos internacionais assim o estipulam e, como veremos mais à frente, a importância estatal não diminuiria por efeito da privatização de que fala com tanto entusiasmo o gestor João Lencastre e mais o ministro que o pôs na TAP.

Os 2000 supostos excedentes que haveria no quadro de pessoal da empresa, a sua alegada «situação económica difícil», a campanha publicitária do Governo contra as nacionalizações, as formas de coacção exercidas sobre todos os trabalhadores e em especial sobre os sindicalizados por essas e outras falsas imagens que gestores e ministros se encarregam de lançar nos meios de comunicação de massas (com o privilégio usual para a televisão), afim de fazerem valer os seus privilégios e interesses de classe, constituem um sumário de razões mais que suficientes para que o «Avante!» procure puxar o fio à meada ouvindo dois elementos da comissão de trabalhadores da TAP.

São eles João André, 37 anos, empregado de escritório, e Pedro Maia, 40 anos, piloto e comandante desde 1977. Sucessivamente reeleitos pelas listas unitárias, ambos são membros do secretariado da Célula do PCP na TAP. O comandante Pedro Maia pertence ao Organismo da Direcção do Sector de Transportes (PCP) de Lisboa. João André faz parte da recém-formada comissão para criar a coordenadora das CTs do mesmo sector, que representará 70 mil trabalhadores.

Deixamos este preâmbulo? Vamos ouvi-los, então. ■

«Avante!» — A TAP lucrou alguma coisa com a entrada na CEE?

João André — A entrada de Portugal no Mercado Comum foi prejudicial para a empresa. A chamada liberalização dos transportes aéreos não convém a uma transportadora relativamente pequena como a TAP. Se a política dominante na Comunidade não mudar e se o Governo português continuar a privilegiar o modelo de Londres...

Av. — O do governo de Margareth Thatcher?

João André — O mesmo modelo afinal já aplicado há anos nos Estados Unidos, que levou à guerra das tarifas e a uma nova concentração de capital, com milhares de despedimentos.

Av. — Mas que se saiba a TAP não vai mudar-se para Londres e ainda menos para Nova Iorque.

Pedro Maia — Não vai mudar-se, nem é preciso. O gestor João Lencastre é que se mudou para a TAP, depois de ter estado vários anos em Londres ao serviço da Shell, uma multinacional bem conhecida. Não admira que, com essa experiência, venha para os jornais ameaçar com a «trituração» de postos de trabalho, com mudanças profundas da legislação laboral e até da Constituição.

Nenhum despedimento será consentido

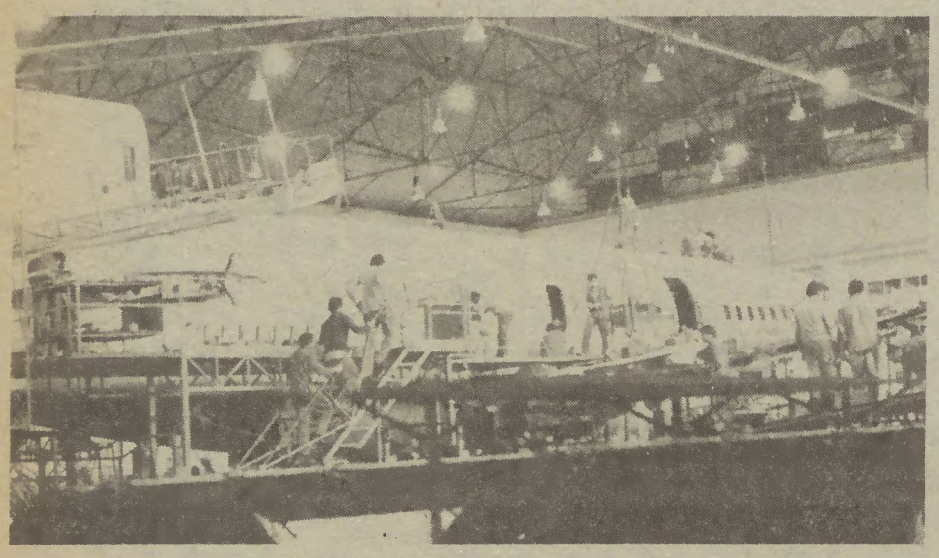
Há trabalho para todos, diz a CT

Av. — Parece-nos, no entanto, que não se pode assim do pé para a mão aplicar a uma empresa com a dimensão da TAP um modelo que talvez sirva para a British Airways, uma companhia com outro volume de negócios, outras ligações, etc.

Pedro Maia — O problema não é esse; cremos que o modelo da **British** também não agrada aos trabalhadores, principalmente aos que foram ou podem ser despedidos nessa companhia inglesa. Na TAP trata-se para já de exercer pressão sobre a CT e as outras organizações representativas, sobre a opinião pública, os sindicatos...

Av. — Uma investida para inglês ver?

João André — Não. Como a CT da TAP já disse publicamente «a estratégia do dr. João Lencastre é clara». E apontamos outra vez alguns exemplos: a admissão de Andrade Campos, ex-gestor da TAP para um lugar em Londres, que não existe no quadro de pessoal mas que custará à TAP 60 mil contos por ano; a admissão também de um assessor para a segurança (200 contos de ordenado mensal) quando a empresa já dispunha de serviços adequados; o recurso a empreiteiros para empregar subcontratados desnecessários, sem que a CT, apesar de várias diligências, consiga saber dos gestores quanto é que custam à empresa; a «vista grossa» da gerência face ao excesso de trabalho extraordinádio (439 mil contos custaram as horas extras de Janeiro a Maio); má gestão na área das receitas: os resultados económicos foram até piores do que os de 1985, no primeiro semestre do ano corrente.



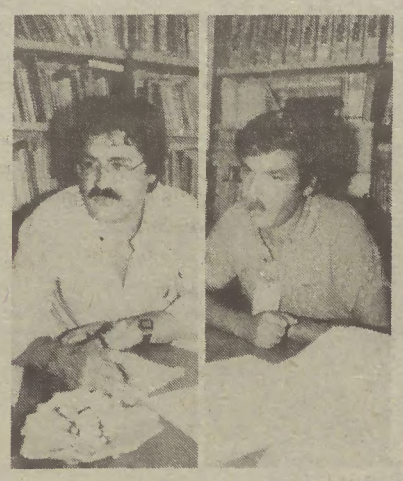
Av. — Por isso vocês dizem e diz a CT, como se lê neste comunicado de 17 de Setembro, que «os trabalhadores da TAP não permitem a continuação de tal gestor à frente dos destinos da Companhia»?

Pedro Maia — E a CT tem representatividade suficiente para o dizer. A taxa de sindicalização atinge na TAP os 96 por cento. A CT em funções tem 5 membros unitários, 4 afectos ao PS e 2 ao PSD. A CT é um factor de unidade entre as várias correntes sindicais, os vários sindicatos existentes na empresa. De resto, convém sublinhar que esse comunicado de 17 de Setembro é subscrito também pela estrutura sindical da TAP.

Av. — Há, então, unanimidade contra o presidente do conselho de gerência.

Pedro Maia — Melhor: contra a política que ele defende lá dentro; e melhor ainda: há unanimidade na defesa dos interesses da TAP, dos postos de trabalho e, se possível, do seu aumento. Há unanimidade nas acções a desenvolver nesse sentido, incluindo a demissão do dr. João Lencastre.

Av. — Que segue afinal a política do Governo para todo o sector empresarial do Estado e para outras áreas económicas.



João André — Sem dúvida, mas não podemos confundir a TAP e a sua vida de progresso, porque sempre nos batemos, com outras áreas económicas ou sectores onde os processos de reestruturação, modernização, etc., são naturalmente diferentes. Mas não consentiremos qualquer despedimento. A desnacionalização não é uma panaceia, como pretende o dr. Lencastre. É um péssimo negócio para os trabalhadores, para os utentes, para o País.

Empresas que sugam a TAP e outras anomalias da «situação difícil»

Av. — A TAP continua «em situação económica difícil»?

João André — Sim, aparentemente, isto é, no papel, desde 1979, ainda durante o governo Sá Carneiro, depois da greve dos pilotos. Mas sem aplicação prática.

Av. — Porquê?

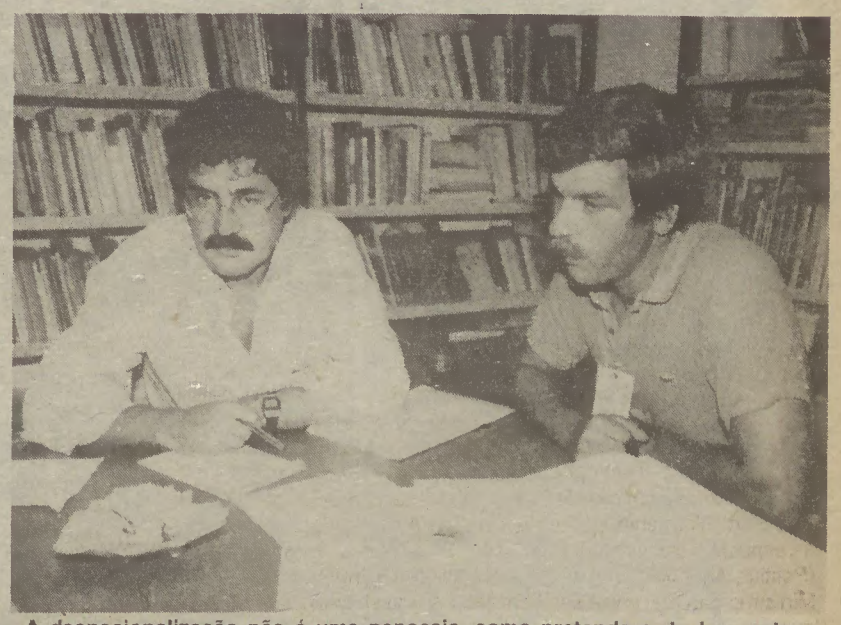
João André — O diploma que autoriza a declaração de uma empresa pública em «situação económica difícil» estabelece um conjunto de restrições que incidem principalmente nas regalias dos trabalhadores, em especial no que respeita à contratação colectiva. Mas os trabalhadores da TAP não consentiram isso. Os «regimes sucedâneos», que funcionaram por exemplo nas companhias de navegação (CNN e CNP) antes da sua extinção e que derivavam da situação económica difícil, nunca funcionaram na TAP. Essas e outras restrições foram inutilizadas pela recusa dos trabalhadores e dos seus órgãos representativos, por vezes com recurso a movimentações e lutas que tiveram pouca divulgação. As negociações anuais da contratação colectiva tem-se efectuado normalmente. Creio já termos dito aqui que a sindicalização na TAP é praticamente total, excluindo naturalmente os contratados a prazo e os subcontratados que dependem dos empreiteiros.

Av. — Se a situação é essa, porque é que a «difícil» está ainda em vigor?

Pedro Maia — Porque serve aos gestores e ao Governo para manterem de algum modo essa forma de coacção sobre os trabalhadores e poderem a todo o momento erguê-la como ameaça perante uma movimentação reivindicativa ou qualquer acção de luta mais radical. No entanto, as organizações representativas (ORTs) têm actuado no sentido de acabar com essa situação.

Av. — Tem actuado como?

João André — Junto da Assembleia da República, por exemplo. Ainda na anterior legislatura, o assunto foi levado a plenário, e há uma proposta do grupo parlamentar do PCP no sentido de anular a «situação económica difícil» na TAP. O assunto voltará certamente a ser discutido na AR durante a legislatura actual, pois nenhum aspecto de ordem económica ou social justifica a manutenção da empresa nessa situação.



«A desnacionalização não é uma panaceia, como pretende o dr. Lencastre», reafirmam Pedro Maia e João André, da CT da TAP

Av. — Significa isso que a empresa dispõe de boa situação financeira?

Pedro Maia — Não podemos afirmá-lo. O que sabemos é que os gestores, com o aval do Governo, recorrem por sistema ao crédito externo. A dívida é superior a 80 milhões de contos. O presidente do conselho de gerência, quando vem a público denegrir — como faz, por estranho que pareça — a imagem da empresa e falar dos 10 milhões de contos de prejuízo nos dois anos anteriores, prejuízo que, no entender dele, desapareceria se a TAP fosse privatizada, esquece-se desse pormenor da dívida ao exterior e do que ela pode representar para os **privados estrangeiros** ligados ao capital financeiro e possivelmente interessados no ainda maior desmembramento e na desnacionalização da empresa.

Av. — Desmembramento e desnacionalização que têm a ver já com a criação de outras companhias que sugaram, por assim dizer, na TAP e que operam no mesmo ramo do transporte aéreo aqui no Continente.

João André É um facto que as Ligações Aéreas Regionais, a LAR, como é conhecida, e a Air Atlantis, que funciona nos voos fretados têm já uma componente privada muito ampla e estão a preparar-se condições para que o capital público da TAP venha a desaparecer em proveito de sociedades anónimas de responsabilidade limitada. Por essas e outras razões é que os trabalhadores se opuseram, há dois anos, à **solução capital misto** na LAR, como se têm oposto a todas as tentativas para desmembrar ainda mais a TAP. Opõem-se ao tipo de gestão que redundou em prejuízos da ordem dos 3,4 milhões de contos nos voos para as Regiões Autónomas; ao financiamento do Estado que reverte para o capital privado; à acumulação dos juros em moeda estrangeira, sem que o Fundo de Riscos Cambiais intervenha com qualquer correcção quando o escudo se desvaloriza; à revisão pretendida pela gerência actual do contrato-programa de 1985 no sentido de conseguir um peso ainda maior do capital privado nas actividades mais lucrativas da empresa, enquanto para a nacionalização ficariam apenas os prejuízos e o encargo com os despedimentos. Porque o risco de despedimentos existe, embora a gerência diga que não. Em escala diferente, é claro, da verificada em companhias maiores e talvez por processos diferentes, essa ameaça e esse risco existem, mas a CT e todos as organizações representativas defendem em bloco o actual nível do emprego na TAP.

Av. — E o conselho de gerência sabe disso?

Pedro Maia — Sabe-o perfeitamente, como sabe o Ministério dos Transportes, o do Trabalho e todo o Governo. Contra os despedimentos não haverá vacilações. Como não haverá para os processos, ou para as manhas, que conduzam à precarização já forte do emprego na TAP e na Air Atlantis, por exemplo, onde a precaridade do emprego é total. ■

Não está excluído o recurso à contra-corrupção

Do que ficou dito e do que facilmente se subentenderá, comparando, sem risco, aspectos idênticos em todo o sector empresarial do Estado, destaque-se que a liberalização económica vai a par da liberalização dos despedimentos. Sublinhe-se também o facto de que o funcionamento em pleno dos sindicatos e de toda a organização representativa dos trabalhadores é indispensável na TAP, como nas outras empresas afectadas pela escalada na recuperação capitalista conduzida pelo Governo Cavaco. Os camaradas da TAP que nos concederam esta entrevista frisaram que, entre outras acções da actual gerência, de contornos «pouco claros», a admissão de Andrade Campos para um chorudo lugar em Londres, leva a CT a intervir junto da Procuradoria Geral da República e a encarar a hipótese de solicitar para esse e outros casos a atenção da Alta Autoridade Contra a Corrupção.

■ *Joaquim Miranda*

CEE
Orçamento e crise

A proposta de Orçamento comunitário para 1987 apresentado recentemente ao Parlamento Europeu vem tornar ainda mais clara a profunda crise orçamental e financeira com que a CEE se debate e introduz motivos acrescidos de preocupação quanto à adesão de Portugal e às pesadas consequências que dela já decorrem — e decorrerão mais acentuadamente no futuro — para o País.

Tal proposta e os seus inevitáveis efeitos negativos confirmam, porém, a justeza da análise feita pelo PCP e da posição que, em consequência, assumiu relativamente à entrada de Portugal na CEE.

Passados que são apenas alguns meses sobre a adesão — quando nos encontramos ainda no início do período de transição — e já as sombras negras pairam e se alargam sobre os mais diversos sectores económicos e sociais. De tal forma que as manifestações de preocupação vão já surgindo dos mais diversos quadrantes.

Preocupações que encontram agora mais uma forte justificação nesta proposta de Orçamento para 1987, apresentada pelo Conselho de Ministros da CEE; tanto mais que ela representa um sensível recuo relativamente ao projecto inicial de Orçamento, da responsabilidade da Comissão das Comunidades, o qual já havia merecido as mais severas e generalizadas críticas ao nível interno e ao nível da própria CEE.

Particularmente elaborado para, com os recursos disponíveis, dar a resposta possível aos problemas e despesas decorrentes da PAC (Política Agrícola Comum), a proposta de Orçamento do Conselho de Ministros da CEE deixa sem solução as graves questões estruturais de que aquela padece — o que se traduzirá na agudização das mesmas e, ao fim e ao cabo, no aprofundamento das assimetrias entre regiões e países, na falta de soluções para o flagelo do desemprego, na destruição acelerada das pequenas e médias empresas e explorações agrícolas, comerciais e industriais em favor das multinacionais, na diminuição da já irrisória «ajuda» aos países do «Terceiro Mundo», etc.

A PAC (FEOGA-Garantia), que na proposta de Orçamento do Conselho, absorverá cerca de 64% das despesas comunitárias em 1987 (63% em 1986), transformou-se no cancro da CEE. Mas o seu reforço no contexto orçamental comunitário, representa também a via encontrada pelos países mais desenvolvidos para impedir a transferência de recursos para os países periféricos e mais atrasados (na cauda dos quais se encontra Portugal), nomeadamente através dos fundos estruturais — os quais, assim, vão sendo sistematicamente minimizados.

Mas vejamos alguns valores da referida proposta de Orçamento, comparando-os com os de 1986 e particularmente com os que haviam sido propostos pela Comissão das Comunidades (e sublinhamos estes já que eles representariam o mínimo indispensável para fazer face aos compromissos assumidos; mas não, naturalmente, para dar solução aos problemas que atrás se referiram).

a) **Valores Globais da Proposta de Orçamento para 1987 (Conselho):**

- Créditos de Compromisso ..... 36 944,7 MECU's (*)
- Créditos de Pagamento ..... 35 945,5 »

Orçamento 1986:

- Creditos de Compromisso ..... 36 052,2 »
- Créditos de Pagamento ..... 35 174,1 »

Projecto da Comissão para 1987:

- Créditos de Compromisso ..... 38 078,8 »
- Créditos de Pagamento ..... 36 711,6 »

DIFERENÇAS

- **Relativamente ao Orçamento de 1986:**
- Créditos de Compromisso: +892,5 MECU's (+2,48%)
- Créditos de Pagamento: +777,4 » (+2,19%)

- **Relativamente ao Projecto da Comissão:**
- Créditos de Compromisso: −1 134,1 MECU's (−2,98%)
- Créditos de Pagamento: −766,1 » (−2,09%)

De sublinhar o fraco crescimento relativamente a 1986 (entre 2,2% e 2,5%) e a diminuição significativa em relação aos valores do projecto da Comissão (entre 2,1% e 3%).

Daqui se poderá concluir, para além do mais, estar-se em presença de um **Orçamento fictício**. E assim é, particularmente, em face quer do crescimento contínuo e elevado das despesas com os excedentes agrícolas, a par com a desvalorização do dólar americano, quer ainda do facto de as receitas previstas no Orçamento de 1986 terem sido substancialmente sobreavaliadas, nomeadamente devido à forte diminuição das receitas com origem nos direitos aduaneiros.

A «exiguidade» da proposta de Orçamento para 1987 encontra, porém, explicação no facto de se encontrarem esgotados (desde 1985, pelo menos) os recursos próprios da CEE — a comparticipação dos Estados-membros com 1,4% das receitas do IVA, principal fonte de receitas da CEE, manifesta-se insuficiente para dar resposta às crescentes despesas.

Importa, entretanto, desmistificar o argumento de quantos encontram no futuro aumento dessa comparticipação dos Estados-membros a via para ultrapassar os problemas financeiros da CEE (e até para «beneficiar» Portugal...).

O que se verificaria com um tal aumento da comparticipação dos Estados-membros (para além de um reforço dos poderes supranacionais da CEE) seria, inevitavelmente e desde logo, a deslocação das receitas acrescidas para o «buraco» existente ao nível das despesas obrigatórias (excedentes agrícolas). De resto, os países que mais comparticipam para a CEE, logo exigiriam o reembolso dos pagamentos acrescidos, à semelhança do que já fazem actualmente.

E Portugal, que nada beneficia do FEOGA-Garantia, não só não veria aumentadas as suas receitas pela via dos fundos estruturais (FEOGA-Orientação, Fundo Social Europeu, Fundo de Desenvolvimento Regional), como, ao invés, veria aumentada a sua comparticipação para os recursos próprios da CEE. Comparticipação essa que, na sua vertente principal em termos orçamentais, aumentará em cerca de 50% (e não 20%, conforme os cálculos governamentais) com a passagem do sistema transitório actual — com base nos valores médios do PNB dos últimos anos — para o sistema de pagamento com base nas receitas do IVA (o que se verificará três anos após a adesão, nos termos do respectivo Tratado).

b) **Quanto ao FEOGA-Garantia:**

	1986	Comissão 1987	Conselho 1987
• Créditos de Compromisso:	22 112	22 960,8	22 960,8 MECU's
• Créditos de Pagamento:	22 112	22 960,9	22 960,8 MECU's

DIFERENÇAS

- **Relativamente ao Orçamento de 1986:**

Créditos de Compromisso
e de Pagamento ..... +848,8 MECU's (+3,84%)

- **Relativamente ao projecto da Comissão:**
- Créditos de Compromisso e de Pagamento 0

c) **Quanto aos Fundos Estruturais:**

- FEOGA-Orientação:

	1986	Comissão 1987	Conselho 1987
• Créditos de Compromisso:	884,1	1000,5	915,0 MECU's
• Créditos de Pagamento:	788,1	955,0	884,1 »

DIFERENÇAS

- **Relativamente ao Orçamento de 1986:**
- Créditos de Compromisso: +30,9 MECU's (+ 3,49%)
- Créditos de Pagamento: +96,0 » (+12,17%)

- **Relativamente ao Projecto da Comissão:**
- Créditos de Compromisso: −85,5 MECU's (−8,55%)
- Créditos de Pagamento: 70,9 » (−7,43%)

- **Fundo Social Europeu:**

	1986	Comissão 1987	Conselho 1987
• Créditos de Compromisso:	2290,0	2592,0	2561,5 MECUS's
• Créditos de Pagamento:	2533,0	2589,0	2449,2 »

DIFERENÇAS

- **Relativamente ao Orçamento de 1986:**
- Créditos de Compromisso: +271,5 MECU's (+11,86%)
- Créditos de Pagamento: + 33,8 » (− 1,33%)

- **Relativamente ao Projecto da Comissão:**
- Créditos de Compromisso: −30,5 MECU's (−1,18%)
- Créditos de Pagamento: −89,8 » (3,47%)

- **Feder:**

	1986	Comissão 1987	Conselho 1987
• Créditos de Compromisso:	3098,0	3319,0	3279,9 MECU's
• Créditos de Pagamento:	2373,0	2495,0	2422,3 »

DIFERENÇAS

- **Relativamente ao Orçamento de 1986:**
- Créditos de Compromisso: −39,1 MECU's (−1,18%)
- Créditos de Pagamento: −72,7 » (−2,91%)

De todos estes valores limitamo-nos a salientar o seguinte:

a) O elevado peso do FEOGA-Garantia nos Orçamentos da CEE — 62,86% em 1986, 63,87 em 1987 e a sua tendência inequívoca para crescer;

b) A significativa diminuição dos montantes reservados pelo Conselho de Ministros da CEE, relativamente aos que haviam sido avançados pela Comissão, para os fundos estruturais:

- FEOGA-Orientação ..... − 70,9 MECU's
- FSE ..... − 89,8 »
- FEDER ..... − 72,7 »

−233,4 »

(em termos de créditos de pagamentos)

As consequências de um tal Orçamento serão seguramente nefastas para Portugal. O que, aliás, alguns dados já conhecidos confirmam. Assim, no que respeita **à Agricultura**: o FEOGA-Garantia aparece reforçado, mas Portugal não beneficia de verbas deste fundo. Ao contrário, com o reforço deste fundo saem depauperados os fundos estruturais, aos quais Portugal pode candidatar-se.

No âmbito do FEOGA-Orientação serão inscritos 70 milhões de ECU's para o PEDAP. Trata-se, simplesmente, do cumprimento do que está consignado no Tratado de Adesão (700 MECU's para 10 anos). Quanto a outras verbas para a Agricultura elas serão de muito difícil acesso para Portugal; a rubrica orçamental «Diversos-Agricultura» sofreu um forte decréscimo em relação a 1986 (− 16,6% para os créditos de compromisso e −17% para os créditos de pagamento).

Quanto ao sector das **Pescas**, é de salientar que, no âmbito das Novas Medidas Estruturais — Acções de vigilância e controlo das águas territoriais —, apenas foram atribuídos a Portugal 10 MECU's, valor manifestamente irrisório, nomeadamente se se tiver em conta a invasão das nossas costas, particularmente por barcos de pesca espanhóis.

Situação não menos grave se verifica para a **Indústria**. Dado não ter sido emitido, até ao momento, qualquer parecer sobre o PEDIP (o que compete à Comissão das Comunidades) o Conselho de Ministros da CEE recusou-se a inscrever na sua proposta de Orçamento qualquer verba destinada à indústria portuguesa. Para além de que também no âmbito do apoio às PME's estará dificultado o acesso por parte de Portugal já que, relativamente ao projecto da Comissão, o Conselho diminuiu drasticamente os montantes a inscrever no Orçamento (de 26,5 para 20,5 MECU's, quanto a créditos de compromisso; de 11,5 para 5,5 MECU's, em créditos de pagamento).

Para além do que, e dadas as significativas reduções que o Conselho determinou para o FEDER e para o FSE, relativamente aos valores da Comissão, Portugal verá reduzidas as transferências nestas áreas, sendo mesmo certo que ocorrerão dificuldades em relação a projectos já apresentados e aprovados.

Perante esta situação a «garantia» que o Conselho de Ministros da CEE terá dado de que Portugal não será um contribuinte líquido da Comunidade não passa de uma mera formalidade sem conteúdo real. E a própria inscrição orçamental de uma reserva no montante de 100 MECU's não invalida aquela afirmação. Esta reserva destina-se **conjuntamente** a Portugal e Espanha e terá sido ela que determinou que a Espanha mudasse o sentido do seu voto no Conselho; o que é um indício significativo de uma tal verba será em larga medida destinada a projectos espanhóis.

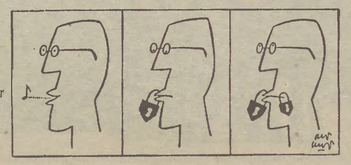
E assim se começam a desmoronar as tão propagandeadas ilusões sobre os dinheiros da CEE! Afinal os tais «cheques em branco» não passam de «cheques sem cobertura»! ■

(*) MECU's — Milhões de ECU's, 1 ECU=±150$00

TURQUIA

Sob o manto da democracia a mão de ferro da ditadura

O golpe de estado dos generais turcos que há seis anos mergulhou a Turquia numa sangrenta ditadura foi dos casos que mais engulhos criou à Comunidade europeia, tão ciosa dos seus velhos pergaminhos da chamada democracia burguesa. Há que convir não ser fácil admitir — ou talvez seja melhor dizer conciliar — no seio de uma aliança onde os princípios democráticos não sendo todavia respeitados são suficientemente temidos para que haja necessidade de os invocar a cada passo, um parceiro que de repente instaura a ditadura militar. Um acontecimento insólito na Europa. Membro da Aliança Atlântica, do Conselho da Europa e associado da CEE, a Turquia mergulhou os seus aliados num dilema assaz difícil de resolver: como preservar para a opinião pública a face da democracia burguesa sem ao mesmo tempo pôr em causa os interesses geo-estratégicos que tanto a Nato como a Europa capitalista retiram das suas alianças com a Turquia.



▲ **Evren, *o general-presidente que detém o verdadeiro poder na Turquia***

Nos últimos seis anos, e sem pretender ser simplista, pode dizer-se que o problema foi mais ou menos congelado, evitando o mais possível qualquer referência à situação turca. Excepção feita, evidentemente, sempre que no processo de institucionalização da ditadura se registaram «alterações» susceptíveis de ser apontadas como um regresso à democracia.

Como é o caso das eleições. Com as primeiras realizadas depois do golpe dos generais, em 1983, os centros do poder na Europa capitalista suspiraram de alívio e os Estados Unidos não regatearam aplausos — a Turquia estava no «bom» caminho, com o diáfano manto da paródia eleitoral a cobrir a mão de ferro da ditadura.

O facto do actual primeiro-ministro turco, Turgut Ozal, ter sido vice-primeiro-ministro do governo dos militares após o golpe de estado foi considerado irrelevante, como irrelevante parece ser a persistência do general Evren como a eminência parda do regime, agora no cargo de presidente e à civil, mas de quem em última instância dependem todas as decisões.

Até o reconhecimento do mais completo desrespeito pelos direitos do homem, incluindo as prisões, as torturas, as condenações à morte, se tem vindo gradualmente a esbater.

O importante, caramba, é que haja eleições!

A fazer fé nas recentes notícias vindas a público, em particular através da Televisão, a propósito da realização no último domingo de Setembro de eleições parciais na Turquia, a situação política no país não podia ser melhor.

Em causa estava a escolha de onze deputados e ao pleito eleitoral — afirmou a RTP — concorreram **todos** os partidos.

O que a RTP não disse, e não há ingenuidade possível que leve a crer em lapso involuntário, é que concorreram **todos os partidos autorizados**, o que não inclui obviamente os prescritos, que também é como quem diz os partidos de esquerda. Na verdade concorreram 12 partidos, sendo 2 sociais-democratas e 10 de direita.

Mas esta rábula de democracia parece satisfazer as exigências pouco exigentes da Europa capitalista e dos amigos de além-Atlântico. Desde que haja eleições...

A CEE de braços abertos

Enquanto na Turquia as forças democráticas assinalavam no mês passado o sexto aniversário negro do golpe de Estado, as autoridades turcas, com o apoio do FMI e do Pentágono, davam mais um passo para a consolidação da «democracia» militarista: sem grande estardalhaço, começavam em Bruxelas as conversações oficiais para a adesão da Turquia à CEE.

É claro que as condições estipuladas pelo Parlamento Europeu para que a Turquia pudesse ser considerado membro de pleno direito estão longe de ter sido satisfeitas pelas autoridades de Ankara; é elementar para qualquer um que a existência de um parlamento e de certos partidos políticos não significa de forma alguma que na Turquia exista um regime democrático; é também evidente que enquanto a Constituição de 1982, imposta pelos militares, não for modificada e o presidente da república democraticamente eleito, ninguém poderá falar de democracia na Turquia.

Mas a CEE não parece embaraçada com tais pormenores. E tanto assim é que vários dirigentes políticos dos países membros se pronunciaram já a favor da adesão turca como 13.º membro da Comunidade.

Sem superstições, é caso para dizer que desta vez o 13 é mesmo símbolo de azar. Porque a Turquia pretende trazer consigo, como de pleno direito, uma situação política que mantém milhares de progressistas e democratas presos; a prática corrente dos julgamentos políticos em tribunais militares; a tortura sistemática nas prisões; a exclusão dos partidos políticos de esquerda; a interdição da mais representativa central sindical do país (a DISK), da qual mais de 1500 dirigentes continuam a ser julgados nos tribunais militares; a restrição dos direitos políticos, sociais e sindicais; a perseguição de jornalistas como meio de impor a autocensura; a discriminação religiosa e cultural (de que é exemplo flagrante o que sucede com os kurdos, que vivem sob ocupação militar e submetidos à lei marcial).

Três anos de ditadura militar e três anos de «democracia» militarista — uma designação que não chega sequer a ser convincente — permite à Turquia apresentar como cartão de visita mais de 200 mil presos políticos, pelo menos 37 execuções pela forca, um número indeterminado de condenações à morte, à espera de ratificação, centenas de democratas «desaparecidos», a expulsão de dezenas de milhares de funcionários públicos, o estado de sítio ou a lei marcial quase permanentemente em vigor, seja em todo o país ou nalgumas províncias.

Um panorama, enfim, que dá para pensar. Tanto na famigerada «democracia» turca como nos «democráticos» princípios da Europa dos Doze.

Os supremos interesses do imperialismo

É conhecida a posição dos comunistas portugueses em relação à CEE, pelo que se torna evidente que a adesão ou não da Turquia (uma opção que deveria competir de resto ao povo turco como deveria ter competido ao povo português) se torna apenas relevante do ponto de vista político. Em particular porque, conhecida também como é a política seguida pelo Governo de Cavaco Silva, não é de excluir que entre os que aplaudem o «regresso» à democracia naquele país se incluam os governantes nacionais. Muito pelo contrário.

O papel que a Turquia sempre desempenhou no seio da Nato não pode ser desligado desta manifesta boa-vontade dos Doze com o seu futuro Treze, quando tão comedidos são noutros casos. A estreita aliança da Turquia com os EUA, que ali possuem bases militares da maior importância estratégica, reforçada com a ocupação do norte de Chipre (outro tema de que as «democracias» europeias não gostam de falar), explica muita coisa.

Mas a submissão aos supremos interesses do imperialismo norte-americano não justifica de modo nenhum que a Europa Ocidental apadrinhe uma ditadura onde até hoje se morre normalmente na prisão... em consequência das mais bárbaras torturas.

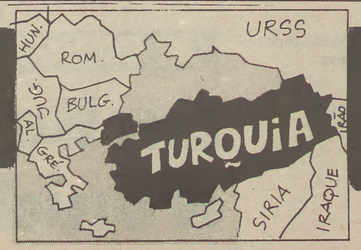
Os extractos da entrevista que publicamos em separado, concedida por um ex-polícia turco, não passam de um pequeno exemplo do que diariamente sucede na Turquia.

Ignorá-lo será deixar aberta a porta a que outros exemplos destes proliferem, será perder o já tão degradado direito de falar em nome da democracia, será enfim reconhecer que na velha Europa as ditaduras ainda podem reviver.

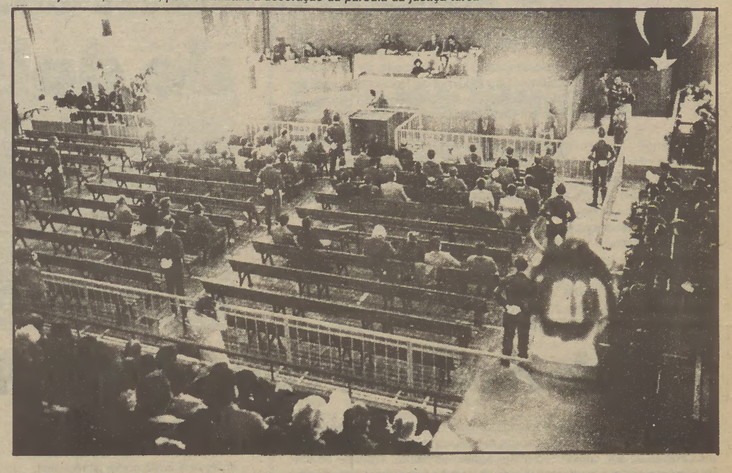
Uma política de avestruz em relação à Turquia não se limitará a semear o descrédito nas democracias burguesas, nos regimes parlamentares, nas instituições supranacionais. Semeará também a esperança de futuro aos que acalentam ilusões neofascistas e neonazis, com todas as consequências inerentes.

As forças democráticas não o podem consentir, sob pena de arrastarem para os seus próprios países o pesadelo da «democracia» turca. ■

◄ Uma imagem *expressiva da chamada «democracia» militarista*



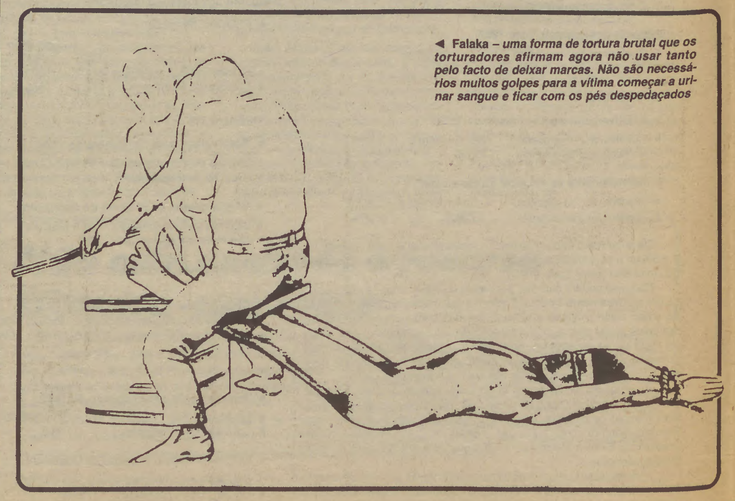
▼ **Projectores, *barreiras, política militar: a decoração da paródia da justiça turca***



A confissão

Nome: Sedat Caner
Número: 63 823
Profissão: Ex-polícia torturador
Experiência: 200 pessoas torturadas
Nacionalidade: turca

Esta poderia ser a ficha de identificação de Sedat Caner, o antigo polícia torturador que em Fevereiro deste ano concedeu uma esclarecedora entrevista ao semanário «Nokta», um dos mais vendidos na Turquia. Uma autêntica confissão que não deixa qualquer dúvida sobre a amplitude e os métodos de tortura aplicados naquele país desde o golpe de estado militar de Setembro de 1980.



◄ **Falaka** – *uma forma de tortura brutal que os torturadores afirmam agora não usar tanto pelo facto de deixar marcas. Não são necessários muitos golpes para a vítima começar a urinar sangue e ficar com os pés despedaçados*

Vale a pena transcrever alguns extractos:

P — O facto de ter torturado não os incomodava? Esqueciam-se que se tratavam de seres humanos?

R — Não nos esquecíamos. Mas não havia nada a fazer. Tínhamos todos medo e apreensões. Nós próprios nos podíamos encontrar na mesma situação.

(...)

P — Para vocês é indiferente que o suspeito seja um homem ou uma mulher?

R — Sim.

P — Depois de ter torturado alguém esqueciam-se disso?

R — Tínhamos isso sempre presente. Não nos podíamos livrar do *stress*. Praticávamos a tortura mas quando regressávamos a casa continuávamos a tê-la sob os olhos. Estávamos num estado semelhante ao de qualquer desequilibrado que não sabia o que fazia. Todos os colegas estavam assim. Nenhum de nós queria fazer tal trabalho mas éramos obrigados a isso. Dizer «não faço isso» era algo que não se pronunciava com facilidade. Nós sabíamos muitas coisas e tínhamos visto outras tantas. Eles receavam isso. Da mesma forma que não podes deixar a Mafia a partir do momento em que percebestes certas coisas, também nós não podíamos deixar aquilo. Não o podíamos fazer...

(...)

P — Quantas vezes por dia faziam torturas?

R — Isso dependia das «confissões» da pessoa. Não tínhamos horas de trabalhos determinadas. Tanto podia durar três dias como quatro dias.

(...)

P — Quando é que te sentiste mais incomodado com as torturas que praticaste?

R — Como é natural estes acontecimentos vão-se acumulando dentro de nós. Quando as torturas se sucedem constantemente começa-se, a partir de certa altura, a ficar incomodado. Quando se regressa a casa não se consegue comer. No espírito tem-se esta cena: sob os olhos o calcanhar esborrachado enquanto se aplicava a «falaka». Bate-se três vezes, quatro vezes e ao quinto golpe o calcanhar desfaz-se. Espirra uma mistura líquida de sangue escuro. Diante dos teus olhos. E milhares de outras cenas ainda...

(...)

P — E se o acusado dizia estar doente, ter uma doença de coração...

R — Oh, há um médico. Que espera junto dele. Não há tratamento diferente para os doentes. Por exemplo, Mustafa Serin continuou a ser torturado ao mesmo tempo que o médico lhe dava soro.

P — Como?

R — A tortura era feita sob a vigilância do médico que lhe injectava soro. Por outro lado, tratava-se-lhe do coração.

P — O acusado tinha-se queixado do coração?

R — A partir de certa altura o acusado começa a ficar roxo. O médico intervém nessa altura dando-lhe uma injecção para o coração.

(...)

P — Uma vez que se fazem torturas como é que não se encontram vestígios quando os acusados são enviados a exame médico?

R — O período de 45 dias e «guarda à vista» destina-se ao restabelecimento do acusado. Durante esse tempo ele é tratado, recebe continuamente medicamentos. Os traços da tortura física desaparecem. Quando vai perante o juiz e quando o médico o examina já não tem nenhuma marca no corpo. E o médico fará um relatório de boa saúde. A partir desse momento o acusado pode sempre dizer que foi torturado, ligado à corrente eléctrica, que lhe rebentaram os testículos, que já tudo acabou, é já demasiado tarde.

(...)

P — Como é que aprendeste a torturar?

R — ... Durante as torturas faz-se acompanhar o inexperiente por um experiente. Ele acaba por se tornar um torcionário perfeito. Também eu me formei assim.

(...)

P — Porque é que nos contaste tudo isto?

R — Quando, por exemplo, desmantelas uma das ramificações das organizações, louvam-te e ganhas um prémio. Mas por outro lado, quando cometes o menor erro ou a menor falta... Ou seja, por um lado obrigam-te a fazer torturas e por outro condenam-te. Foi isto que me pareceu bizarro.

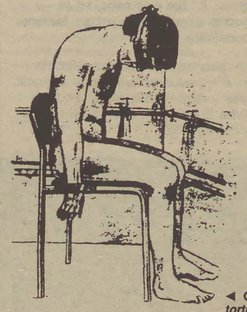
***

O "menor erro" a que Sedat Caner se referia na sua entrevista foi o envolvimento na tortura até à morte de Cennet Degirmenci, de Maio de 1982. Embora garantindo não ter participado directamente nas torturas, Caner acabou por reconhecer ter sido cúmplice na tentativa de disfarçar as causas da morte da referida presa, com garantia «superior» de que daí não resultariam consequências graves. No entanto, as diligências feitas para conseguir que o caso fosse a julgamento acabaram por fazer fracassar o plano de impunidade.

Quando, em Fevereiro de 1984, se efectuou a última sessão do julgamento dos três guardas responsáveis pela tortura até à morte daquela prisioneira, o tribunal foi forçado a reconhecer a incongruência das diferentes versões apresentadas pelos relatórios médicos e pelos próprios polícias, condenando-os a 4 anos, cinco meses e dez dias de prisão.

Uma pena reduzida em consideração pelo «seu bom comportamento durante o processo, a sua moral e a inexistência de antecedentes». Só que nessa altura, Caner e os outros dois polícias implicados no caso não estavam no tribunal para ouvir e ler a sentença. Já se tinham posto a salvo, em liberdade.

Uma facilidade que alguns têm na «democracia» militar turca. ■



◄ **Queijo salgado** – *é o nome desta tortura. De olhos vendados, amarrada, nua, a vítima é colocada numa sala onde torneiras instaladas ao longo das paredes fazem correr água abundantemente, enquanto os torturadores a obrigam a comer queijo extremamente salgado. É a tortura da sede.*

■ Da nossa enviada especial
Lígia Calapez

XI CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

Em Berlim a unidade de trabalhadores de dois mundos

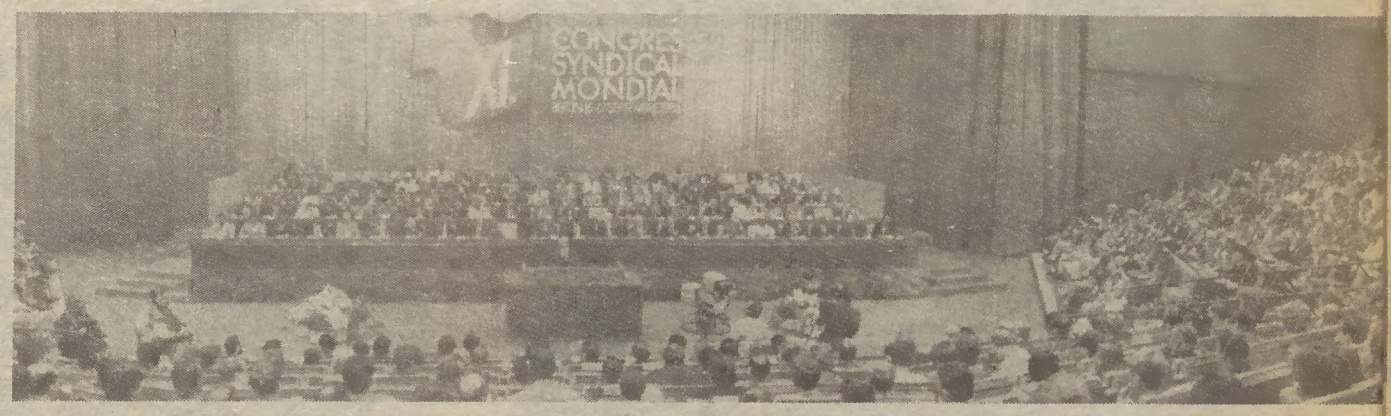
No nosso país, o *desemprego* é um conceito de um mundo diferente e distante. São palavras de Honecker, secretário-geral do PSUA, na recepção aos delegados de todo o mundo, reunidos em Berlim. Palavras que confrontadas com o problema justamente afirmado como central — o desemprego — apontam de forma prática **a diferença**.

A grande diferença, reflectida em Berlim, e que traça a fronteira entre socialismo e capitalismo no nosso pequeno planeta.

A diferença que inverte as consequências para os povos do mundo de uma realidade, um desafio comum: o salto revolucionário do desenvolvimento técnico-científico.

A diferença sentida nas ruas da capital da RDA, para quem desembarca de um qualquer ponto do mapa multiforme do capitalismo.

É dessa diferença e dos grandes e novos problemas que afectam os trabalhadores que iremos agora falar. Através dos documentos aprovados. Mas também através de um pouco do quotidiano que foi possível viver no escasso período de uma semana.



Solidariedade contra a lógica do lucro

«Na América, quando nos propomos construir uma nova auto-estrada, a parte responsável deve fornecer um estudo completo de avaliação das incidências da sua construção sobre o meio-ambiente. Trata-se de um documento em que se descreve clara e detalhadamente o impacto do projecto sobre o meio-ambiente. Se o projecto põe em perigo uma variedade de peixe ou coloca o risco de destruição de uma planta determinada, o itinerário pode ser alterado, ou mesmo anulado o conjunto do projecto. Temos necessidade da aplicação deste princípio em relação aos trabalhadores. Antes que um novo sistema seja utilizado, devemos conhecer o impacto previsto. **Ao fim e ao cabo, se os progressos do conhecimento podem beneficiar os peixes, também nós devemos gozar dos seus benefícios.**»

Respigámos este parágrafo de um documento de trabalho distribuído pelas mesas do Palácio de Berlim. E reproduzimo-lo pelo que ele traduz — através de uma expressão quase irónica — da condição a que o capital tenta reduzir os trabalhadores. É caso para dizer: abaixo de cão, já sabemos... mas pelo menos acima de peixe!

A denúncia desta situação vem inserida no Apelo final aos trabalhadores de todo o mundo, para uma acção enérgica e unida contra tal realidade.

«O abuso da utilização da ciência e da técnica para fins militares e de domínio económico priva a sociedades da abundância que já hoje, e inclusivamente de forma mais económica, está em condições de produzir.

As novas descobertas não são utilizadas para aliviar o trabalho, mas para eliminar trabalhadores em aras dos lucros, criando desemprego em massa. A redução do nível de vida leva à redução do poder aquisitivo, provoca **redução na produção num mundo aguilhoado pelas necessidades.** Em muitos países já se encontra inutilizada até um terço da capacidade industrial e prossegue-se uma política deliberada de encerramento de empresas e de despedimentos em massa.»

Esta própria denúncia já indica as responsabilidades desta forma anti-humana de utilização da ciência e da técnica. E simultaneamente refere a realidade de uma alternativa actual. Presente de facto, para além das dificuldades, no mundo socialista. Uma diferença fundamental em que radicam as perspectivas de futuro.

Das **responsabilidades** falou-se com clareza em Berlim: «O grande patronato, em busca dos lucros máximos, tal como os governos que o apoiam, são os responsáveis da destruição das actividades produtivas, do desemprego massivo, da precaridade do emprego, da depressão do consumo popular, dos retrocessos do poder de compra dos salários, da protecção social e do nível de vida dos trabalhadores».

Denúncia de uma realidade que vive paredes meias com uma outra perspectiva. A alternativa real: «As políticas desenvolvidas pelos **países socialistas** levam a que os investimentos nos sectores industriais não entrem em contradição nem com o direito ao trabalho nem com os direitos sociais. Pelo contrário, abrem grandes perspectivas aos trabalhadores através de uma mais ampla participação das organizações sindicais nas decisões de carácter económico e social, na esfera dos salários, da segurança no trabalho, organização da vida social, cultural, etc.»

Na diferença de fases históricas coexistentes, a **batalha comum** é possível e indispensável. Porque se trata de uma batalha pelos interesses comuns dos trabalhadores e dos povos. Porque objectivamente se trata de uma batalha anti-imperialista. A exigir uma **solidariedade actuante.**

Isso mesmo é salientado quando se realça «a comunidade de interesses que existe entre os sindicatos dos países em desenvolvimento, os países capitalistas desenvolvidos e os países socialistas em torno das questões de **desenvolvimento**. O mundo do trabalho, independentemente dos sistemas sociais e do nível de desenvolvimento, apoiou plenamente a Declaração das Nações Unidas sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional».

Ou se refere o gravíssimo problema da **dívida externa** como uma questão com repercussões internacionais. Ou ainda a necessidade de **acções coordenadas para fazer frente à acção das multinacionais**, que nomeadamente passam pela batalha que se desenvolve na ONU pela elaboração de um código internacional de conduta para as actividades das multinacionais (um processo que se arrasta há 13 anos, reflectindo as posições e a capacidade das multinacionais de definir políticas governamentais). E mais se afirma a agudeza de problemas comuns, como **a protecção do meio-ambiente de par do reforço de normas de segurança do trabalho**, domínio em que o Congresso apontou mesmo para a necessidade de realização de uma conferência internacional.

São factos que não devem escamotear o abismo que separa realidades, e portanto, também, formas de luta.

Por exemplo, a solidariedade à luta dos povos contra as consequências da dívida externa passa por acções dos povos mais directamente atingidos. **A batalha crucial contra o desemprego**, as formas precárias de trabalho e os abusos do trabalho a meio-tempo, requer uma melhor coordenação entre os sindicatos dos países capitalistas. Foi proposta a organização de uma jornada internacional da luta contra o desemprego. Aos sindicatos dos países socialistas caberá dar a solidariedade, dar o exemplo da sua própria acção, e dos seus frutos para as massas trabalhadoras.

Na diferença das condições, os objectivos são comuns. Mesmo quando se trata de acções específicas, inerentes a realidades bem diversas, é na confluência de todas as lutas que é possível forjar a unidade e desenvolver a solidariedade. Não por acaso o apelo aos trabalhadores, aprovado no Congresso, conclui: «**A solidariedade internacional é actualmente de uma importância decisiva para o êxito das lutas dos trabalhadores**». ■

Berlim, uma história de qualidade de vida

O velho largo quadrado onde os nazis fizeram as queimas de livros é estranhamente perto. Quase paredes meias uma praça verde de relva e árvores, uma esplanada com gente ao sol baço. E uma pequena orquestra. Às três da tarde!

Não são turistas. São jovens que passam um pouco da sua tarde ouvindo música. Os mesmos que conversam em grupos pelas cadeiras dispersas nos passeios, por debaixo das árvores sempre presentes.

O quadro surpreendeu-nos. A música e as árvores não são sequer «rebuçados» para os que estariam «a mais». Aqui não há «gente a mais». Trabalho e estudo são direito e dever. Antes parece haver ainda «gente a menos». A música no jardim é apenas um exemplo quotidiano – de que só um estrangeiro como nós se apercebe – de um estilo, de um ritmo de vida diferentes. Em que o necessário empenhamento no trabalho não deve ir ao arrepio da consideração do ser humano no seu todo.

Uma amostra de «qualidade de vida» de que no nosso país tanto se fala... porque não existe na prática do dia-a-dia dos trabalhadores.

Um episódio simples a lembrar factos mais amplos impressos na realidade do socialismo – onde o «tostão» ainda tem valor, e paga mesmo um bilhete de *metro*, e oferecer chocolate aos miúdos só poderá ter um inconveniente: fazer mal aos dentes.

E aqui vale a pena uma pequena referência à economia doméstica, que é aquela que em todo o mundo pauta as condições de vida. Os dados genéricos são esclarecedores. O salário médio é de 920 marcos, saltando normalmente para os 1840 marcos, no orçamento familiar pois mais de 80 por cento das mulheres trabalha. Se juntarmos a este dado o da renda da casa – 42 marcos em média, 50 no caso de ser um óptimo apartamento – constatamos de imediato que nada há de comum entre tais orçamentos domésticos e aqueles que laboriosamente temos que fazer em nossas casas. Mais um dado avulso: uma refeição em cantina (e é em cantinas que a maioria da população adulta e miúda almoça) anda pelo marco, marco e meio. Factos que – mesmo sem contarmos com realidades tão importantes no socialismo, como os subsídios para as crianças, o carácter gratuito da saúde e do ensino, entre outros – nos dão só por si o esboço de um quadro de vida que nada tem a ver com o nosso. Um quadro de vida humanizado ■

Sachenhausen

O rosto humano face à besta

«O trabalho liberta»! Estamos na entrada do campo de concentração de Sachenhausen, o mais próximo de Berlim, centro de SS e campo de experiências, bem «à mão» da horda nazi quando no poder. Quase ainda nos subúrbios da cidade reconstruída, à medida dos objectivos humanistas do socialismo, deparamos com as recordações avivadas da barbárie passada.

«O trabalho liberta»! *Slogan* que seria justo na boca de trabalhadores desvirtuado ao ponto de se transformar em escárneo para as vítimas da repressão fascista.

Aqui, numa área de quase 400 hectares, dezenas de milhares de pessoas trabalhavam mais de 14 horas por dia, com 300 gramas de pão e um litro de água. Trabalhavam em particular para a indústria de armamentos – por exemplo para o monopólio Flick – permanentemente ameaçados de morte, mas aguardando a esperança de vida.

A morte estava sempre presente, como ameaça quotidiana. Na forca «portátil» junto da praça maior. No frio e na fome. Nas casernas acumulando gente em «beliches» sufocantes de três andares. Nos «duches», câmaras de gás. Na tortura reservada aos que ousavam organizar a resistência. Nos postes de que se suspendiam corpos vivos à espera que a morte viesse. Ou no «bunker» dos desaparecidos – de que ninguém sabe a história porque não houve quem sobrevivesse para a contar.

Nunca é demais relembrar o que foram os crimes do fascismo. Mas aqui em Sachenhausen, como nos muitos outros campos de concentração, talvez o mais importantes ainda sejam histórias como a desta lavandaria, onde no dia-a-dia se iam salvando vidas e organizando a resistência. Dia-a-dia, semana a semana, a organização dos presos fazia com que junto com os fardamentos nazis e as roupas de trabalho que era preciso lavar, se sumissem armas numa cave oculta para uma resistência futura. Dia-a-dia, semana a semana, os presos de faxina acolhiam a um canto da pobre cozinha quem estivesse mais fraco e doente para que pudesse ter quinhão reforçado de pão e batatas.

Histórias muito simples com que se construiu a resistência e se foram lançando os alicerces do futuro, preservando face à barbárie nazi a expressão dos melhores sentimentos e capacidades humanas.

Mas importa não esquecer que tais exemplos não pertencem apenas ao passado. Que aquela terrível realidade se projecta ainda sobre os dias de hoje. Importa sublinhar, como nos foi dito em Sachenhausen que, actualmente, o maior carrasco deste campo vive pacificamente na RFA ■

Democracia e direitos sindicais uma exigência comum

No debate sobre direitos sindicais, as denúncias sobre atentados aos mais elementares direitos, dos trabalhadores e dos povos, sucedem-se. Ao lado de uma «estratégia organizada» do capital «que afecta a todos», os casos de maior gravidade, de violenta repressão. Indonésia, não há direitos sindicais desde 1965, sindicalistas são presos e assassinados. Turquia, as sérias limitações a qualquer actividade sindical e a repressão, enquanto se sublinha a necessidade de estar na ofensiva, de impor novos direitos correspondentes às novas condições de trabalho. Japão, ainda maior agravamento da situação dos trabalhadores, de par com a submissão da política do país aos Estados Unidos. Os sindicatos divisionistas utilizados contra os trabalhadores, como é velha regra.

Um pequeno punhado de exemplos avulsos.

Contrapondo-se-lhe, um facto muito simples: A FDGB (central sindical dos trabalhadores da RDA) tem o segundo grupo parlamentar em importância na Câmara do Povo.

E assim entramos no âmago da questão central dos direitos sindicais. Questão bem ampla que diz respeito às massas trabalhadoras e aos povos, à grande ofensiva do capital e às renovadas perspectivas do socialismo.

Vale a pena reproduzir parcelas do quadro da realidade actual esboçado no Congresso.

● Nos **países capitalistas desenvolvidos**, registam-se alterações legislativas «no sentido de restringir os direitos sindicais e pôr em causa as conquistas garantidas pelas negociações colectivas,cujo princípio mesmo se encontra ameaçado.

«A 'flexibilidade' que os monopólios tentam impor representa um ataque directo ao direito a um emprego estável, contra os salários garantidos, o reconhecimento das qualificações, a protecção social e as liberdades sociais. A aplicação das novas tecnologias é utilizada para alimentar a campanha ideológica para impor graves retrocessos sociais e a precarização de toda a vida social.»

● **Países em vidas de desenvolvimento** – «A luta pelos direitos sindicais corre de par com a luta pelo estabelecimento das liberdades democráticas e dos direitos humanos fundamentais».

● Nos **países socialistas** «está em curso um vivo debate com o objectivo de ampliar o papel dos sindicatos, para utilizar plenamente as múltiplas possibilidades que a sociedade socialista oferece a uma participação de massas, activa e construtiva, dos trabalhadores, em todos os domínios da economia e da sociedade (...). Os sindicatos devem melhorar a qualidade da sua intervenção e da sua eficácia na realização dos direitos dos trabalhadores ao nível da empresa, no plano económico e social. Regista-se neste momento um impulso no sentido de promover com maior vigor a aplicação da autogestão socialista e uma política económica e social que cubra todos os aspectos da vida dos trabalhadores».

Neste quadro a batalha desenvolve-se tendo simultaneamente em conta as potencialidades do movimento sindical — «a unidade de acção e a solidariedade internacional, o apoio dos trabalhadores dos países socialistas e dos seus sindicatos, as experiências acumuladas da luta de várias gerações de trabalhadores no mundo inteiro» — e actual ofensiva anti-sindical do patronato.

O que pressupõe **uma nova estratégia**, em que se sublinha a necessidade de uma maior coordenação e unidade de acção, ao nível nacional, regional e internacional, a mais ampla mobilização possível dos trabalhadores e dos seus sindicatos, para a concretização de acções específicas a desenvolver aos vários níveis.

Para organizar a resposta adequada aos ataques de que é vítima o movimento sindical, foi ainda proposta a **criação de um Centro Sindical Internacional para os Direitos Sindicais.** ■

Pontos Cardeais

As sobras do debate

«Houve uma moda do liberalismo». Assim começa José Pacheco Pereira um texto que o Semanário publicou no passado sábado. Para o salvar (ao liberalismo), Pacheco Pereira deita-se à escrita para explicar «o que sobrou» desse novíssimo debate que tem agitado as mentes de alguns ilustres «pensadores».

Para o articulista, o que sobrou de tal solilóquio foi, imagine-se, a «reavaliação da questão da propriedade e do seu papel fundador da liberdade e da personalidade». Por outras palavras, tratava-se de discutir o «sim/não à propriedade, ao capitalismo como "regime" das democracias».

Até aqui nada de novo. Nada a que PP não nos tivesse já habituado. A clareza de ideias é uma virtude muito louvável. As «novidades» (em que estes debates são estéreis, perdão, férteis) estão, antes, nas razões que o levam a pensar que «o capitalismo é o regime das democracias».

Em sua opinião, existem hoje condições para que o «mercado» seja perfeito e resolva todos os problemas da nossa vida. Já no séc. XVIII se diziam estas coisas. Mas, parece que agora é que é. Suspense...

É que vivemos a época da «imersão do mercado da informação». Depois da «democratização do consumo da informação», estamos hoje (ou melhor, está Pacheco Pereira) no tempo da democratização da produção de informação». Tornou-se fácil e barato produzir informação», remata ele.

Não nos parece que Pacheco Pereira se refira aos jogos de computador. Nesse caso, teríamos que «democratização da informação» é eu poder comprar, se tiver dinheiro, o mesmo joguinho de computador que ele. Ficávamos, nessa hipótese, creio absurda (isto nunca se sabe), deveras bem informados...

É que se o sr. José Pacheco Pereira se refere à **informação** mesmo, não sabemos que pensar. Então, é o comum cidadão que domina o mercado da informação, hoje? Não são as grandes empresas transnacionais com os seus métodos dirão alguns de «segunda vaga», que, por essa via, estendem aos domínios cultural e informativo os tentáculos do neocolonialismo? E em Portugal? Quem controla a «grande imprensa»? Quais as fontes de que se alimenta? É democrática a produção e o consumo de informação da RTP?

Perguntas, perguntas...

...ainda não tínhamos dado por isso

Mas os disparates não ficam por aqui. Na opinião de Pacheco Pereira e por força desta perfectabilidade do mercado, «as forças da homogeneização (e agora perdoem-nos a longa citação) do mundo contemporâneo, o incremento da racionalização burocrática, a prevista desertificação consumística, as transformações das grandes urbes capitalistas em enormes Metropolis dominadas por uma vida de usura afectiva, de sensibilidade «gasta», de «solidão na multidão», cedem o passo (notem bem) a uma constante diversificação de culturas e modos de vida».

Neste ponto é que a situação se complica. Nem dá para pensar que Pacheco Pereira esteja a falar de jogos de computador. Que raio serão os subprodutos americanos que, a todos os níveis da vida cultural, nos afogam e à nossa cultura, por completo? Será isto diversificação de modos de vida?

A semana passada foi noticiado que um Departamento Federal nos EUA, num estudo que efectuou, concluiu que naquele país, de 24 em 24 segundos é praticado um homicídio. De facto, as urbes do mundo capitalista, em particular, nos EUA, são um paraíso. Nós é que ainda não tínhamos dado por isso.

Deus Pinheiro: vá a Setúbal

João de Deus Pinheiro «garantiu» solenemente ao País que as aulas iam abrir para toda a gente a 1 de Outubro... excepto alguns casos pontuais. Cinco dias depois, a situação mostrava-se bem diferente.

Como assinala a Comissão Distrital de Setúbal da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), «hoje, a 6 de Outubro, podemos concluir exactamente o contrário, ou seja: que apenas em alguns casos pontuais os problemas são menos gravosos». Depois, mostrando as realidades **já aqui ao lado** do Ministério, no **distrito de Setúbal**, a JCP chama a atenção para estes seis aspectos:

1 – Só 2 das 34 escolas secundárias do distrito de Setúbal abriram no dia 1.

2 – Mais de 4800 alunos (Almada, Setúbal, Sesimbra e Sines) não sabem quando vão ter aulas.

3 – 20 por cento dos professores não estão colocados (havendo escolas onde atinge os 40 por cento).

4 – As turmas, que deveriam ter entre 20 e 25 alunos, têm em média 45, verificando-se casos onde rondam os 60.

5 – Continua-se a verificar uma grave falta de instalações (desportivas, bibliotecas, salas de Química, Física e Biologia), um deficiente ou inexistente funcionamento das cantinas escolares e do apoio médico.

6 – Dos 20 por cento dos professores não colocados a maioria são docentes da disciplina de Português (sendo obrigatório passar a esta disciplina).

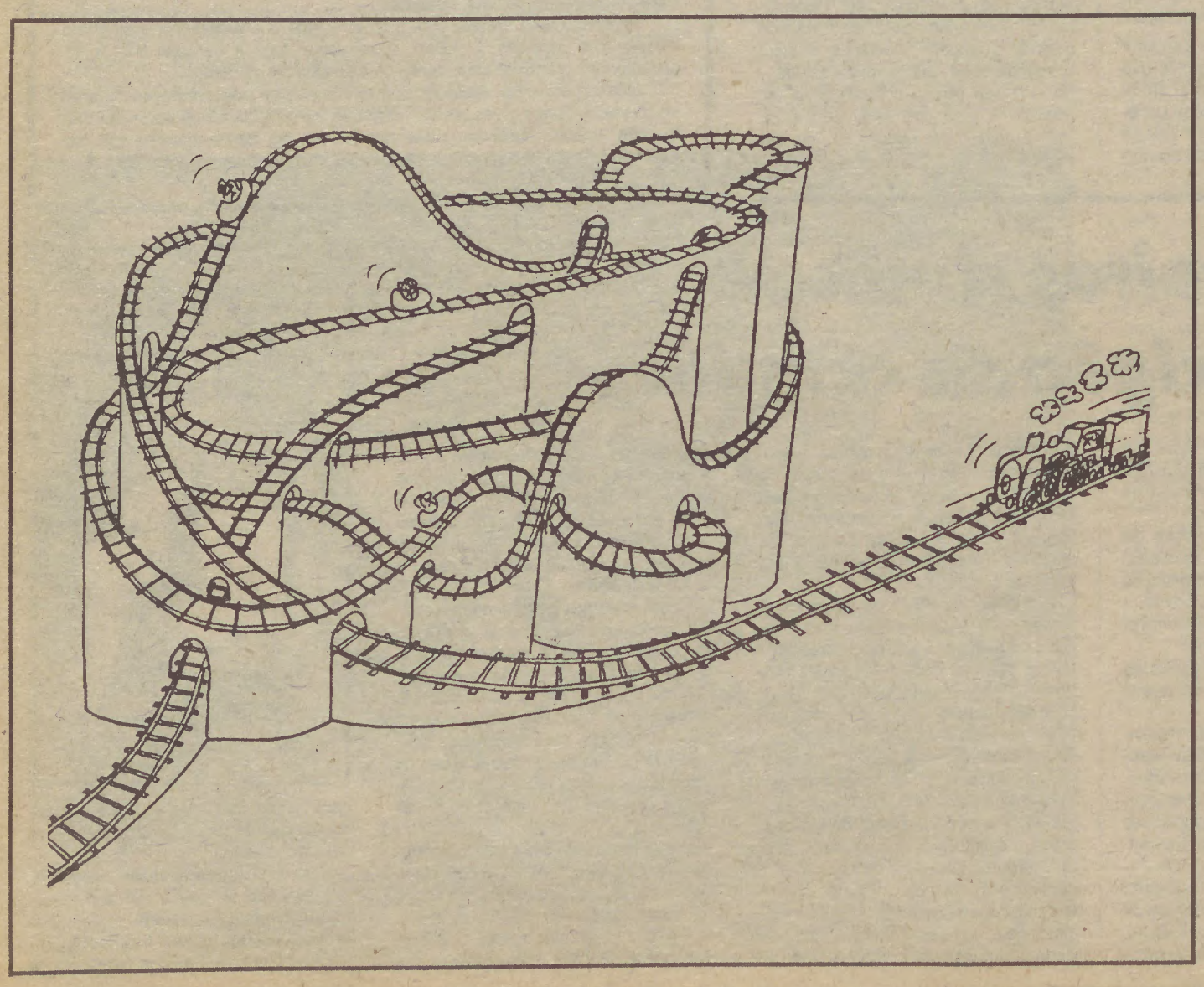
As metades

Divulgava há dias o «Correio da Manhã», os resultados de um inquérito feito em Portugal pela Eurostat, o organismo responsável pelas estatísticas da CEE. Já de si o título do artigo era esclarecedor, «A comer e a vestir gastamos metade dos nossos ordenados».

Desde logo, uma pergunta se coloca. De que ordenados fala o «Correio da Manhã» quando diz «os nossos»? É que se tirados a alimentação e o vestir ainda resta metade então, relativamente ao comum das pessoas, as coisas não ficam nada mal.

Depois, mais à frente sobre a alimentação, diz o mesmo «Correio da Manhã», em relação ao relatório da Eurostat que, em Portugal, «ricos e pobres abusam do sal, bebem muito álcool, deliciam-se em excesso com açúcares e não perdoam um bom cozido à portuguesa cheiinho de gorduras».

E pronto, assim se esclarece preto no branco que quando o «Correio da Manhã» falava em «nossos ordenados» não estava a falar connosco, os portugueses, estava era a falar com eles...



Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Vai-se o Frank, vai-se o Frank
que nunca devera vir
e na hora do arranque
ninguém se põe a carpir...

Já se põe o Frank a andar
Já vem aí o Richard...

Vem. Como de outras vezes
os ianques nos ofendiam:
não sabiam os portugueses
os ingleses já sabiam...

De libré, governo tonto
nem sequer vai protestar.
O Reagan resolve e pronto,
sai o Frank, entra o Richard...

Pois lá que o Frank falcão
foi longe demais, lá isso...
talvez o Richard então
faça mais calmo serviço...

Entra o Richard, sai o Frank,
sai ianque e entra ianque...

II

Governo faz muito pela Juventude?
Ah, bom, claro, isso é a sua grande virtude...

Por exemplo: um jovem quer estudar?
Governo que diz? Diz que vá bugiar...

E se quer trabalhar? Então o Governo responde
que, para trabalhar, há cada vez menos onde...

Se um jovem adoece, o remédio com certeza
é mandá-lo à consulta da ministra Beleza...

Se o jovem quiser, enfim, ter uma casa sua
só tendo muita massa, se não, que durma à Lua...

Jovem protesta, reclama, roga?
Pois experimente tomar um bocadinho de droga,

há muita por aí, às claras, no mercado,
ao governo isso não lhe dá muito cuidado...

Também pode roubar, pode assaltar,
Governo depois manda-o prender e castigar...

Mete-o na choça e assim mostra a virtude
de muito amar e auxiliar a Juventude...

III

Tanta vez ele aparece
dentro do Telejornal
que a uma pessoa acontece
saber a razão de tal...

É preciso? Nem pensar!
Tem boa dicção? Qual quê!
Orador? Um alguidar...
Conhecedor? Ninguém vê...

Então por que é que ele vem
tanta vez para se TVer?
Não aparece ninguém
capaz de me responder...

Dá-se ponto na questília
com uma resposta evidente:
é pra dar gosto à família
e pra chatear a gente...

Agenda

Avante!
Ano 56 – Série VII
N.º 667
9 de Outubro de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quinta 9

• CACILHAS

Reunião de candidatos à Assembleia de Freguesia de Cacilhas. Às 21.30 no Centro de Trabalho de Almada.

• MARINHA GRANDE

Plenário de militantes da célula dos trabalhadores comunistas. Às 18.00 no Centro de Trabalho.

• LEIRIA

Plenário concelhio, sobre a situação política e tarefas a realizar. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• ÓBIDOS

Plenário concelhio. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

Sexta 10

• QUEIJAS

Plenário de militantes. Às 21.30 no Centro de Trabalho com o camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do Comité Central.

• CALDAS DA RAINHA

Plenário de militantes e simpatizantes da «Audio Magnética». Às 15.30 no Centro de Trabalho.
Plenário geral de militantes do concelho. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• ALCOBAÇA

Plenário de militantes da célula da Fiação e Tecidos. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• COVA DA PIEDADE

Reunião de candidatos à Assembleia de Freguesia.

• FEIJÓ

Plenário de militantes da organização local, na sede da Comissão de Moradores.

• ALMADA

Plenário de candidatos à Assembleia de Freguesia. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• CHARNECA

Apresentação de candidatos à Assembleia de Freguesia no Clube de Vale Fetal.

• CAMPO MAIOR

Plenário de militantes para discussão das conclusões da reunião do Comité Central. Às 21.00 no Centro de Trabalho com a presença do camarada **Diamantino Dias**, membro do CC.

• PORTIMÃO

Visita dos deputados **Carlos Brito** e **Margarida Tengarrinha** ao distrito do Algarve. Com início hoje, das 19.00 às 20.00, atendimento ao público no Salão Nobre da Câmara. Às 21.30, também no Salão Nobre, sessão para divulgação do projecto de lei sobre Regionalização.

Sábado 11

• MARINHA GRANDE

Plenário da Direcção Regional de Leiria (DORLEI); Às 10.00 no Centro de Trabalho para análise da situação política e social.

• ALPEDRIZ

Plenário de militantes às 21.30.

• ATALAIA

Assembleia da Organização da Freguesia da Atalaia. Às 13.00 no Círio da Carregueira com a presença do camarada **Valdemar Santos.**

• ALCORREGO

Assembleia de Organização da Freguesia. Às 15.00 no salão do edifício da creche da Cooperativa 1.º de Maio.

• REDONDO

Assembleia da Organização com início às 10.00.

• PORTO

Convocado pela Comissão Executiva da DORP realiza-se **hoje** e **amanhã** um Plenário de Quadros. O Plenário realiza-se na Faculdade de Engenharia e participa o camarada **Carlos Costa**, membro da Comissão Política do Comité Central.

• ALPIARÇA

Encontro das Comissões Concelhias do Distrito de Santarém. Às 10.00 início no Centro de Trabalho.

• AVIS

Reunião da Comissão Distrital de Portalegre. Às 10.00 no Centro de Trabalho.

• DEGOLADOS

Plenário de militantes para discussão e conclusões da reunião do CC. Às 21.00 no Centro de Trabalho, com o camarada **Manuel Vitorino**.

• FARO

No prosseguimento da sua visita os camaradas **Carlos Brito** e **Margarida Tengarrinha**, encontram-se hoje às 10.00 com a direcção do Sindicato dos Professores e às 15.00 com a direcção da Unihorta. Às 21.30, em **Loulé**, no salão dos artistas para discussão do projecto de lei sobre Regionalização.
Amanhã, às 10.30, encontro com a imprensa regional no Hotel Faro, para discussão e divulgação do projecto de lei sobre Regionalização.

• ALMADA

Bancas: mercado da **Cova da Piedade**, mercado do **Laranjeiro**, Sobreda, Feijó; sessão e espectáculo em Vila Nova; porta-a-porta em: Lazarim, Vila Nova, Caparica, Quintinhas do Sul, Aroeira e Charneca da Caparica.
O camarada **Álvaro Cunhal**, estará presente num almoço-convívio na Cooperativa Pragalense, às 13.00. Dentro desta iniciativa de acção e propaganda o camarada participa no comício na SFUAP, às 18.00.

Domingo 12

• CELA

Plenário de militantes, às 11.00.

• PENICHE

Plenário concelhio de quadros. Às 9.30 no Centro de Trabalho.

• CALDAS DA RAINHA

Almoço de confraternização. Às 13.00 no Centro de Trabalho.

• VISEU

Reunião plenária da Comissão Distrital para análise da situação política e social. Às 10.00 no Centro de Trabalho.

• PORTALEGRE

Reunião de quadros do distrito. Às 10.00 no Convento de S. Clara.

• ALMADA

Porta-a-porta em: Marisol, Pinheirinho, Laranjeiro, Cova da Piedade, J. Caetano e Feijó.
Apresentação de candidatos à Assembleia de Freguesia do Laranjeiro, no Parque das Merendas com almoço-convívio e espectáculo. Às 15.00 apresentação de candidatos à Assembleia de Freguesia da Sobreda no clube de Vale Figueira.

Segunda 13

• CALDAS DA RAINHA

Reunião da célula da Casa da Cultura. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• BOMBARRAL

Reunião da Coordenadora da APU. Às 21.00 no Centro de Trabalho.

• PATAIAS

Reunião da célula da CIMPOR, às 18.00.

Terça 14

• ALCOBAÇA

Plenário da Célula da CRISAL. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• CALDAS DA RAINHA

Plenário de quadros activistas das autarquias do concelho. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

Quarta 15

• CALDAS DA RAINHA

Reunião da célula da Geopeças. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• PATAIAS

Plenário de militantes, às 21.30.

Sábado
11 de Outubro

Álvaro Cunhal em Almada

13 h — Almoço-convívio na Cooperativa Pragalense

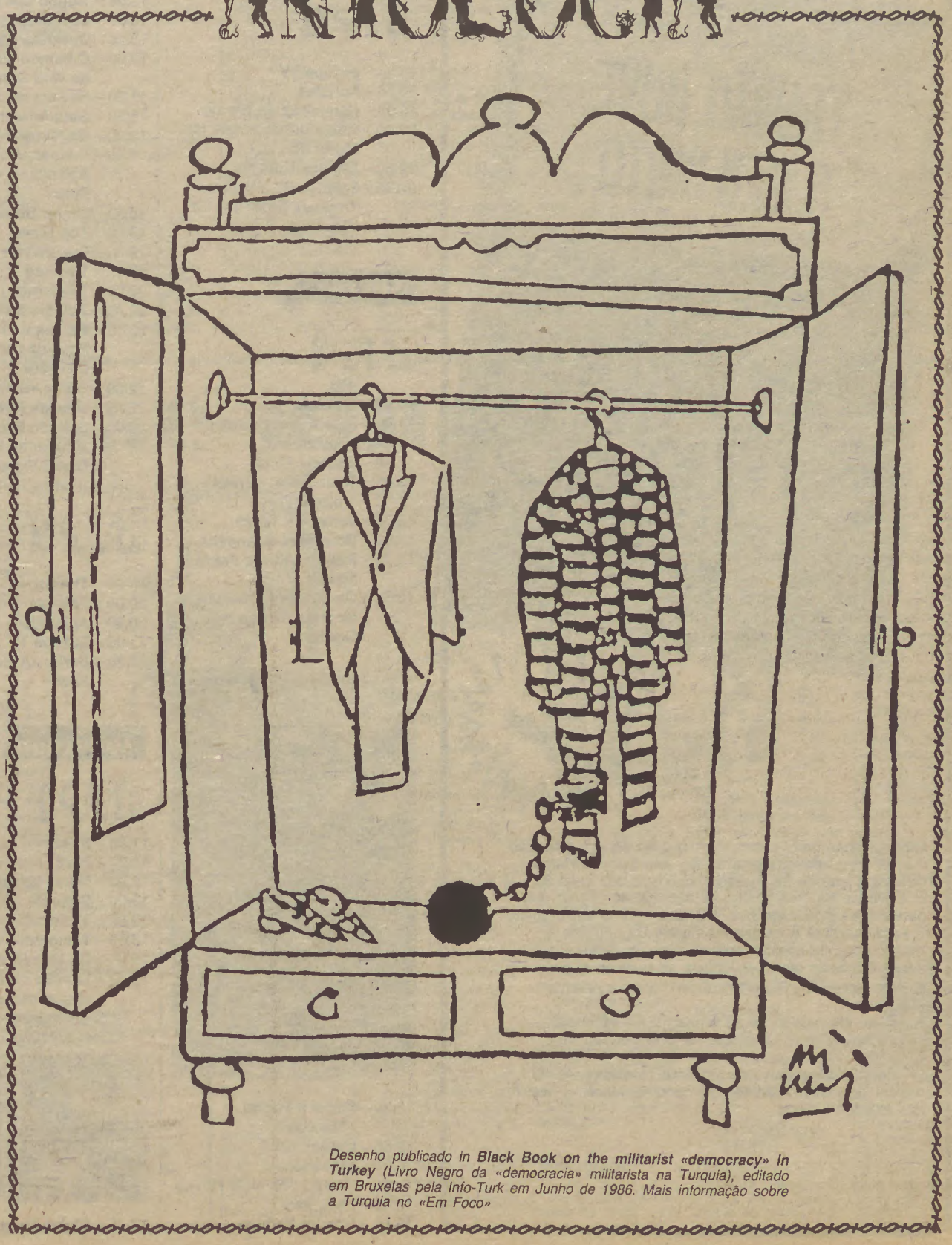
18 h — Comício na SFUAP

Plenário de Quadros da Organização Regional do Porto do PCP

Faculdade de Engenharia do Porto, 11 e 12 de Outubro

participação do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

ANTOLOGIA



*Desenho publicado in **Black Book on the militarist «democracy» in Turkey** (Livro Negro da «democracia» militarista na Turquia), editado em Bruxelas pela Info-Turk em Junho de 1986. Mais informação sobre a Turquia no «Em Foco»*

CAMINHO JOVENS

A Caminho Jovens é uma nova colecção de romances que a Editorial Caminho apresenta aos jovens dos 11 aos 15 anos.

Se gostaste dos livros de Alice Vieira, se gostaste das colecções Uma Aventura e Máquina do Tempo, vais gostar dos livros desta nova colecção.

Escritos por autores dos mais diversos países, os livros da colecção Caminho Jovens têm uma constante: a qualidade dos textos e da ilustrações (de jovens ilustradores portugueses).

Ler romances desta colecção é abrir mais uma janela do mundo da amizade, da solidariedade e da coragem.

A Caminho Jovens será um mundo de histórias de jovens de ontem e de hoje. Histórias divertidas ou dramáticas, realistas ou fantásticas, mas sempre vivas e interessantes.

Este romance para jovens, com que se inicia a colecção Caminho Jovens, passa-se no Sul dos Estados Unidos durante a grande depressão económica dos anos 30.
É a história de uma família de agricultores negros que se esforça por conservar a sua terra — e o seu orgulho.
É especialmente a história de Cassie Logan, uma rapariguinha de espírito independente, que começa a dar-se conta da realidade odiosa do racismo e, ao mesmo tempo, da importância de manter a cabeça erguida.
A autora, ela própria negra e nascida no Mississípi, ensina actualmente jornalismo na Universidade do Colorado.
O livro foi distinguido com o Prémio Newberry de 1977, o mais importante galardão da literatura infantil e juvenil dos Estados Unidos.

TV

O Programa

O Programa de TV de segunda, terça e quarta que publicamos não nos foi confirmado pelo Gabinete de Imprensa da RTP.

Quinta 9

RTP1

11.00 – **Sumário**
11.05 – **Videopólis**
11.30 – **Espaço 11/13**
12.30 – **Telenovela:** «Vereda Tropical» (Epis. 129.º)
13.15 – **Jornal da Tarde**
15.00 – **Desenhos Animados**
15.25 – **Navegar**
15.55 – **Café Concerto**
16.25 – **Palácios Portugueses:** «Mateus»
17.00 – **Ontem Viu?:** «Gente Fina é Outra Coisa»
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Tempo dos Mais Novos**
19.15 – **Reflexos:** «João Araújo Correia»
19.50 – **O Livro Grande de Petete**
20.00 – **Telejornal**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.40 – **Telenovela:** «Corpo a Corpo» (Epis. 153.º)
21.35 – **Música Ligeira de Rival Del Garda**
22.35 – **Série:** «Hill Street»
23.55 – **Últimas Notícias.**

RTP2

16.30 – **Europa TV**
20.00 – **Notícias**
20.05 – **Caminhos do Eterno**
20.30 – **Gala do Centenário da Morte de Liszt**
22.30 – **Últimas Notícias**
22.35 – **Telenovela:** «Vereda Tropical» (Epis. 161.º e 162.º).

Sexta 10

RTP1

11.00 – **Sumário**
11.05 – **Setentrião:** Barristas Populares
11.30 – **Espaço 11/13**
12.30 – **Telenovela:** «Vereda Tropical»
13.15 – **Jornal da Tarde**
15.00 – **Desenhos Animados**
15.25 – **Mare Nostrum, Patria Nostra**
15.55 – **Os Maias:** Adaptação do romance de Eça de Queiroz

16.30 – **Pedra a Pedra:** «Trancoso»
17.05 – **Ontem Viu**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Tempo dos Mais Novos**
18.45 – **País, País**
19.15 – **Recriar Espaço:** «Encontros e Desencontros»
19.50 – **O Livro Grande de Petete**
20.00 – **Telejornal**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.40 – **Telenovela:** «Corpo a Corpo»
21.25 – **Coração a Quanto Obrigas**
21.55 – **Série:** «Fortunata e Jacinta»
23.00 – **Últimas Notícias.**

RTP2

16.30 – **Europa TV**
20.10 – **Notícias**
21.15 – **Coleccionando**
20.40 – **Adágio**
21.05 – **À Margem:** «Henrique Bacelar»
21.30 – **Notícias**
21.35 – **Directo/2**
22.25 – **Últimas Notícias**
22.40 – **Telenovela:** «Vereda Tropical».

Sábado 11

RTP1

12.00 – **Sumário**
12.05 – **Tempo dos Mais Novos**
13.00 – **Sumário**
13.10 – **Desenhos Animados**
14.00 – **O Mundo Maravilhoso de Walt Disney**
15.00 – **Revista de Toiros**
15.30 – **Gala Africana**
16.30 – **Os Marretinhas**
17.00 – **O Novo Mundo Selvagem:** «O Urso Polar»
17.30 – **Corpo Humano**
18.00 – **Top Disco**
19.05 – **Parlamento**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Telejornal**
20.40 – **Boletim Meteorológico**
20.50 – **Aplauso:** «Festival Pop Rosa de Ouro de Montreux»
22.00 – **Série:** «Dinastia»
22.45 – **Últimas Notícias**
23.05 – **Sábado Especial:** «Morrer ao Sol». Real. Daniel Vigne (França/1973).

RTP2

16.00 – **Troféu**
20.00 – **Folclore**
20.30 – **Animação**
21.00 – **Europa TV**
22.30 – **Série:** «A Rota da Seda».

Domingo 12

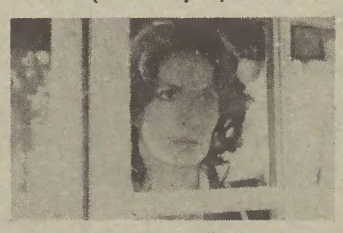
RTP1

11.30 – **Sumário**
11.37 – **70x7**
12.00 – **Missa de Domingo**
13.00 – **Sumário**
13.05 – **TV Rural**
13.35 – **Tempo dos Mais Novos**
15.00 – **Os Marretinhas**
15.30 – **Sessão da Tarde:** «Escândalo ao Sol». Real. Delmer Daves (EUA/1958)

17.45 – **Clube Amigos Disney**

Barristas populares *Sexta-feira RTP – 11.05h*

19.00 – **Circo da Coreia:** «Um Encantamento Permanente»
20.00 – **Telejornal**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.40 – **Série: «O Polvo/2» (Último epis.)**



22.30 – **Domingo Desportivo**
23.30 – **Fátima.**

RTP2

18.30 – **Europa TV**
20.00 – **Novos Horizontes**
20.30 – **Nós por Cá:** «Miranda do Douro»
21.15 – **Telefilme:** «A Bomba». Original para televisão de Dick Haskins.

Segunda 13

RTP1

10.00 – **Transmissão Directa de Fátima**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.55 – **Concurso:** «Showbis», autoria e apresentação de Luís Pereira de Sousa
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **Boletim Meteorológico**
20.05 – **Telenovela:** «Corpo a Corpo»
20.55 – **Vamos Dormir**
21.00 – **Vamos ao Teatro:** «A Luz do Gás»
23.15 – **Últimas Notícias**
23.40 – **Remate**

RTP2

13.30 – **Agora Escola**
16.30 – **Europa TV**
20.00 – **Twilight Zone**
20.30 – **All in the Family**
21.00 – **Jornal 2**
21.30 – **Série** «Resgate», 1.º epis.
23.00 – **Raggie**
23.20 – **É de Ler**

Terça 14

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.00 – **Telenovela:** «Vereda Tropical»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.55 – **Concurso:** «Showbis»
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **Boletim Meteorológico**
20.05 – **Telenovela:** «Corpo a Corpo»
21.00 – **Vamos Dormir**
21.05 – **Portugal Sem Fim**
22.00 – **Série:** «4.º Andar», 1.º epis.
23.00 – **Últimas Notícias**
23.30 – **Remate**

RTP2

13.30 – **Agora Escolha**
16.30 – **Europa TV**
20.00 – **Twilight Zone**
20.30 – **All in the Family**
21.00 – **Jornal 2**
21.30 – **Cinema dois:** «Alphaville», real. Jean-Luc Godard (França/1965)

23.15 – **Cifrões...**
23.40 – **É de Ler**

Quarta 15

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Vereda Tropical»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
18.00 – **Sumário**
18.10 – **Brinca Brincando**
18.55 – **Concurso:** «Showbis»
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **Boletim Meteorológico**
20.05 – **Totobola**
20.10 – **Telenovela:** «Corpo a Corpo»
21.00 – **Vamos Dormir**
21.05 – **Lotação Esgotada:** «A Filha de Ryan»
00.00 – **Últimas Notícias**
00.30 – **Remate**

RTP2

13.30 – **Agora Escolha**
16.30 – **Europa TV**
20.00 – **Twilight**
20.30 – **All in the Family**
21.00 – **Jornal 2**
21.30 – **Ópera:** «Mahagonny»

Cinema — A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	—	—
B	O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★★	★★
C	A Cor Púrpura	—	★★	★★★	★★★	★★★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
F	Os Malditos	★★★★★	—	★★★★	★★★★★	—
G	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
H	Quatro Amigos	—	—	★★★	★★★★	—
I	Rebeca	★★★★	—	★★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Woody Allen – **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Las Vegas/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Lisboa.**
B — Real. Michael Cimino – **Amoreiras/2** (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) – **Lisboa.**
C — Real. Steven Spielberg – **S. Jorge** (15.00, 18.15, 21.30) – **Sétima Arte** (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) – **Lisboa; Trindade** (21.30) – **Porto.**
D — Real. Sérgio Leone – **Berna** (15.00, 21.00) **Lisboa.**
E — Real. Tibe Hooper – **Alfa/2** (14.30, 16.30, 19.00, 24.00). **Lisboa.**
F — Real. Luchino Visconti – **Cine 222** (15.30, 18.30, 21.30) – **Lisboa.**
G — Real. Martin Scorsese – **Estúdio 444** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
H — Real. Arthur Penn – **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Lisboa.**
I — Real. Alfred Hitchcock – **Quarteto/2** (14.00, 16,30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Calamity Jane – Uma Mulher de Armas,** , enc. Hélder Costa com Maria do Céu Guerra.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. **A Bela Portuguesa,** de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Touro,** de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Isto é Maria Vitória,** de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sábado às 21.45, dom. às 16.30. **O Asfalto dos Infernos,**

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00, Mãe Coragem, de

Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. **Sala 2,** de 4.ª a sáb./21.45, dom./18.30. **Os Negros,** de Jean Genet, enc. Rogério Carvalho. **Sala 1,** de 5.ª a sáb./18.30. **Viagem para a Felicidade,** de Franz Xavier Kroetz, enc. Rogério Carvalho, interp. Lucinda Loureiro.

Teatro da Trindade, de 3.ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. às 16 e 21.30. **As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant,** de Rainer Fassbinder pelo **Grupo Teatro Hoje.**

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos,** adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro Casa da Comédia, sala do Realejo, Rua dos Mercadores, 132 (à Ribeira), **Drácula Júnior,** de 4.ª a dom. às 21.30.

Cooperativa do Povo Portuense, Rua de Camões, 588. A Seiva Trupe, apresenta diariamente às 21.45, **Toda a Nudez Será Castigada,** de Nelson Rodrigues, enc. de Angel Facio.

• CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Galileu Galilei,** de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

Espaço TEC, Av. Marechal Carmona. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal** de Marcos Rey e **B... em Cadeira de Rodas** de Ronald Radde, no **Teatro Espaço.**

• SETÚBAL

Teatro de Animação de Setúbal, Rua Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

Para Crianças

• LISBOA

Padrão dos Descobrimentos, Belém, sáb./18.00, dom./11.00. **Fecha os Olhos... Entra na História,** de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Grupo de Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75, B;2.º. Dom. às 16.30, **A Rua dos Fantasmas,** de Javier Villafañe.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. **No Reino da Fantasia,** Sáb., dom. e feriados, às 16 horas, enc. Agostino Macedo.

enc. de Manuel Coelho, interpretação de Lígia Teles.

PORTO

Cooperativa Arvore, todos os dias às 21.30, excepto às terças, e aos domingos às 17.00. **«Minha Mãe e Suas Quatro Filhas»** pelo **Grupo Oficina do Grotesco.**

Exposições...

Ana Vieira, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.

Colectiva de pintura. Gal A Janela Verde, R. do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00.

Colectiva de pintura e gravura (Charters de Almeida, Manuel Cargaleiro, etc.). Gal. Multifaces, Centro Comercial Gemini. Das 10.00 às 14.00 e 15.00 às 19.00.

Colectiva: serigrafia e gravuras (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szènes e Skapinakis), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira. Atelier de António Inverno, R. da Emenda, 66, 3.º, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00.

As Colinas de Lisboa, desenho. Até 30/10, Junta de Freguesia de Santiago (Castelo de S. Jorge).

Enrique Concha, «Gaffitis», fotografia. Gal. Novo Século, R. do Século 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 21/10).

Escultura, «L'Attitude», colectiva internacional. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 10/10).

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).

Equipamento para o Ensino - do mobiliário ao equipamento informático. Livr. Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb./9.00 às 23.00 (até 31/10).

Exposição-concurso AICA/Philae, Sociedade Nacional de Belas Artes, diariamente das 14 às 20.00.

Hans Giesen, pintura. Museu Nac. de Arte Contemporânea, R. Serpa Pinto, 6. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 19/10).

José David, pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111, 1.º. Inaugura amanhã.

José Pedro Croft, escultura, **Luís Camacho,** pintura e desenho. Gal. Leo Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 25/10).

João Cutileiro, «O Nu e o Vestido». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

João Dionísio, pintura e desenho. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, de 2.ª a 6.ª, das 14 às 17.30.

Ló, pintura. Espaço Mulheres-Livraria Interlivro, Rua Pedro Nunes 9-A, às Picoas. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 19.00 (até 14/10).

Manuel Botelho, pintura e desenho 1984/86. Gal. de Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. de Berna.

Maria Felizol, escultura. Gal. Quadrum Rua Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.

Museu da Água Manuel da Maia. Mãe de Água das Amoreiras, Pr. das Amoreiras, 10. De 3.ª a 6.ª das 13.00 às 17.00.

Pedro Croft e Rui Sanches, escultura, **Pedro Cabrita Reis e Pedro Calapez,** pintura. Gal. EMI – Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00.

Pintura e escultura da col. da «Frederic R. Weisman Foundation» (EUA) – uma exposição itinerante com obras de cerca de uma centena de artistas. Gal. de Exp. Temporárias da Gulbenkian.

Trabalhos sobre papel, colectiva internacional de desenho. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 20/10).

Wessel Dijkstra, pintura e escultura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.30 (até 15/10).

Vasco Calixto «Viagem a uma Europa Desconhecida», fotografia. Auto-Palace, R. Alex. Herculano, 66. De 2.ª a 6.ª/8.00 às 20.00 (até 10/10).

Carlos Natividade Correia, 40 trabalhos da série «Diários» executados a tinta da china e têmpera sobre papel, na Cooperativa Árvore. PORTO.

Fotografia Contemporânea Internacional (Alvarez Bravo, Marylin Bridges, Bernard Faucon, Molder, Nozolino e outros). Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/10) PORTO.

Guima, pintura «Reflexões de Ontem e de Hoje», Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 13/10). PORTO.

Instrumentos Musicais Portugueses. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Outubro) PORTO.

Laura Cesana, pintura e gravura, na Cooperativa Árvore. PORTO.

Manfred Reiter, desenho e gravura «Interiores & Cenas Nocturnas», Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 13/10). PORTO.

Monteiro Gil, pintura «Foto-Grafias», Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1 (até 13/10). PORTO.

Segundo Salão de Banda Desenhada, na Casa D. Hugo junto à Sé do Porto. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 19.00 fim-de-semana das 15.00 às 22.30 (até 12/10). PORTO.

José Guimarães, «Desenhos Recentes», Centro Cultural de S. Lourenço (até 14/11). ALMANSIL.

Matilde Nunes, «Um Olhar sobre a Natureza», fotografia. Até 12/10, Casa do Povo Vila Nogueira de AZEITÃO.

Júlia Ramalho, Galeria de Arte da «Pop Cave», R. D. Diogo Pinheiro, 24, das 14 às 19.30. BARCELOS.

SAM, objectos «Ratoeiras e Respectivos Iscos». Clube 31 de Janeiro. R. Dr. Manuel Pacheco Nobre, 124. Das 14.00 às 18.00 e das 21.00 às 23.00 (até 12/10). BARREIRO

Fernando Lanhas, «Abstracções. Retratos». Gal. da Universidade, Casa Nogueira da Silva, Av. Central, 61 (até 18/10). BRAGA.

Aníbal Sequeira, fotografia. Casa da Cultura CALDAS DA RAINHA.

Escultura de Pedra, Atelier-Museu, obras realizadas durante o I Simpósio Internacional. Até final do mês de Outubro. CALDAS DA RAINHA.

Vítor Gualdino, pintura. Casa da Cultura (até 12/10). CALDAS DA RAINHA.

Salão de Outono, Artes Plásticas, integrado no Ano Internacional da Paz. Galeria Municipal (até 12/10). CHAMUSCA.

Música – Manuscritos e Edições do arquivo da Biblioteca Geral da Universidade. COIMBRA.

Artistas/Arquitectos (Amâncio Guedes, Lanhas, Manuel Graça Dias, Nadir Afonso, Siza Vieira, Taveira Troufa Real e outros). Casino Estoril. Das 15.00 às 24.00. ESTORIL.

Francisco Bilou, pintura. Palácio D. Manuel. Das 15.00 às 18.00 (até 20/10). ÉVORA.

Gerrit Van EE, escultura, Museu de Évora. ÉVORA.

Armando Correia, cerâmica, Galeria d'Arte Convés, Praia de Quiaios, das 15.00 às 20.00. FIGUEIRA DA FOZ.

Adérita Amôr, pintura. Gal. Capitel, Rua Eng. Duarte Pacheco, 12-2.º. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 13/10). LEIRIA.

A Europa na gravura do séc. XVIII (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

Trinta Anos de Pintura, de Manuel Cargaleiro. Casino da Póvoa de Varzim. PÓVOA DE VARZIM.

Kiki Lima, pintura. Associação Cabo-Verdiana, R. Duque de Palmela, 2-8.º. Inaugura sábado. Das 18.00 às 22.00 (até 2/11). QUELUZ.

Álvaro Perdigão, dezassete quadros, na Casa do Bocage/Galeria de Artes Visuais (até 19/10). SETÚBAL.

Bonecas («Revivalismo de Novecentos») Ede Ana Cassiano. Museu de Arqueologia e Etnografia. SETÚBAL.

Colectiva (tapeçaria, pintura, cerâmica). Ga. Cetária, Pousada S. Filipe. Das 12.00 às 22.00 (até 19/10). SETÚBAL.

Ourivesaria – Colecção do Palácio Nacional da Pena. Palácio da Pena. SINTRA.

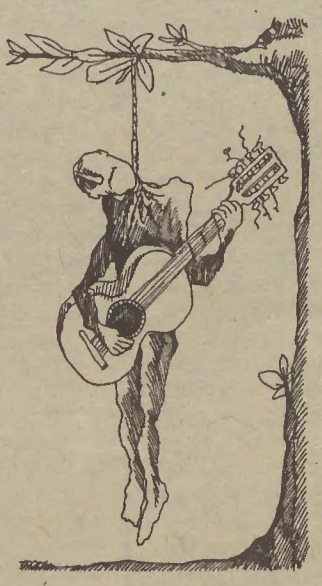
...e ainda — Música, debates, etc.

Música

Em Portugal para uma série de espectáculos está **Gal Costa.** Em Lisboa, actuações no Coliseu dos Recreios nos dias 9 e 11 e no Coliseu do Porto nos dias 16 e 17 à mesma hora.

Música Improvisada

No prosseguimento das actividades culturais, a Gulbenkian, apresenta um ciclo de «Nova Música Improvisada». **Richard Teitelbaum,** compositor e concretizador das criações pioneiras de Robert Moog — o inventor do sintetizador electrónico — e hoje



considerado a maior autoridade nesse domínio, experimentador e criador e **Carlos Zíngaro,** violinista e compositor, músico português, o nosso exemplo de improvisação, de dimensão internacional que integra a electrónica no seu percurso artístico, com concertos marcados para os dias **10 e 11** respectivamente às 21 e 30 e 18 e 30; **Derek Bailey,** guitarrista e compositor, o mais radical inovador da guitarra. **Evan Parker,** saxofonista soprano e tenor, compositor, grande inovador. Soprano nomeadamente o sopro contínuo, que dão verdadeira dimensão de importância a este músico britânico, também ele figura da Nova Música Improvisada, com concertos a realizar nos dias **14 e 15 de Outubro,** respectivamente às 21 30 e 18 e 30, este com a colaboração de Evan Parker.

Música Antiga

Dando continuação à temporada de concertos, realizam-se as **VII Jornadas de Música Antiga,** numa organização da Fundação Calouste Gulbenkian.

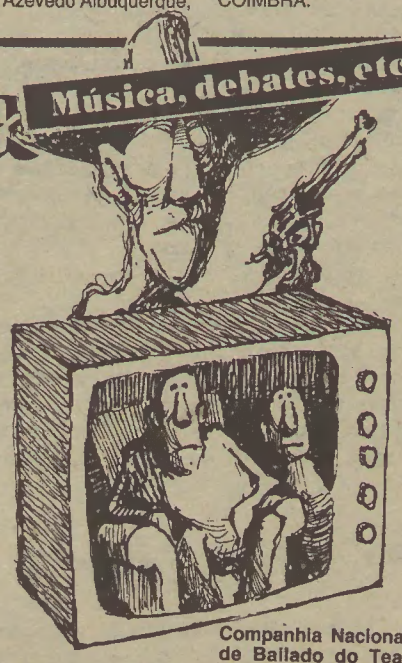
Dia 9, às 18.30, no **Grande Auditório da Fundação, Landini Consort,** música francesa e italiana do século XIV.

Dia 10, às 21.30, na **Igreja do Loreto, Landini Consort,** música medieval francesa e inglesa.

Dia 11, às 18.30, no **Palácio da Ajuda,** London Barroque.

Dia 12, às 21.30, na **Igreja de S. Roque, William Byrd Choir,** requiem ibérico.

Dia 13, às 21.30, no **Grande Auditório, William Byrd Choir,** música das Liturgias Católica e Anglicana.



Dia 14, às 18.30, no **Palácio da Ajuda, Kopkinson Smith,** alaúde.

Dia 15, às 21.30, no **Palácio de Queluz, Segréis de Lisboa,** música do tempo do Tratado de Windsor e do Período Isabelino.

Entretanto em **Óbidos** decorre igualmente o **IV Festival de Música Antiga** daquela cidade com um **programa idêntico ao das Jornadas de Música Antiga da Gulbenkian.**

Bailado

De **9 a 15 de Outubro** às **20.30** e no dia **11 pelas 16.00,** a **Companhia Nacional de Bailado do Teatro de S. Carlos** apresenta naquela sala o **Lago dos Cisnes** de **Tchaikovsky** numa versão coreográfica de Armando Jorge, com a Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos sob a direcção de Antoine Mitchell.

Cinema

Termina hoje a **Quinzena do Cinema Soviético,** organizada pela Associação

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL URSS

Portugal-URSS com o seguinte programa. Às **14.30, Alguns Dias na Vida de Oblomov** (1979), de **Nikita Mikhalkov**; às **16.45, Vem e Vê** (1985), de **Eleme Klimov**; às **19.15, Dia da Ira** (1984) de **Sulambek Mamilov**; às **21.30, Amor em Tempo de Guerra** (1985) de **Piotr Todorovski**; finalmente às **23.45, Peço a Palavra** (1976) de **Gleb Panfilov.**

Numa iniciativa do **ABC Cine-Clube,** prossegue no **Estúdio 444** o **Ciclo de Cinema Britânico Contemporâneo.** No **Dia 10** exibe-se **A Companhia dos Lobos** (1984) de **Neil Jordan,** a partir das **18.45.**

Entretanto na **Cinemateca Nacional** exibe-se no **dia 13** às **21.30, As Baladas da Meia-Noite** (1966) de **Orson Welles.** No **dia seguinte,** às **18.30,** de **Michelangelo Antonioni** exibe-se **Blow-Up — A História de um Fotógrafo** (1967).

Tempo — Fim de Semana

Segundo a previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica, para o fim-de-semana o céu apresenta-se pouco nublado, vento fraco a moderado de nordeste e trovoadas nas regiões do interior.

a TV

«Miss» prova que os falcões perderam

O Concurso da **Miss Mundo** eu não vou dizer aqui o que é porque todos o sabem: é um grande negócio, uma grandecíssima aldrabice, uma engrenagem em que nunca se sabe como se entra nem nunca se sabe como se sai.

Sábado último, a televisão deu a dita eleição, com todos os ingredientes americanos. Até assistimos aquilo a que eles chamavam «a prova intelectual», prova durante a qual o locutor punha às concorrentes perguntas altamente sofisticadas, como seja: **Qual é o seu tipo de homem preferido? O tipo latino ou nórdico?** A concorrente punha o seu melhor sorriso de plástico e respondia que os preferia a todos, não fazia distinções, «porque cada homem tem o seu estilo...» Outra pergunta era se gostava de ir para Hollywood. Outra: o que gostaria de fazer depois de tirar o seu curso? Ou ainda que diria aos norte-americanos para os convencer a passar férias no Panamá?...

Como se vê são perguntas com um elevado coeficiente intelectual a fim de provar aos maledicentes que aquele concurso não era somente de carne e osso, não tinha apenas pernas, coxas, seios – mas também massa cinzenta...

Curiosamente, houve um pormenor altamente significativo nessa sessão foi quando o locutor perguntou à concorrente de Porto Rico qual era o seu maior desejo. **Que haja paz para o mundo inteiro respondeu.**

A resposta encontrou eco profundo entre a assistência. E se nos lembrarmos que a assistência se compunha de classes sociais altamente favorecidas, teremos uma ideia de como o anseio de Paz é invencível, pois ultrapassa todas as convenções, todos os preconceitos, todas as divisões sociais.

Uma certeza: os falcões perderam a batalha.

Correspondente sofre de miopia

Entre os defensores da paz e do entendimento não se encontra seguramente o **Telejornal**. Ele aproveita todas as situações para lançar o veneno, a suspeita, o desequilíbrio. Às vezes, até com argumentos repescados no fundo dos cérebros... distraídos.

Por exemplo, as sanções dos Estados Unidos ao governo «apartheidista» da África do Sul. Em causa, o veto do Reagan, a ser ou não aprovado pelo Senado.

Telejornal passou a palavra ao seu correspondente em Nova Iorque, o coitado de um jornalista que nunca mostrou qualidades para coisa nenhuma e de súbito se viu elevado à categoria de correspondente. Prova evidente de que na RTP não se olha nem se resolve por critérios políticos – que ideia!

Pois o tal correspondente perfilhava a opinião de que contrariar o veto de Reagan era negativo em vésperas do encontro Reagan-Gorbatchov. O presidente americano teria mais força negocial se o seu veto saísse reforçado...

Que miséria de argumentação, que tristeza humana, que miopia política...

Num momento em que as pessoas de todo o mundo põem, cheios de confiança, os olhos num encontro tão importante para o futuro da Humanidade, o telejornal avança com pressupostos contrários ao próprio espírito da Paz!

Indecente. Por estas e por outras é que o **Telejornal** está pelas ruas da amargura no conceito dos portugueses.

...Nem assim lá vão...

A prática informativa do **Telejornal** é qualquer coisa de repugnante. Nem sequer se podem desculpar com os habituais «critérios de informação» pois eles fogem a qualquer ética jornalística.

É frequente o telejornal proceder do seguinte modo: ouvem um depoimento gravado, um sindicalista, o responsável de uma entidade – e depois entrevistam **em directo** um membro do Governo.

Aconteceu há dias. Telejornal, a propósito de uma acção da União dos Sindicatos de Setúbal, foi ouvir o sindicalista Pisco Lopes que referiu a grave situação social naquele distrito. Pormenor: os despedimentos aumentam na proporção de 700 por mês. A política do actual Governo foi posta no banco dos réus: ela é a culpada da degradação social no distrito.

Candidamente, o locutor informava: «Convidámos Irene Aleixo, governadora civil de Setúbal, para estar presente neste **telejornal** mas até agora ainda não apareceu...»

Nem apareceria. E aqui temos como a prática delituosa descamba nos domínios da anedota.

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

O desgoverno tem números

Os nossos recortes da semana referem-se a alguns resultados numéricos do Governo Cavaco. São dados que os comunicados oficiais escondem ou mascaram mas que cada vez mais se sentem.

Conselho de Ministros: uma certa maneira de mentir

• «No final do Conselho de Ministros da semana passada, o Governo, através de comunicado oficial, fazia saber o seguinte:

"O Conselho de Ministros ouviu uma exposição do ministro das Finanças sobre os últimos indicadores disponíveis em relação à evolução do investimento. Constata-se que é já uma certeza que em 1986 a taxa de aumento do investimento será a maior desde 1980, aquando do Governo Sá Carneiro (...).

Assim, e a título de exemplo, há indicadores seguros que atestam que, no sector agrícola, o investimento, por comparação a igual período do ano anterior, subiu 85 por cento até ao final do mês de Agosto.

Do mesmo modo (...), no primeiro semestre do ano em curso, por comparação com igual período do ano transacto, a importação de máquinas e equipamentos teve um crescimento em volume de 10 por cento (...).

Esta evolução bastante favorável do investimento vem juntar-se ao sucesso já garantido no domínio dos preços (...), dando assim um contributo decisivo para o aumento do poder de compra, dos salários e pensões".

Este comunicado é um monumento de subtilezas, de recuos, de jogos de palavras – e também da mais despudorada falta de ética. Nem sabemos como comentar.

Vejamos, ponto por ponto, cada uma destas afirmações.

É do domínio público que, aquando da apresentação do seu programa, o Governo prometeu para este ano uma taxa de crescimento do investimento da ordem dos 10 por cento, o que não era nada de mais, atento o nível muito baixo a que se encontrava, depois da recessão do triénio 1983/85. Razões diversas, porém, que não vêm para o caso, levaram a que o investimento tenha evoluído de forma muito mais lenta que a prevista. Não havia aqui qualquer drama: tratava-se apenas de um indicador, como qualquer outro, que o Governo deveria assumir. Impossível! A exemplo do seu líder, este Governo jamais poderia enganar-se – e, contra ventos e marés, foi repetindo, garantindo, assegurando: o investimento tinha mesmo que crescer 10 por cento! Mudou agora de estilo. Sem dar o braço a torcer, e partindo do princípio que as pessoas são estúpidas e não entendem, diz que a taxa de aumento do investimento será, não já de 10 por cento, mas **"a maior desde 1980"**. Traduzindo, para os mais desatentos: será superior a cinco por cento – *voilá*.

É também do domínio público a afirmação feita pelo Primeiro-Ministro há cerca de um mês: **"O aumento do poder de compra, dos salários e pensões que se vai conseguir este ano é o mais elevado dos últimos doze anos"**. Tratou-se de uma «gaffe» monumental, que o autor poderia, humildemente, corrigir, dizendo que se enganou. Impossível! O Primeiro-Ministro nunca se engana! O melhor é deixar passar e, quando as pessoas já não se lembrarem, atirar-lhes com uma frase inócua, género: **foi dado "um contributo decisivo para o aumento** (de quanto?!) **do poder de compra, dos salários e das pensões"...**

Mas o objectivo não ficaria completo se lhe faltasse um número de encher a boca. Lá vinha ele no comunicado: o investimento na agricultura aumentou 85 por cento! A gente lembra-se do investimento na agricultura e sorri compreensivamente. Faz lembrar aquela anedota do partido que, uma vez só, viu o número dos seus associados aumentar em 200 por cento: tinha um sócio, e passou a ter três...

Tudo isto, porém, tem um certo sabor a histórias para adormecer meninos. Apenas o mencionamos para que se possa aferir do tipo de comportamento que o Governo tem para connosco. Mais grave que isso, e a merecer um maior cuidado de análise, está a referência ao "crescimento em volume de 10 por cento" na importação de máquinas e equipamentos, no primeiro semestre de 86 – referência que, sendo inicialmente feita no comunicado do Conselho de Ministros, viria a ser retomada pelo Primeiro-Ministro em Elvas, e pelo ministro das Finanças à partida para Washington. Em nossa opinião, que manteremos até que nos demonstrem o contrário, a afirmação não é verdadeira, e faz parte da estratégia do Governo em ir sonegando indicadores à opinião pública, para que esta não se aperceba dos seus fracassos e limitações.»

(Daniel Amaral, «o jornal», 3 Out.)

Livros escolares: mais 30%!

• «O preço do material escolar sofreu um aumento que ronda os 30 por cento em relação a 1985. Segundo o Sindicato da Grande Lisboa, só em livros, cada família poderá gastar, por cada criança ou jovem, durante o ano lectivo que agora começa:

– no Ensino Primário – 1400$00;

– no Ensino Preparatório – 4500$00;

– no Ensino Secundário: 7.º ano – 5000 a 6000$00; 8.º – 6990$00; 9.º – 6970$00; 10.º – 7490$00; 12.º ano (três disciplinas) – 10 120$00.»

(«o jornal», 3 Out.)

Desemprego e trabalho precário

• «A CGTP-IN comemorou, na quarta-feira, o 16.º aniversário da sua fundação, em sessão solene realizada no Teatro da Trindade, em Lisboa. Kalidás Barreto, membro da respectiva Comissão Executiva, disse, na altura, que **"com cerca de um milhão de pessoas com trabalho precário e mais de meio milhão de desempregados, segundo estatísticas oficiais, Portugal vive numa situação social verdadeiramente explosiva"**.

Neste sentido, pronunciaram-se também a União dos Sindicatos de Setúbal e a União dos Sindicatos de Évora. No primeiro caso, foi referido que **"mais de 5 mil postos de trabalho estão directamente ameaçados no distrito de Setúbal a curto prazo"** – crescendo o número de desempregados, à média de 700 por mês –, enquanto em Évora, nos últimos dez meses, os desempregados passaram de 15 para 16 mil (cerca de 23% da população activa).»

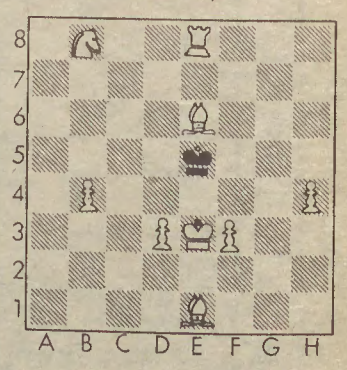
(«Expresso», 4 Out.)

Manuel da Fonseca

Tempo de solidão

Xadrez

LXXII N.º 72
Por: E. Goldschmiedt
«Magyar Sakkvilag», 1933
Pr. (Rex Solus): Ré5



Br: (10): Ps.b4, d3, f3, h4-Cs.B8, h8-Bs.é1, é6-Té8-Ré3
Mate em 2 lances

JOGO N.º 72
Scheveningen, 1923
Br. GEZA MAROCZY
Pr:MAX EUWE

1. é4, ç5; **2.** Cf3, Cç6; **3.**d4, ç:d4; **4.**C:d4, Cf6; **5.** Cç3, d6; **6.** Bé2, é6; **7.** 0-0, Bé7; **8.** Rh1, 0-0; **9.** f4, Dç7; **10.** Cb3, a6; **11.** a4, b6; **12.** Bf3, Bb7; **13.** Bé3, Cb4; **14.** Dé2, d5; **15.**é5, Cé4; **16.** B:é4, d:é4; **17.** Df2, b5; **18.** a:b5, a:b5; **19.** Cd4,Bç6; **20.** Dg3, T: a1; **21.** T:a1, Tb8; **22.** f5, é: f5; **23.** C: f5, Bf8; **24.** Bf4, Ta8; **25.** Tç1, g6; **26.** é6, Db7; **27.** é7, Bg7; **28.** C:g7, R:g7; **29.** Dh4,f6; **30.** Dh6+,Rg8; **31.** Bd6 e as pretas abandonam!

SOLUÇÃO DO N.º 72
CHAVE: 1.Ré2!
1. ..., Rd4; **2.** Cç6 mate
1. ..., Rf4; **2.** Cg6 mate
1. ..., Rd6; **2.** Bg3 mate
1. ..., Rf6; **2.** Bç3 mate

A. de M. M.

Damas

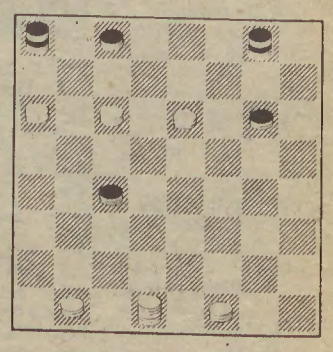
LXXII – 9 de Outubro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 72

Por: António Amaro da Silva – Albergaria dos Doze
«Vamos Decifrar», n.º 199, 7.VI.1952

Pr.: 15-21-(29)-31-(32)

Br.: 2-(3)-4-22-23-24



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 72
Lisboa, 8.II.1952

Br.: Luís António David
Pr.: Carlos Alberto P. Gonçalves
(2.º jogo do último *match* de L.A.D.)

1. 12-15, 23-19; **2.** 8-12,28-23; **3.** 9-13, 21-17; **4.** 5-9, 25-21; **5.** 11-14, 22-18; **6.** 13:22, 27:11; **7.** 15:22, 26:19; **8.** 6:22, 30-26; **9.** 7-11, 26:19; **10.** 11-15, 19-14; **11.** 10:28, 32:23; **12.** 2-6, 21-18; **13.** 12-16, 29-26; **14.** 6-10, 26-22; **15.** 1-5, 31-27; **16.** 4-8, 18-13; **17.** 9:18, 22:6; **18.** 3:10, 27-22; **19.** 5-9, 22-18; **20.** 8-12, e as pretas abandonam.

GOLPE N.º 72
Por: Ferreira Pinto
Odivelas, 27.X.1982

1. 11-15, 21-17; **2.** 10-14, 25-21; **3.** 15-19, 22:15; **4.** 12:19, 24-20; **5.** 5-10, 20-15; **6.** 1-5, 27-22; **7.** 7-11, 31-27; **8.** 11:20, 23:16; **9.** 4-7, 22:15; **10.** 7-12, 16:7; **11.** 3:19, 28-24; **12.** 8-12, 27-22; **13.** 19-23, 24-20; **14.** 12-16, 22-19; **15.** 6-11, 26-22; **16.** 9-13, 29-25? Perdente! **(Br.: 2-5-10-11-13-14-16-23 Pr.: 17-19-20-21-22-25-30-32)** J. Br. G.

SOLUÇÕES DO N.º LXXII

N.º 72 (AA da S): 23-27 e 4-7 e 24-28 e 2-5 e 7-11 e 3:32 +
GOLPE N.º 72 (FP): **17.** 13-18, 22:6; **18.** 11-15, 19:1=D; **19.** 2:11, 1:28; **20.** 15:31=D+

■ **A. de M. M.**